ANAIS DO COLÓQUIO

PROTEÇÃO ESPECIAL

Crianças e Adolescentes em Situação de Risco:

O PROASF na cidade de São Paulo

* * *

17 DE DEZEMBRO DE 1996

9:00 ÀS 18:00 horas.

LOCAL:

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
Praça da Sé, 385 - 1° andar - Salão Nobre
Centro, São Paulo - SP

ORGANIZAÇÃO:

IADES

Instituto de Análises Sobre o
Desenvolvimento Econômico-Social

O A B
Sub Comissão de Defesa dos Direitos da
Criança e do Adolescente de São Paulo
Comissão de Direitos Humanos

O *IADES - Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico-Social* é uma instituição de caráter científico, sem fins lucrativos. Tem por objetivo a realização de estudos e pesquisas sobre os distintos modelos de condições de vida da população, em especial no que tange a educação, saúde, movimentos populares, formas de organização dos trabalhadores e do trabalho, formas de organização popular, questões sobre a criança e o adolescente da classe trabalhadora e movimentos populacionais.

O momento histórico que estamos vivendo caracteriza-se por um acelerado processo de transformações. As mudanças em curso são desafio para o aprofundamento do conhecimento científico rumo a uma praxis transformadora. Nesta posição, o IADES aceita o desafio, entendendo que a dimensão dos problemas, exige uma postura integrada e multiprofissional. Assim, através da especificidade de cada profissional, o IADES tem se preocupado em produzir um conhecimento coletivo, coerente metodologicamente, objetivando unir o valor da experiência dos agentes sociais envolvidos, com a teoria e o rigor da pesquisa científica, aprofundando a reflexão sobre as práticas empíricas, e sua intervenção na sociedade.

Diretoria - Biênio 95/97

Presidente: *Cacilda M. Asciutti* - socióloga, conselheira do CONDECA 95/97;

Diretora Executiva: *Adriana Josefa Ferreira Chaves* - docente da UNESP/Bauru-SP, doutora em Filosofia da Educação, PUC-SP.

Secretaria: *Eliana Marcondes Pralon* - socióloga, pesquisadora, mestranda em Políticas Públicas, Cidadania e Movimentos Sociais USP/SP.

Secretaria: *Ana Maria Rocha* - socióloga, educadora-social.

Tesoureiro: *Roberto Catelli Junior* - historiador, doutorando em História - USP/SP e pesquisador.

GT Criança e Adolescente: participaram da construção da "Metodologia PROASF" em 95/96 os seguintes pesquisadores/educadores-sociais/sociólogos: *Adriana J. Ferreira Chaves; Alexandra de Saboia Fiuza; Angela M. Martins, Cacilda M. Asciutti, Carlos Alberto Furtado de Melo; César Kishimoto; Eliana Marcondes Pralon; Iracilda Pereira Canha; Irandi Pereira; Isabel Cristina Ribeiro da Cunha Frontana; João Aparecido Trevisan Neto; Jonas Beltrão de Oliveira; Luciana Melo e Souza; Luis Carlos Rocha; Marcos Florence Martins Santos; Mauro Caseri; Roberto Catelli Junior; Rosemary Ferreira de Souza Pereira; Rosmeri Bueno Teixeira; Sonia Pisarro.*

OAB/SP - Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo

Comissão de Direitos Humanos: Dr. Jairo Fonseca

Sub-Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente: Dr.Carlos Eduardo Di Pietro

IADES – Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico-Social
Rua Alice de Castro, 47 – Vila Mariana – CEP 04015-040 – São Paulo/SP – Fone/fax (011) 575-4250
E-mail: spiades@mandic.com.br

Indice

Introdução 7

Objetivos do colóquio 7

Programa 9

Principios do Proasf 11

PARTE 1 – Abertura do Colóquio

OAB São Paulo - Comissão de Direitos Humanos -
Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 15

IADES - Instituto de Analises sobre o Desenvolvimento Economico-Social 19

CMDCA/SP – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP 23

PARTE 2 – Apresentação da metodologia PROASF.

IADES - Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Economico-Social
Profª Cacilda M. Asciutti – Presidente do IADES - Coordenadora da "METODOLOGIA PROASF". 27

PARTE 3 – Proasf - Entidades Contratadas e Instâncias do ECA

Apresentação – IADES - Profª Cacilda M. Asciutti 53

1. Educação Cooperativa 55

1.1 - Centro Comunitário Jardim Autódromo 55

1.2 - Cootraleste – Educação Cooperativa 57

2. Conselhos Tutelares do Municipio de São Paulo 61

3. CMDCA/SP – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo 65

4. COPROCAF – Cooperativa de Profissionais em Atenção à Criança e ao Adolescente e Familia 67

5. Projeto Kindere de Cultura Popular 71

6. Associação Cultural Engenho Teatral – ACET Engenho Teatral uma experiência em andamento. 73

7. Lekotec / Promov 79

PARTE 4 – Avaliação das Instâncias Municipais 81

Abertura: Profª Cacilda M. Asciutti - IADES 83

Instâncias do Executivo Municipal 85

Comissao Especial de Estudos Sobre Criança e Adolescente da Câmara Municipal do Municipio de São Paulo 89

PARTE 5 – Instâncias da Sociedade

Forum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - São Paulo 97

Forum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - São Paulo 101

OAB - Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Comissão de Direitos Humanos - São Paulo .. 105

PARTE 6 – Encerramento – Plenário Aberto 109

Introdução

PROASF - Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar foi elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo em 01/02/1995, tendo sido publicado no Diário Oficial do Município (D.O.M.) em 29/04/1995. Acolhido pela municipalidade em 07/06/1995, teve operacionalização definida em nov.95 (a partir do Protocolo de Intenções firmado entre o CASA - Centro Apoio Social e Antendimento do município São Paulo e o CMDCA - SP em 07/12/1994, publicado no D.O.M. em 09/12/94).

Ainda em 1995, o CMDCA-SP aprovou os projetos internos relativos ao PROASF, voltados, cada qual com suas especificidades, a atenção às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, com recorte inicial àquelas em circunstâncias especialmente difíceis (de e/ou na rua). Assim, cada entidade contratada possuí papel e trabalho específicos e diferenciados, tanto na construção metodológica do Programa como na implantação de ações preventivas e/ou de apoio:

- IADES - construção e assessoria para implantação do PROASF, através da metodologia teórico-prática.
- COPROCAF - Suporte administrativo ao CMDCA-SP; assessoria aos Conselhos Tutelares; gerenciamento do Centro de Dados Informatizados (CDI).
- COOTRALESTE e JARDIM AUTÓDROMO - Educação Cooperativa.
- ENGENHO TEATRAL - Plano piloto de ação cultural.
- KINDERÊ - Arte e educação.
- LEKOTEK - Atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco e suas famílias através de recursos lúdicos.

Além desses projetos, o CMDCA-SP aprovou como projeto integrante do PROASF, o curso para qualificação continuada dos Conselhos Tutelares de São Paulo (a ser ministrado pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários - PUC/SP) ainda não implantado.

Objetivos do colóquio

- Avaliação do Primeiro ano de construção e implantação do PROASF - Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo
- Perspectivas para 1997.

PROGRAMA

MANHÃ

09:00 - *Abertura*

- OAB - Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - Comissão de Direitos Humanos
- CMDCA-SP - Conselheiro representante
- IADES - Grupo de Trabalho Criança e Adolescente
- Autoridades

09:30 - *IADES:* Apresentação da Metodologia PROASF

10:00 - Café

10:15 - *PROASF - Entidades Contratadas e instâncias do ECA*

- COPROCAF: Trabalho realizado em 1996
- Avaliação do Conselho Tutelar (representante dos 20 CT's do município)
- Avaliação do CMDCA-São Paulo
- Educação Cooperativa: Trabalho realizado em 1996
  - COOTRALESTE
  - JARDIM AUTODROMO
- ENGENHO TEATRAL: Trabalho realizado em 1996
- KINDERÊ: Trabalho realizado em 1996
- LEKOTEK/PROMOV: Trabalho realizado em 1996

12:15 - IADES: Síntese do debate apresentado no período da manhã

12:30 - Almoço

TARDE

14:00 - *Avaliações - Instâncias municipais*

- Coordenação PROASF / CASA
- GEMINTER / COGEM
- Grupo Gestor Técnico DO PROASF
- Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de São Paulo

15:15 - *Instâncias da Sociedade Civil – avaliação do PROASF*

- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo
- Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo
- Ministério Público - Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Direitos Difusos e Coletivos
- OAB - Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - Comissão de Direitos Humanos

16:15 - *IADES: Síntese do debate apresentado no período da tarde*

16:30 - *Apreciação do plenário*

17:45 - *Encerramento*

Princípios do Proasf

Buscando construir, respeitar e executar os passos do processo educativo, tendo como garantia uma ação concreta com os meninos e meninas em situação de rua, baseados nos pressupostos básicos da proposta pedagógica, enunciam-se os seguintes objetivos dos programas de atuação à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social e suas famílias:

- Compreender as necessidades básicas (bio-psico-sociais) que a criança e/ou adolescente em situação de rua tem como pessoa em desenvolvimento, desconsiderando os preconceitos sociais que elas próprias e outros lhes atribuem.

- Estimular e possibilitar a participação social da criança e do adolescente em ações que visem sua socialização em grupos abertos ou casas de passagem/de convivência que facilitem o processo educativo conforme sua idade psicológica e/ou social, enquanto aguardam encaminhamento para suas famílias e/ou instâncias de proteção, apoio e segurança.

- Desenvolver com as crianças e jovens o processo educativo, cujo ponto de partida seja sua prática social (vivência na rua, família, ocupação), problematizando esta prática; instrumentalizando-as através da reflexão, técnicas e conhecimentos científicos, práticos e teóricos; abrindo espaço à mudança de atitude face a si mesmos (auto-estima) e a sociedade; gerando uma prática social qualitativamente nova.

- Inserir as crianças e adolescentes em situação de rua nos equipamentos sociais de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, disponíveis nos bairros, vilas (comunidades), conforme sua idade e interesse, não segregando-as das demais crianças no uso de tais equipamentos;

- Possibilitar a inserção da criança e adolescente em situação de rua, prioritariamente, no sistema formal de ensino (escola) de acordo com seu nível de escolaridade, buscando desenvolver estratégias e ações preliminares que promovam sua socialização, convivência e aprendizagem na rede pública de ensino, exigindo qualidade, efetividade e criatividade.

- Preparar a criança para o retorno à família (mãe, pai, irmãos, avós, tias etc.) no caso de ruptura com a mesma ou afastamento prolongado, buscando soluções, analisando as causas da ruptura e ou afastamento, criando estratégias de apoio para o retorno à convivência familiar.

- Preparar a família para receber a criança ao seu convívio, buscando analisar e compreender as causas do afastamento, ruptura e ou abandono, no sentido de estabelecer os liames familiares.

- Promover/articular na comunidade, bairros e vilas as escolas, com grupos de pais, clubes de mães, movimentos de mulheres, grupos de apoio aos pais, grupos de vizinhança, de solidariedade etc. discussões sobre questões relativas aos filhos e às relações entre pais e filhos.

- Criar programas públicos/privados (ONGs) de discussão da dinâmica familiar

- Possibilitar discussão de vizinhança rumo a construção de valores novos de dignidade e cidadania, formas coletivas de apoio e orientação/discussão de questões familiares.

- Criar condições para que as crianças e adolescentes em situação de rua sejam inseridos em atividades ocupacionais com as demais crianças de outras classes sociais para que ocupem o tempo na recreação, lazer, estudos, esportes, ou tarefas construtivas para o desenvolvimento de suas aptidões e habilidades.

- Criar condições para a formação profissional de adolescentes e jovens em situação de risco, através de atividades profissionalizantes que possam desenvolver seus interesses, aptidões e habilidades na "educação pelo trabalho", preparando-se profissionalmente para o futuro.

PARTE I

Abertura do Colóquio

DR. JAIRO FONSECA – OAB
Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil Secção São Paulo, representando a Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

PROFª CACILDA M. ASCIUTTI – IADES
Presidente do IADES - Instituto de Análisesobre o Desenvolvimento Economico-Social, Coordenadora da "METODOLOGIA PROASF".

CMDCA/SP – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Representantes da Sociedade Civil
- *Conselheira Francisca R. de Oliveira*
- *Conselheiro Arthur Scatolini Menten*

Abertura

OAB São Paulo — Comissão de Direitos Humanos — Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

DR. JAIRO FONSECA*

Quase todos me conhecem, mas para aqueles que não me conhecem, eu sou da Casa, meu nome é Jairo Fonseca. Eu presido o Comissão de Direitos Humanos da qual faço parte da Sub-Comissão da Criança e do Adolescente, que hoje junto com o IADES estão promovendo um Colóquio.

Sejam bem vindos à OAB, para nós é uma satisfação, mais do que isto, é uma honra receber vocês. Se vocês que são do ramo discutem, trabalham, estudam a questão da criança, principalmente a criança em situação de risco, estudam o estatuto, debatem problemáticas, prioridades, as dificuldades todas da criança, se vocês não encontrarem uma resposta que tenha eficácia, não só a resposta teórica, não apenas para o mundo acadêmico, mas resposta passível de traduzir em resultados. Cá no chão, onde acontece a fragilização da criança, na Praça da Sé, dentro da Febem, na periferia, nos lares humildes, na favela. Se não conseguirmos levar esse conhecimento para transformá-lo em instrumento eficaz de salvação, de resgate da criança, não temos muitas esperanças que outras entidades possam conseguir isso. Ou vocês conseguem ou, talvez, ninguém consiga. Não que sejam os únicos mais informados ou mais competentes, mas são com certeza os únicos que somam experiências diversificadas. Acho que esse colóquio de hoje deve permitir que cada um chegando, sem verdades finais, cada um vindo para cá disposto a sair daqui e dizer: eu pensava de uma forma e hoje pós-colóquio já não penso mais. Ou então aquela proposta de tal entidade sempre achei que não funcionava, agora entendi melhor.

Essa busca de convergência é fundamental em um encontro como este, que tem a natureza de troca e de assimilação de experiências. Não serão palestras para que os outros aprendam com cada um que chega e sabe tudo. Mas será exatamente esse estar junto de parceiros de preocupação, de parceiros de caminhada.

Eu vejo título Proteção Especial. Talvez, possamos dizer Proteção Especialíssima, se considerarmos que as experiências de vida até agora de proteção que permita a salvação. Proteção que permita e reincorporação para a felicidade, que é o objetivo de cada um. Nós ainda não temos experiência com grandes resultados. Mas temos insistido que o menino na rua deve sempre ser abordado. Repito: o menino na rua deve sempre ser abordado. É no mínimo uma hermenêutica, com interpretação de lei equivocada, dizer que, quando o estatuto declara que a criança e o adolescente têm o direito de ir e vir, isso significa que a criança e o adolescente tem o direito de permanecer na rua. Não se trata de um direito. Rua não é lar, rua não oferece abrigo contra o tempo, contra os intempéries, não oferece oportunidade de carinho, de orientação, enfim, de realização pessoal para ser cidadão feliz, útil à sociedade e, sobretudo, realizado como ser humano.

---

* *Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo, representando a Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*

A grande discussão portanto é: quem deve abordar a criança na rua? A polícia, assistente social, psicólogo, educador de rua? É essa a discussão: como abordar? Prendendo, seduzindo para outro tipo de atividade, convencendo para a criança intergrar-se a um dos programas, educando para a criança compreender sua situação e decidir por opção diferente. Aí que entra a ciência daqueles que trabalham com isso.

Falando em ciência, a OAB está preocupada, nossa comissão e acho que quase todo mundo que trabalha com a criança e o adolescente e sem preocupação de homogeneizar a filosofia. Todos têm que pensar igual, não é isso, mas é possível que tenhamos algumas linhas mestras mínimas para o trabalho com a criança. Numa base possível, como em outras épocas foi pior, tem melhorado um pouco, mas ainda estamos longe dessa posição ideal, não é mais possível que o menino na Praça da Sé de 13 anos que esteja dormindo debaixo da marquise ou no vento ou que cheire cola de vez em quando ou todo dia, ou de vez em quando fuma maconha e cheira cocaína. Esse menino se for abordado por um agente da Pastoral ele ouve um tipo de discurso. Se for abordado por educador de rua e outros religiosos, que não da igreja católica, tem outro tipo de discurso, se for abordado por educador de rua de uma das várias entidades que trabalham ouvirá um outro tipo de proposta, se for abordado por um policial obviamente terá um outro tipo de tratamento. Então, a preocupação é que se tenha certa clareza de qual é o caminho para abordar o menino. Mais do que isso, não são todos os meninos da rua que tem que ser abordados da mesma forma. se um rapaz de 14 anos, na Praça da Sé, com revólver na mão acaba de assaltar, tem que ser abordado pela polícia mesmo. Ele cometeu um ato infracional gravíssimo. Claro que não tem que ser espancado, claro que não ter que ser levado para o Distrito Policial, claro que não pode ser autuado em flagrante, mas é a polícia. Ele tem que ser levado para o S.O.S., terá o apoio que é necessário para ser resgatado.

Por outro lado, o menino que está na Praça da Sé, dormindo debaixo da marquise, não é problema da polícia. Não há nenhum ato infracional, ele não está armado, não tem que ser abordado pela polícia. Quem tem que se aproximar desse menino é outra pessoa, com outra formação, com outro objetivo, com outro discurso.

Essas coisas, aos poucos, tem que ir sendo colocadas tendo a discussão por vocês todos. Assim como avaliação de cada um desses programas, aspecto pedagógico.

Eu vou encerrar contando a vocês uma coisa muito preocupante. Eu comecei falando da eficacia. Tem nos preocupado muito que consigamos eficácia no nosso trabalho. Senão, podemos nos perder ou perder muito tempo num alto preparo muito grande. Uma troca de experiências pedagogicas e experiências mesmo teoricas muito grandes e com dificuldade de levar para a prática essas experiências. Sempre que pudermos aprender fazendo, parece que é o caminho correto. Se eu disser para vocês uma coisa muito preocupante, nós temos hoje visto em São Paulo vocês da sub-comissão e grande parte dos companheiros fizeram um debate sobre crack. Cresceu muito rapidamente em São Paulo e em algumas cidades do interior. Um padre, muito experiente, inclusive nos chamamos de vocação adulta. Ele tinha 29 anos, era advogado e resolveu ser padre. Trabalhou na rua aqui, no Recife, com presos, com a delinquência pesada muito tempo, sempre com crianças, foi diretor da Febem, trabalhou com casas de passagem. Enfim, morou com os meninos para viver com eles, ir para rua, para o restaurante, para o bar. Leva para praia, divide cada instante com a criança para tentar resgatá-la. Ele ganhou um prêmio a semana passada, não sei se leram nos jornais, do Presidente da República, um prêmio e um cheque, pelo trabalhos que ele faz com as crianças em Ribeirão Preto. É o Padre Agostinho Duarte. Ele veio de Brasília, passou para almoçar comigo e conversarmos, ele é amigo antigo. Eu conheço 2 meninos que estavam morando com ele em Ribeirão Preto, ficaram 6 meses com ele. Ele saiu do convento e foi morar com esses meninos. Experiência crítica. Desses meninos um envolvido com crack e outros 2 com cocaína. Ele veio com esses meninos aqui, conversei com ele, almocei com eles, rapaz de 16, 14 anos. Depois de 6 meses, ele me disse a semana passada que recebeu um prêmio. Eu perguntei: como estão os seus 3 meninos? Ele disse: já voltei para o mosteiro. Eu disse: - Você conseguiu? Ele falou: 2 sim, mas o que está envolvido em crack eu não avancei um milímetro. O

máximo que eu consegui foi um contato afetivo com ele em certos momentos. Ele vem e recai, vem e recai. Consegui trabalho, afeto, encaminhamento, família, presença, tudo. E através dele convive com outros também envolvidos com crack, da mesma idade. Ainda não temos resposta eficiente para o crack. Numa primeira avaliação, ele me disse: a gente consegue desintoxicar rapidamente o aspecto químico, mas não conseguimos recosturar a ruptura psicológica que o crack deixou, perda de alto estima. Por quê? O crack é barato e vicia rápido. Muito de pronto o viciado começa a cometer atos humilhantes. Por exemplo, o assalto não é humilhante para o menino de rua ou para o ladrão, é ato de força, um crime mas um gesto de afirmação. Roubar a bengala do avô para trocar por crack, roubar o brinquedo do irmão mais novo para trocar por crack, roubar o botijão de gás da mãe pobre para trocar por crack, é uma coisa muito humilhante. O viciado em crack troca coisas de valor muito pequeno por uma pedra de crack. E furta essas coisas caseiras. E depois, quando desintoxica daquele 1° momento, ele está totalmente machucado e amargurado psicolgicamente pelas coisas que fez, ele não se reconhece fazendo aquelas coisas, que ele considera muito humilhantes e muito indignificantes. E quase sempre fica situação difícil de ser recosturada. Ele me dizia isso e nos preocupou muito.

Eu estou colocando para vocês em razão desse colóquio, que é dos meninos de rua, meninos na rua, para proteção especial, que se puderem senão hoje, mas pensem com esse abismo que teremos que enfrentar, que já deveríamos estar enfrentando. Eu dizia para o Padre Agostinho: você com a experiência que tem, com o now-how que tem, assumiu de maneira tão determinada morar com esses meninos, conviver diuturnamente com esses meninos, dividir tudo com eles, cada instante e ainda assim você me diz que fracassou. Imagina o que temos pela frente, temos que repensar caminhos novos para que a gente possa ter reforços.

Essa é a minha preocupação.

Tudo que discutirem aqui hoje, nessa avaliação de como foi o ano, o que avançou, o que não avançou, essa somatória de experiências, imaginem o que isto pode ser levado de pronto para a rua. Como isso pode repercutir hoje, no final do expediente, amanhã. Para aquele menino que a gente vê aqui na porta da Catedral, na Praça da República, como que isso pode chegar a ele, através de quem pode chegar a ele. não vamos guardar conosco essa experiência tão rica que vocês podem produzir e vão produzir aqui hoje. Não vamos colocar em livros ou em anais apenas. É precisa fazer isto, para armazenar isto, mas antes é preciso que isto saia desses anais, desses compêndios e chegam aonde tem que chegar. senão, estaremos construindo uma elite, competente na discussão, conhecedora e que acumulou esse conhecimento, mas com incapacidade de levar esse conhecimento, eu diria que acadêmico, para a realidade onde esse conhecimento é útil. País pobre, sub-desenvolvido com o nosso, não tem direito de ciência acumulada, a filosofia discutida fique apenas circulando em áreas mais restritas. Tem que de pronto achar seu caminho prático.

Eu desejo a vocês um dia muito útil, muito prático e muito interessante. A OAB está à disposição, sintam-se em casa.

Eu vou só convidar para a Mesa a Francisca de Oliveira, que á a Conselheira representante do CMDCA São Paulo (Sociedade Civil). E já está conosco a Cacilda Asciutti, que é nossa amiga do IADES.

Pelo que a Cacilda me disse, esse 1° painel vai ser composto por elas duas, depois a própria Cacilda vai compondo os outros painéis.

Eu já passaria, inclusive, para a própria Cacilda, que é de Casa, a coordenação dos trabalhos. Muito obrigado.

Abertura

IADES - Instituto de Análise do Desenvolvimento Economico e Social

*PROFª CACILDA M. ASCIUTTI **

Muito obrigada, Dr. Jairo, digníssimo representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil seção São Paulo, que sempre tem dado apoio e, inclusive, na construção e na luta da sub-comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde tantos debates temos feito e tantas ações tem sido realizadas em benefício das Crianças e dos Adolescentes, principalmente aquelas em situação de risco pessoal e/ou social.

Estamos presentes aqui hoje com objetivo muito claro. É um pouco até formal, científico, na linha de que todos os envolvidos com o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar foram convidados a participar, falar e colocar um pouco de todo o processo de trabalho: considero um resgate de toda a história do processo de construção de um plano de atenção integral e integrada, de atenção às crianças e adolescentes em situação de risco, com recorte inicial e especial às crianças e adolescentes em situação de rua ou na rua.

O objetivo desse encontro, desse Colóquio é estarmos realmente produzindo uma memória do trabalho de um ano, de um trabalho de luta com todas as Instâncias que participaram.

Dividimos o trabalho em 3 grandes blocos, inicialmente uma apresentação, inclusive um pouco da metodologia do IADES, que não é bem do IADES, mas é a metodologia aprovada pelo Conselho Municipal, com relação a um trabalho integral, integrado respeitando todas as Instâncias da sociedade, sejam públicas, sejam entidades da Sociedade Civil, movimentos e as redes integradas, com um novo olhar com relação ao atendimento não mais fragmentado ou pontual como vem acontecendo.

O objetivo era esta apresentação inicial, com os partícipes Conselho Municipal da Cidade de São Paulo, o IADES que de alguma forma ficou encarregado da metodologia e tem feito essa discussão na cidade, junto com as outras entidades. E, dentro do PROASF as entidades contratadas para esse trabalho e as instâncias organizativas determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, nessa 1ª fase, na parte da manhã. O COPROCAF, avaliação do Conselho Tutelar, a avaliação do Conselho Municipal, e as entidades que estão construindo o PROASF - Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, o trabalho realizado pela Cootraleste e pelo Jardim Autódromo no projeto de Educação Cooperativa, o Engenho Teatral

---

* Presidente do IADES - Instituto de Análise do Desenvolvimento Economico e Social, Coordenadora da "METODOLOGIA PROASF"

que trabalha com arte e cultura, o Kinderê que trabalha com arte e educação, na escola de samba e o Lekotek - atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco com as famílias, e o núcleo do PROASF - assessoria ao CMDCA e aos CT's (COPROCAF) e a metodologia e assessoria de atuação (IADES).

São os projetos internos, aprovados pelo Conselho Municipal e implementados a partir do fim de novembro do ano passado, de 95. Temos exatamente um ano de tentativa de implementação, o PROASF é um programa de orientação elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi aprovado em 1995, em 1° de fevereiro. Só foi acatado a publicação dele no Diário Oficial do Município no fim de abril de 95, acatado depois em julho pelo Executivo Municipal e teve início de implantação em novembro, como obrigação de fazer determinada pelo Ministério Público, num processo contra a municipalidade. Há 2 projetos básicos, um o IADES com a construção da metodologia e o COPROCAF com assessoria apoio e retaguarda técnica aos conselhos tutelares mais os programas de retaguarda que vão estar presentes no decorrer do dia.

Na parte da manhã, as entidades, que chamamos de G-7, o grupo dos 7 contratados e as Instâncias determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. À tarde, as Instâncias Municipais, a coordenação do PROASF, que está afeta ao Casa que é o Centro de Apoio e Atendimento, o Geminter que seria o grupo Municipal Inter-Secretarial, o Grupo Gestor Técnico que conforme a metodologia é um grupo de profissionais que faria o espraiamento da gestão participativa e a interligação da gestão popular com as áreas de atendimento, com as regiões e as regiões são 20 ligadas aos Conselhos Tutelares e a Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal. Essas seriam as Instâncias Municipais.

Num 3° bloco, chamamos de Instâncias da Sociedade Civil, para uma avaliação do PROASF. Aí a presença do Forum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de S. Paulo, Forum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de S. Paulo e o Ministério Público, em especial o Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - Direitos Difusos e Coletivos e a OAB na Sub-Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também terá uma participação qualificada.

Queria agradecer, inicialmente, a presença de todos. Queria agradecer em especial à Casa, à OAB que tão gentilmente nos cedeu espaço. Nós estávamos com problema de espaço, para uma discussão qualificada, na medida que o Executivo Municipal tem bloqueado determinados trabalhos. E a OAB, hoje estou convicta, é o melhor espaço na cidade para essa discussão sobre as Crianças e os Adolescentes em situação de risco e principalmente as crianças em situação de rua.

Eu queria agradecer mais uma vez à OAB e a todos os presentes. Estamos vendo pessoal conhecido que está na luta há muito tempo, Conselhos Tutelares, os contratados, vários Conselhos Tutelares do Município presentes, o Fórum Estadual, o Fórum Municipal e alguns conselheiros da Sociedade Civil.

Nessa abertura, eu gostaria de ouvir a palavra dos Conselheiros representantes da Sociedade Civil no evento, os Conselheiros Arthur e Francisca e depois faremos a avaliação iniciando o 2° bloco, que é apresentação da metodologia do IADES, do Coprocaf, etc.

Antes eu gostaria de ler para que constasse dos anais deste colóquio que o trabalho foi organizado para que cada Instância participante nas lutas para implantação e implementação do Proasf tivesse aproximadamente 15 minutos para expor, o tempo dividido entre muitos participantes, tratando-se de um projeto participativo em sua essência.

Como entidade organizadora do colóquio, o IADES comunica, neste momento que a representante governamental do Conselho Municipal DCA São Paulo, (Presidente da Mesa Diretora) não estará presente. Recebemos o seguinte ofício.

São Paulo, 13 de dezembro de 1996

Ofício nº 465/96

"IADES - Presidente Cacilda Asciutti.

Prezada senhora

O Proasf, Programa de Orientação e Apoio sócio-Familiar, prevê o atendimento à Criança e ao Adolescente em situação de risco social e pessoal no município de São Paulo. Esse programa está elaborado pelo Conselho Municipal em execução pelo Casa. O IADES é a entidade indicada pelo Conselho Municipal para assessorar parte do desenvolvimento desse programa.

Assim sendo, fica inviável a elaboração independente da proposta de apresentação como seminário, numa abordagem de avaliação do primeiro ano de construção e implementação do Proasf, com vistas à perspectivas para 1997. Quando ambos, Conselho Municipal e Casa estão meramente convidados à participação enquanto ouvintes.

Educar para os Direitos Humanos consiste em formar mentalidades sintonizadas com respeito a todos e contribuir para o estabelecimento estabelecer práticas sociais voltadas para a cidadania democrática.

Assina o ofício: *Nancy Ventura – Presidente do Conselho Municipal DCA.*

CACILDA - Quanto à última frase: "educar para os direitos humanos consiste em formar mentalidades sintonizadas com respeito a todos e contribuir para o estabelecimento de práticas sociais voltadas para a cidadania democrática", eu assino embaixo.

Quanto ao "Casa" como executor do programa e o Conselho Municipal basicamente a ala Governamental, não foram meramente convidados enquanto ouvintes como está no texto, mas como participantes importantes na implementação do Proasf. Lamento a não presença de exatamente o executor de uma política pública gestada e construída pelo Conselho Municipal de São Paulo.

Abertura

CMDCA/SP – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP

CONSELHEIRA FRANCISCA R. DE OLIVEIRA *

Bom dia. Nós conversamos ontem no Conselho Municipal e, infelizmente, por ausência de todos os representantes do Governo não foi possível tirar esse representante para vir a este colóquio. Nós nos deliberamos como Sociedade Civil representantes no Conselho, deliberamos ser importante estar presente no colóquio, dado à relevância do PROASF. E a nossa representação é oficial como Sociedade Civil. Não foi tirado por ambos da paridade Sociedade Civil/Governo quem viria a este colóquio.

Estamos passando um momento muito difícil no Conselho Municipal aonde há 3 meses estamos avaliando este programa. Ora se coloca que este programa deve ir para secretarias afins, ora este programa tem que ficar ainda com a verba do Fumcad. É uma discussão longa, não chegamos até agora a nenhum consenso e na parte da avaliação vamos detalhar mais qual é a posição do Conselho Municipal hoje. Até porque é um momento de transição de Governo Municipal e está havendo troca de todos representantes do executivo e com isso dificulta muito as nossas reuniões. Não estão vindo e com isso está dificultando o quórum das reuniões.

CONSELHEIRO ARTHUR SCANTOLINI MENTEM *

Bom dia. Como a Francisca já dizia esse momento é muito complicado porque se a gente pensasse em simplesmente jogar nesse momento de transição o PROASF para as Secretarias Municipais, o que absolutamente não é uma idéia descartada, muito pelo contrário, é um caminho natural de um programa aprovado pelo Conselho. Nesse momento seria uma política de Poncio Pilatos, simplesmente eu lavo as minhas mãos e empurro esse programa para alguém que nem sei nem se vai cumprir porque não sei se vai estar aqui daqui 2 meses, não sei nem quem é e nem o compromisso que tem com o programa desse vulto. O PROASF desde que foi acolhido pela municipalidade, ou a municipalidade teve que engolir güela

* Conselheiros do CMDCA/SP, representantes da Sociedade Civil

abaixo que nem remédio amargo, por causa da ação que o Ministério Público propôs contra ela, ele tem sido frequentemente atropelado. E esses atropelos preocupam a cada instantes. Esses atropelos fazem com que casas sejam abertas como se elas fossem PROASF, esses atropelos fazem com que a metodologia, depois de construída a duras penas, não seja verificada na prática.

Então, É um momento de hiato, no qual a gente não sabe qual vai ser o encaminhamento exato. Mas a preocupação está ai, a gente está tentando, na medida do possível, se reunir enquanto Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para conseguir tomar uma posição efetiva. Porque é até uma situação muito engraçada. A Angelise fala assim: daqui a pouco eu vou me livrar dos microfones, não vou precisar mais falar. Porque a gente não tem como dizer se o PROASF vai continuar, se o PROASF vai acabar. Porque o Conselho não tomou uma posição quanto a isso, porque o executivo esvazia o Conselho. A gente tem que garantir a efetividade desse órgão que deu esse programa tão importante, que tem esse papel tão importante dentro da cidade. Eu acho que de começo é isso.

Encerramento da Abertura

CACILDA - Muito obrigada. Passaria a palavra ao Dr. Jairo, para encerramento desta abertura para começarmos os trabalhos, discutindo a metodologia um pouco e as entidades contratadas mais o Conselho Tutelar para dar encaminhamento aos trabalhos do dia. Cada participante terá 15 minutos para falar e no final teremos uma abertura para plenária, para colocação de todos questionamentos.

O evento hoje é um colóquio, não é um seminário, não é um debate. É realmente um resgate histórico de todo trabalho realizado por todas entidades presentes na luta pela implantação do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, que como está claro o rumo é a família. Nós deixamos um pequeno folheto que é um micro resumo do resumo de 20 volumes já produzidos pelo IADES em termos da metodologia durante esse ano todo. Então, como todo e qualquer resumo peca por escassez de informações. Mas a tentativa é de que fique bastante claro que o PROASF consoante às determinações legais, Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, objetiva assegurar o atendimento integral às crianças e aos adolescentes em situação de rua e/ou na rua. O processo de organização/reorganização familiar é o ponto de partida e de chegada na garantia dos direitos da cidadania.

O PROASF ao estabelecer, através da metodologia, uma série de programas de atendimento objetiva realizar o resgate/construção do vínculo familiar, tão vital para as crianças, adolescentes, famílias, comunidades e para a sociedade como um todo.

Passamos então para a 2ª parte, eu agradeço. Passando a palavra para o Dr. Jairo Fonseca da OAB e coordenador da mesa.

Dr. JAIRO FONSECA - O teatro municipal estava todo enfeitado, muito iluminado, muito bonito. Foi a posse do 1º Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente. Talvez, alguém aqui estivesse presente. Eu tive a honra de ser membro desse 1º Conselho. A Prefeita Luiza Erundina nos indicou. Foi uma experiência curta, mas de muita esperança. Eu acho que ao ouvir os dois conselheiros aqui, tanto a Francisca como o Arthur, notamos que os conselheiros hoje estão falando pouco. O que é um bom sinal, devem estar fazendo muito. Naqueles primeiros tempos nós brigávamos muito, falávamos muito e não fazíamos quase nada, tentando resolver nossas grandes divergências com os outros companheiros, etc. Eu acho que esse será um dia profícuo e a Casa, repito, é de vocês.

Agradeço de novo a vocês e repito, a OAB, como disse muito bem a Cacilda, hoje busca ser um espaço para esses tipos de debates e, inclusive, através da nossa sub-comissão, é a comissão mais atuante da comissão de Direitos Humanos. Nossa comissão tem procurado ajudar, contribuir de alguma forma com as demais entidades, Conselho, Forum, todos que trabalham com a criança.

Sintam-se em casa, para nós é uma satisfação. Obrigado.

CACILDA - Muito obrigada. Obrigada Arthur e Francisca, vocês terão algumas vezes ainda para estarem presentes aqui na mesa. Passaremos agora a apresentar um resumo da "Metodologia PROASF.

PARTE 2

APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA PROASF.

RESUMO

IADES - INSTITUTO DE ANÁLISES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÒMICO-SOCIAL

PROFª CACILDA M. ASCIUTTI – IADES
Presidente do IADES - Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Economico-Social.

Coordenadora da "METODOLOGIA PROASF".

IADES — Apresentação da Metodologia Proasf

1 - Introdução

A formulação e a implementação da Metodologia, sob responsabilidade do IADES - Instituto de Análise sobre o Desenvolvimento Econômico-Social, estão inseridas, de forma integrada, dentro do Programa de Orientação e Apoio-Sócio Familiar e visa, sobretudo, garantir-lhe:

- a instrumentalização teórico-prática dos princípios, objetivos e procedimentos do processo educativo a ser desenvolvido com crianças e adolescentes em situação de rua e/ou na rua;

- definição dos fluxos de ações de atenção integral e integrada às crianças e aos adolescentes em situação de rua e suas famílias.

O Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar foi elaborado e aprovado durante a 2ª gestão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (1º fev. 95), publicado no D.O.M. 40 (80) - 29 de abril de 1995, acolhido pelo Executivo Municipal D.O.M. 40 (106) - 7 de julho de 1995 - com operacionalização através do Centro de Apoio Social e Atendimento - CASA - conforme protocolo de intenções CMDCA/CASA - 07/12/94 (D.O.M. - 09/12/94), com apoio da 3ª gestão do CMDCA/SP.

De forma resumida, o trabalho do IADES no PROASF corresponde a Fase I, Frente 1, itens "a" e "b", o que convencionou-se chamar de Metodologia - a Fase I estrutura a Fase II (intervenção nas famílias).

Do início da elaboração do PROASF pelo CMDCA/SP (nov./94) até sua aprovação (01/fev./95) foi consenso entre os Conselheiros do CMDCA/SP, Conselhos Tutelares, técnicos, educadores, setores da Universidade, Fórum Municipal DCA etc. que o PROASF - Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familar seria, em todas as etapas, um processo de elaboração coletiva e articulada com todas as forças vivas da sociedade que lutam em defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Coerente com o princípio da democracia participativa, tanto para o diagnostico (Módulo I) quanto para o ciclo substantivo (Módulo II), o IADES implementou discussões em grupo com os Conselhos Tutelares (dez./95), seminário PROASF (26/abr./96), seis oficinas de trabalho formais e outras tantas informais ou já com dinâmica autônoma dos Fóruns DCA rumo ao envolvimento, participação e encaminhamento partilhado de propostas para construção de metodologia de trabalho junto aos: Conselhos Tutelares, CMDCA/SP, movimentos sociais, Fóruns DCA Municipal e Regionais, entidades de atendimento, órgãos públicos, COPROCAF e executores do PROASF e pessoas ligadas à área da infância e juventude, em particular aquelas em situação de rua.

Resumo — Metodologia e Forma de Gestão

Estabeleceu-se para a construção metodológica do PROASF, como política pública, o caráter de programa de proteção especial com o recorte inicial às famílias e suas crianças e adolescentes em circunstâncias especialmente difíceis (de e/ou na rua).

Propôs-se uma metodologia integral e integrada de ação/atuação através de 5 programas de atuação/ação. Nessa metodologia é pré-condição à ação: estruturação dos Conselhos Tutelares, divulgação do ECA e dos C.Ts e Banco de Dados (CDI - COPROCAF).

A busca de uma prática metodologicamente conduzida apontou para a necessidade de uma política regional de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua e à sua família.

O eixo central da Metodologia está na atuação dos Conselhos Tutelares

No Módulo III - IADES: **Ciclo de implantação e controle: assessoria** - define-se a metodologia da gestão PROASF - participativa e regionalizada e estabelecem-se algumas metas iniciais.

Contudo, por melhor que se elabore a metodologia e a forma de gestão - participativa -, o IADES, por si, não poderá garantir isoladamente sua implantação, sem apoio efetivo, controle e vontade política do CMDCA-SP, Conselhos Tutelares, rede movimentalista, Fóruns DCA - Municipal e Regionais, secretarias e comunidade organizada. A implementação do PROASF deve se dar de forma qualificada, caso contrário será mais uma frustração na história da turma da rua.

"Não se pode alcançar objetivos positivos se não existe uma declaração de vontade política e de compromisso para afrontar esta realidade (como é natural, trata-se de uma declaração que implica uma ação rápida e concreta e não uma declaração repleta de boas intenções que às vezes fazem os políticos).

"(...) Portanto, é necessário um **projeto de ação**, em cujo interior definem-se escolhas teóricas, colocam-se objetivos de trabalho, se fixam linhas metodológicas e enumeram-se quantidade, tipo e qualidade dos instrumentos que se deseja utilizar." (Duccio Scatolero - Juiz de Turin, Itália)

As diretrizes metodológicas propostas pelo IADES objetivam criar e implantar uma **nova cultura** para a área, construindo diretrizes para a restruturação da política social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. As diretrizes metodológicas comportam tanto mudanças estruturais **de natureza técnico-administrativa como mudanças e implementação de práticas sócio-pedagógicas**, tendo como eixos básicos os Conselhos Tutelares e a Gestão Participativa.

A metodologia PROASF, articulada de modo participativo, busca obter condições políticas, técnicas e administrativas, considerando um conjunto escalonado de prioridades, embasadas numa concepção teórico-crítica da educação, do planejamento e de sua execução. Visa, assim, incentivar e estimular a criação de

formas participativas e de canais de expressão, afeitos, em maior ou menor grau, seja ao aparato administrativo e institucional, seja às formas organizativas já sacramentadas pelos movimentos sociais e populares.

A metodologia do Programa e sua forma de implantação, tanto no nível da **gestão pedagógica** quanto da **gestão dos recursos financeiros e humanos**, objetiva superar as dificuldades e evitar a precariedade e a fragmentação das ações de atenção às crianças e adolescentes em circunstâncias especialmente difíceis (de e/ou na rua) e suas famílias.

2. O QUE É O PROASF

Historicamente, as ações de atenção à família, quando existentes, eram concebidas não com o valor de uma política de direitos, mas como uma espécie de favor dos governantes e das entidades filantrópicas à população carente - prática essa perpassada pelo que se convencionou chamar de cultura tutelar. E o mais grave, é que se pensava na família como parte das políticas e programas para crianças e adolescentes e não o contrário: ***programas para a família prover, educar e socializar seus membros.***

Embora o PROASF dirija-se inicialmente à crianças e adolescentes em situação de rua, deve-se ter clareza de que esta população não constitui um grupo especial. O que as tornam especiais é justamente o caráter excludente de nossas políticas públicas, que, tradicionalmente, atuaram no sentido de dissimular as diferenças entre ***ser marginalizado*** e ***ser marginal***. Portanto, a situação dessas crianças e jovens é resultado da omissão do poder público e da própria sociedade com relação às condições de miséria a que encontram-se submetidas grande parte das famílias brasileiras, fazendo com que seus filhos partam para as ruas na busca de alguma forma alternativa de sobrevivência.

Ao se pensar uma política social de retorno de crianças e adolescentes em situação de rua ao convívio familiar e comunitário, é fundamental que se perceba que a família sempre desempenhou, praticamente sozinha ou através de pequenos arranjos de "solidariedade" estabelecidos com a comunidade, o papel de proteção aos seus membros. Assim, os programas básicos de apoio à família devem abranger a atenção psicossocial, jurídica e financeira para que ela possa cuidar de seus filhos com dignidade, rumo à cidadania plena. A família deve, pois, ***ser sujeito participante ativo de todo esse processo***.

Nesse sentido, a família constitui o lócus privilegiado da ação do PROASF. Nessa concepção o investimento em programas de ***organização/reorganização familiar é ponto de partida e de chegada*** e tem por finalidade implementar e assegurar o Sistema de Garantia de Direitos instituído pelo novo ordenamento jurídico na área da infância e juventude (ECA).

2.1. Crianças e adolescentes em situação de rua - conceituação

A categoria "crianças em situação de rua" designa "uma diversidade de situações do estar na rua".[1] Na década de 80, o movimento social já distinguia duas situações: **meninos na rua e meninos de rua.** Na década de 90, começou-se identificar quatro grupos distintos de crianças em situação de rua:

Trabalhadores de rua com base familiar: constitui o maior grupo de crianças que vemos nas ruas. Moram com suas famílias, freqüentam escolas, trabalham em atividades no mercado informal e retornam a suas casas;

Trabalhadores de rua independentes: segundo maior contingente dos meninos que transitam pelas ruas. Moram temporariamente nas ruas devido à distância da casa, abusos sofridos no ambiente doméstico, falta de alimentação. Por isso, estão mais expostas à "cultura da rua", e começam a adotar certos padrões de comportamento acarretando no abandono de suas famílias. Apenas 31% freqüentam a escola. Combinam trabalho com o cometimento de pequenos delitos;

Crianças de rua: 15% do grupo estudado se encaixa na definição feita pelo senso comum "menino de rua": "pivete", "trombadinha", "pixote". Eles moram nas ruas e os laços familiares são mais fluídos ou os contatos estão interrompidos. Seu aspecto físico é diferente dos demais, e 2/3 dos pesquisados disseram ter sofrido abuso ou violência física e sexual. Somente 7% vão à escola, e ainda assim, de forma precária. 60% admitem ganhar a vida de modo ilegal e 80% falam abertamente do uso regular de drogas. A maior parte deles já esteve internada em instituições oficiais de atendimento, convivendo com adolescentes infratores;

Crianças de famílias de rua: crianças que vivem nas ruas junto com o grupo familiar, formando parte da chamada "população de rua".[2]

Qualquer uma das situações acima representa risco pessoal e social para essas crianças e adolescentes e, portanto, devem ser alvo prioritário das políticas sociais a fim de que seus direitos sejam assegurados conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

---

1. Ver Benedito Rodrigues dos Santos (coord. do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - gestão 88/90). Crianças em situação de Rua. mimeo. s/d.

2. Benedito Rodrigues dos Santos citando a pesquisa realizada por Lusk e Mason intitulada "A criança no Brasil Hoje". Rio de Janeiro, 1993

Não se pode, contudo, repetir os mesmos erros adotando-se práticas e metodologias assistencialistas, pontuais e fragmentadas. A política de atenção aos direitos da criança e do adolescente, conforme prevê o ECA, deve realizar-se mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, substituindo as práticas tradicionais que privilegiam medidas voltadas estritamente para o atendimento das necessidades básicas das crianças e adolescentes por uma política de atendimento fundada na noção de cidadania e direcionada a sua formação integral.

Nesse sentido, o ECA aponta em seus artigos 86, 87 e 88 para uma nova forma de relação entre Estado e Sociedade, através dos Conselhos dos Direitos e dos Conselhos Tutelares como instâncias que deslocam o eixo de poder, historicamente centralizado no Estado, ampliando o espaço de participação da sociedade civil na defesa dos interesses de base coletiva.

2.2. Conselho Tutelar e a política "garantista"

Dada a importância estratégica para a efetivação do ECA e o espaço social que o Conselho Tutelar representa, enquanto instância jurídico legal e como órgão legítimo de defesa dos direitos fundamentais de 3.500.000 de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que habitam no município de São Paulo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, ao formular o PROASF, conferiu centralidade aos Conselhos Tutelares do Município. Em outras palavras, **o Conselho Tutelar é eixo básico de ação e atuação entre a população infanto-juvenil e as demais instâncias públicas ou da sociedade civil.**

A fonte constitucional e legal dos poderes atribuídos ao Conselho Tutelar[3] são os artigos 24 - XV, parágrafo 10, artigo 30-II e V, e artigo 204 da Constituição Federal. O título V do livro II da Lei Federal 8069 (13 de julho 90) - Estatuto da Criança e do Adolescente trata das normas gerais a que se refere a Constituição Federal (1988).

O Conselho Tutelar e uma das instâncias de organização e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Fundado nos mesmos princípios de participação que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente[4], constitui-se em um *espaço garantidor* dos direitos.

O Conselho Tutelar é a instância da sociedade civil mediadora na defesa dos direitos entre as crianças e adolescentes (suas famílias/comunidade) em situação de risco e o poder público, Justiça, Promotoria etc.

---

3 Sêda, Edson - ABC do Conselho Tutelar - "Providências para mudanças de usos, hábitos e costumes da família, sociedade e Estado, quanto a criança e o adolescente no Brasil". Campinas-SP julho/92, p. 6

4 Asciutti, Cacilda - Pesquisa Participante/1994 Estado de São Paulo, CONDECA/SP, IMESP, junho/1995, p. 31

Se o Conselho Municipal DCA é instância paritária Governo/Sociedade Civil, formuladora e controladora das políticas sociais e de proteção da infância e juventude, o **Conselho Tutelar** é, por sua vez, "*órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente*" (art. 131 - ECA).

O Conselho Tutelar *atende, encaminha e toma providências* (medidas de proteção) nas situações de risco pessoal e/ou social. São agentes públicos e o exercício de suas funções constitui serviço relevante à população. Entenda-se, com clareza, que o "Conselho Tutelar não presta serviços diretos, não assiste diretamente. Ele atende às reivindicações, às solicitações que são encaminhadas pelas crianças, jovens, suas famílias e a população em geral"[5], objetivando aplicar as medidas de proteção, que o ECA preconiza, quando há ameaça ou violação por ação ou omissão da sociedade ou do Estado (inclusive por ameaça ou violação por falta, o omissão ou abuso dos pais ou responsaveis, ainda em razão da própria conduta da criança ou do adolescente).

Trata-se, conforme afirma o Promotor Dr. Paulo Afonso Garrido de Paula, "de um órgão criado pela lei visando imprimir concretude à diretriz constitucional da democracia participativa (CF - art. 227, § 7º, c/c. Art. 204, inciso II)"... e continua... "Consigne-se que nas discussões do anteprojeto de lei que deu origem ao ECA a tônica era marcada pela avaliação da necessidade de um órgão popular distribuidor de justiça social, célere e com um mínimo de formalidade, que pudesse selecionar no próprio município casos individuais caracterizados pelo descumprimento aos direitos".[6]

Uma das grandes inovações do ECA é a substituição de práticas e metodologias assistencialistas, pontuais e fragmentadas "por um conjunto de propostas de trabalho sócio-educativo de caráter emancipador, baseado nas noções de cidadania e de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. No campo das relações processuais, que trata da abordagem jurídica da questão das crianças e dos adolescentes em situação de risco pessoal e social, o Estatuto substitui o enfoque e as práticas subjetivas e discricionárias do direito tutelar latino-americano por um enfoque garantista, introduzindo um conjunto de vanguardas jurídicas, visando assegurar à criança e ao adolescente a sua condição de sujeito de direito em face do sistema de administração da Justiça da Infância e da Juventude"[7].

---

5. "Trabalhando Conselhos Tutelares" - Cadernos de Ação nº 2 - Conselho Tutelar: um espaço de ruptura. IEE PUC-SP, CBIA-SP, agosto/92, p. 9.

6. Garrido de Paula, Paulo Afonso. Conselho Tutelar: Atribuições e subsídios para o seu funcionamento. CBIA-SP, janeiro/93, p. 5 e seguintes.

7. Gomes da Costa, Antonio Carlos. "O novo direito da criança e do adolescente no Brasil: o conteúdo e o processo no panorama legal". Cadernos CBIA - ano 1, nº 2 - Municipalização: possibilidade ou realidade. Rio de Janeiro: jan./fev./1992, p. 13.

3. PROASF - UM PROCESSO PARTICIPATIVO

3.1. ABORDAGEM SISTÊMICA - REDES

Ao implementar a metodologia PROASF de forma efetiva e qualificada, há necessidade de **envolvimento de sujeitos, serviços e organizações**, além disso, **os objetivos tem de ser convergentes e articulados**, e as diversas redes integradas de forma sistêmica:

- rede pública municipal: secretarias, administrações regionais, Geminter;
- rede movimentalista: sociedade civil, movimentos de melhoria de condições de vida, entidades de defesa de direitos, entidades de atendimento, fóruns regionais e municipal DCA etc.;
- rede dos Conselhos Tutelares (integração dos 20 conselhos);
- rede de comunicação institucional: sobre o ECA e C.T., na mídia impressa e eletrônica;
- rede de retaguarda e infra-estrutura de apoio: pública e privada, para atender as demandas em articulação regional e micro-territorial;
- integração intermunicipal: região metropolitana - para retaguarda às crianças e adolescentes de outros municípios e que estão nas ruas de São Paulo.

Articulando o conhecimento e a experiência dos conselheiros tutelares, com a experiência e ações de entidades, órgãos públicos (secretarias) e movimentos, rumo ao enfrentamento da situação das crianças e adolescentes em condições especialmente difíceis (*de* e/ou *na* rua) e o conhecimento objetivo do PROASF, a rede de informações e a comunicação ampliará a capilaridade do programa e o apoio necessário ao sucesso do PROASF.

Dado ser o PROASF uma política pública municipal, gestada pelo CMDCA-SP e tendo nos Conselhos Tutelares seu eixo estratégico de implementação, a gestão em rede será construída de forma regionalizada, **nos micro-territórios**, onde estão sediados os Conselhos Tutelares. A articulação nos **micro-territórios** vai reunir movimentos sociais, entidades e gestores públicos em torno de metas comuns.

Cada componente da rede e demais agentes sociais envolvidos no processo **deverão manter sempre presentes os objetivos iniciais do PROASF**, intercambiando, avaliando de forma sistemática as ações e retroalimentando a organização sistêmica - regionalmente e no município, procurando:

- avaliar o nível de atuação já existente nas regiões, por parte dos Conselhos Tutelares, órgãos públicos (escolas, centros de juventude, formação profissional, cultura, esporte, lazer), entidades de atendimento e movimentos de melhoria de condições de vida, quanto à luta pelo atendimento e encaminhamento das necessidades das crianças e adolescentes que fazem da rua o seu espaço de sobrevivência;

- discutir as linhas de ação que podem ser traçadas para garantir a permanência da criança na família, na escola e na comunidade de forma eficaz e eficiente;

- discutir formas de garantir a implementação do PROASF e a estruturação dos Conselhos Tutelares junto às instâncias municipais, regionais e estaduais - Executivo, Legislativo e judiciário;

- discutir estratégias de articulação com Secretarias, órgãos públicos, Conselhos Tutelares, entidades de atendimento, movimentos sociais, fortalecendo e implementando ações e políticas locais, distritais e regionais, bem como mobilizando a sociedade na luta pela formação profissional dos adolescentes e trabalho, geração de emprego e renda (para os adultos) para que as famílias possam dar suporte a seus filhos;

- mapear, reforçar e incrementar trabalhos de qualidade já realizados;

- evitar repetir modelos institucionais burocráticos, bem como evitar que a sociedade civil substitua ou assuma ações que competem à área governamental;

- implementar ações a partir das necessidades das famílias, procurando envolver toda a comunidade nesse processo, evitando-se propostas prontas ou interesses particulares;

- respeitar os valores culturais da comunidade/bairros e vilas no planejamento e execução das propostas;

- não desvincular as ações do contexto estrutural do país;

- desencadear ações na área da família que tenham como parâmetro a interrupção do processo de deterioração da estrutura familiar, atribuindo a responsabilidade dessa tarefa às entidades governamentais e não-governamentais de forma contínua e articulada.

3.2. Pré-condições à ação integral e integrada de atenção à criança e ao adolescente em situação de rua

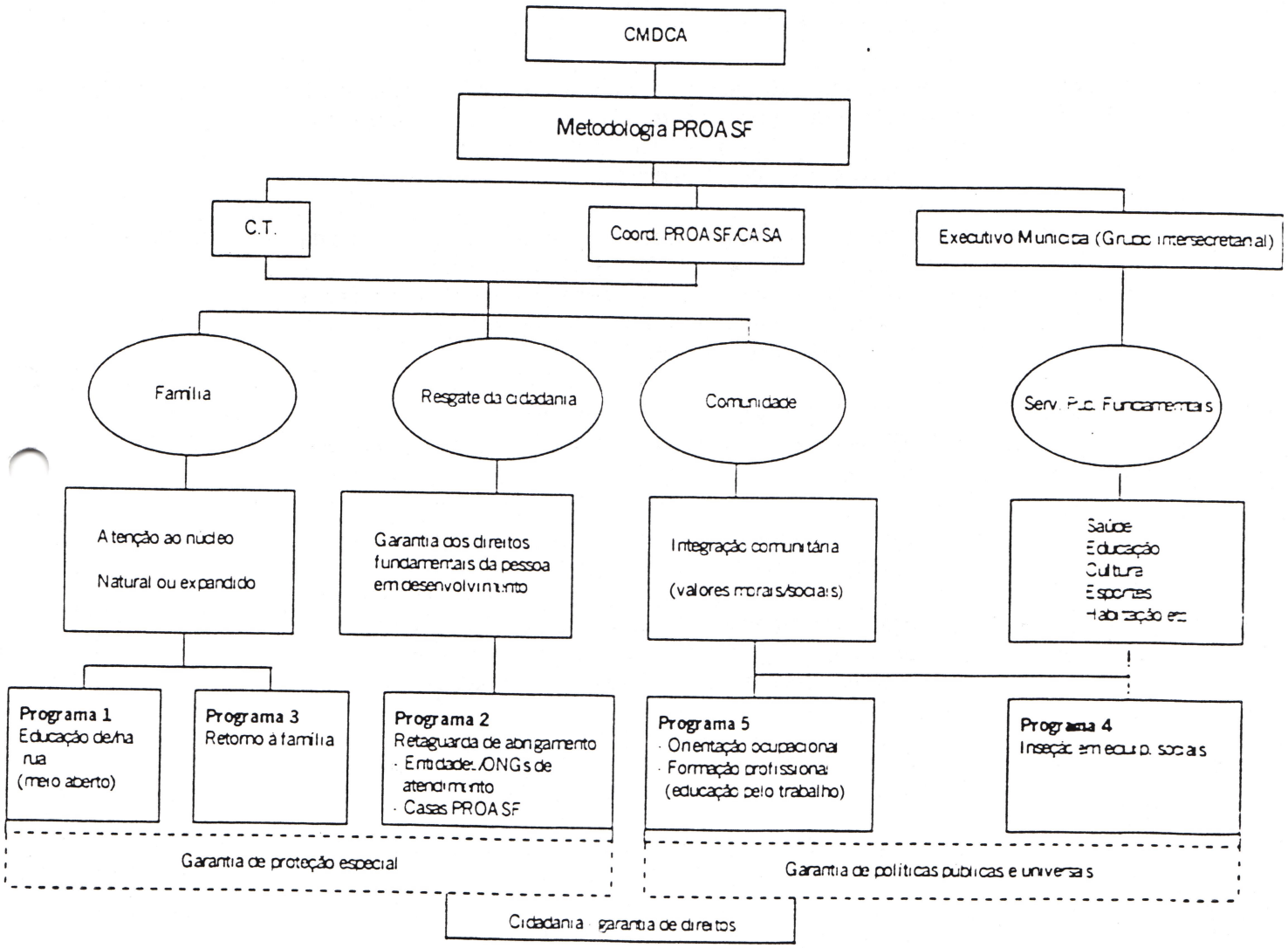
Para que se possa implementar essa proposta, algumas instâncias de atuação e ação são determinantes e constituem-se como pré-condição à ação integrada PROASF:

- ***Estruturação dos Conselhos Tutelares*** para que possam efetivamente atuar e zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

- ***Divulgação do ECA e dos Conselhos Tutelares*** visando informar e sensibilizar a sociedade da importância dessa nova legislação, bem como das atribuições e competências dos Conselhos Tutelares na defesa dos direitos da infância e da juventude;

- ***Rede de dados e informações (Banco de Dados Atuante)*** através da construção de um banco de dados dinâmico e regionalizado que forneça informações permanentemente atualizadas sobre a situação da infância e da juventude no município de São Paulo, de forma à instrumentalizar o CMDCA e os Conselhos Tutelares no planejamento e consecução de políticas públicas junto às entidades de atendimento (públicas e privadas), aos movimentos da sociedade civil, ao poder público etc.

  Esse banco deverá ser operacionalizado através dos indicadores CDI - Centro de Dados Informatizados do COPROCAF, de levantamentos regionais realizados pelos Conselhos Tutelares, do cadastramento do CMDCA, das informações das secretarias ligadas ao Geminter (ainda não disponíveis), e dos indicadores e caracterização sobre a realidade da criança e do adolescente (IADES, Metodologia, Parte 1).



4. Os Programas que compõem o PROASF

Objetivando o atendimento integral e integrado de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, a metodologia PROASF engloba cinco programas de atuação/ação a serem implementados de forma articulada e regionalizada:

Programa 1: Educação de rua/meio aberto (apoio, orientação, acompanhamento da criança e do adolescente na rua em situação de risco).

Programa 2: Política de abrigo nas entidades existentes e nas "casas" (local onde as crianças e adolescentes se reúnem: é o centro de convivência/ de passagem, o espaço coletivo no qual as crianças e adolescente estabelecem as primeiras relações do processo educativo). Local de passagem para uma nova vida, novos projetos e encaminhamentos.

Programa 3: A família, como eixo básico de trabalho - família-comunidade e reintegração à família de origem, a partir de um plano de atuação comunitária e à dinâmica familiar (condições socioeconômicas, psicológicas, sociais, etc. da família).

Programa 4: Inserção da criança e do adolescente nos equipamentos sociais da sociedade civil (ONGs) e do Estado - OGs (municipal, estadual e federal) instituídos para atender as necessidades sociais básicas da população nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer, Esporte, Recreação, Trabalho, etc.

Programa 5: Orientação ocupacional e/ou formação profissional, conforme a faixa etária, aptidões e habilidades da criança e adolescente. Educação pelo Trabalho.

A proposta metodológica deve ser entendida em sua totalidade. As estratégias, ações e procedimentos para implementação e execução do PROASF, levando-se em conta os princípios e diretrizes pedagógicos que alicerçam os programas e ações de atenção integral e integrada, não podem ser vistos ou entendidos isoladamente, para que não se reproduza mais uma vez programas estanques e fechados em si mesmos, mediante práticas dispersas, fragmentadas ou pontuais.

4.1. Programa 1 - educação de rua (meio aberto):

É um Programa de acompanhamento/atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua, executado por educadores sociais e pelas instituições as quais se vinculam.

As ações se desenvolvem numa relação de mútua cooperação e parceria, metodologicamente assim definidas: sob a orientação dos C.Ts e com apoio organizativo do PROASF.

Objetivos: Devem ser implementados simultaneamente conforme parâmetros e diretrizes apresentados na metodologia.

Objetivo 1

- Articular/integrar serviços/profissionais/entidades que realizam atividades junto a crianças e adolescentes em situação de rua .
- Entregar a responsabilidade para o atendimento em meio aberto aos educadores de rua e as instituições a que se vinculam.
- Apontar bases factíveis para um reordenamento institucional visando direcionar as ações em curso subordinando-as ao processo de construção dos conselhos tutelares.
- Definição das atribuições dos educadores de rua e estratégias de ação mais adequadas para a afetividade do trabalho.

Objetivo 2

- Fundamentar o arranjo institucional procurado pelo ECA com uma política integral (em oposição a políticas setoriais fragmentadas) de arranjos globais voltados para segmentos específicos que habitam micro territórios.
- Trabalho de educadores de rua e entidades numa relação de mútuo apoio e parceira com conselhos tutelares.
- Coordenação do PROASF para meio aberto através da gestão participativa.

Objetivo 3

- Estatísticas, dados e indicadores considerando-se o foco crianças e adolescentes em situação de rua.
- Obtenção de informações, sistematização e análise como parte constitutiva e cotidiana das atividades dos agentes envolvidos, como difusores de conhecimento.
- Colaboração do meio aberto (municiando com informações primárias e aprofundando a pertinência dos instrumentais existentes) no esforço de construção de parâmetros de qualidade e efetividade do atendimento (monitoramento).

Objetivo 4

- Viabilizar momentos e espaços potencializadores de especializações e competências.

- Constituir um fluxo contínuo e permanente de informações que norteado metodologicamente, se objetiva em critérios de qualidade e efetividade ao atendimento das crianças e adolescentes em situação de rua.

- Divulgar e discutir com a sociedade os serviços, ações e realizações para que o meio aberto seja mais um dos canais de formulação e difusão de conhecimento e serviço de CMDCA e doa CT.s.

- Por questões éticas e metodológicas, além da segurança e integridade física, o atendimento à criança e adolescente de rua deve caminhar para a profissionalização.

Estratégias de ação

- Articulação com entidades e serviços de atendimento em meio aberto.
- Trabalhar o direito das crianças e adolescentes em situação de/na rua, ao acesso aos serviços sociais, o que demanda uma articulação das secretarias de Estado (municipais e estaduais), órgãos afins e serviços comunitários;
- Estabelecer vínculos de confiança e aceitação entre os educadores-educandos, para possibilitar a construção/reconstrução da cidadania;
- Propiciar aos meninos e meninas espaços de vivência, visando a promoção, a autonomia e a descoberta do direito à cidadania;
- Proporcionar um atendimento tranqüilo e seguro diante da situação de violência já vivenciada pelos meninos e meninas de/na rua e conscientizá-los da temporalidade da ação;
- Oportunizar um leque de atividade sócio-educativo-artístico-culturais e de lazer, de qualidade, que possibilitem a indicação de limites, a elaboração de projetos de vida a partir do resgate da cidadania e elevação da auto-estima;
- Possibilitar espaços de formação, onde os educadores possam refletir sobre a prática e construir metodologias;
- Assessorar, acompanhar e interagir (equipe de supervisão) na organização e gestão das propostas educativas desenvolvidas nos programas;
- Propiciar a participação da família, dos adolescentes, da comunidade no acompanhamento, avaliação e gestão do trabalho, realizando a prestação de contas (pedagógicas e administrativas) dos programas;
- Estabelecer a forma de avaliação do programa, bem como os indicadores de qualidade da ação e verificar o seu impacto.

4.2. Programa 2: Política de Abrigo

A **meta** de programas de atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social é o **retorno às suas famílias**. A política de abrigo serve de apoio para essa demanda, quando a relação com a família, com a escola e com a comunidade estiverem dificultadas e, necessitando de tempo para processar o estabelecimento/restabelecimento dos vínculos. Este espaço não substitui as funções familiares, nem tão pouco o das políticas públicas básicas.

O princípio da transitoriedade deve ser a tônica neste tipo de atendimento e, para isso, trabalhar a restauração do vínculo familiar, a busca de famílias substitutas, o estímulo à guarda e à adoção, são diretrizes de programas dessa natureza.

Estes espaços servem para o estabelecimento de novas regras de convivência, diferentes daquelas vividas na rua e nos grupos de pertencimento. A ruptura com a rua vai se construindo quando a criança e o adolescente se dispõe a voltar para a família. O retorno de crianças e adolescentes ao grupo familiar deve ser feito de forma segura e com acompanhamento, por um período mínimo de seis meses. Nesse processo, **o desenvolvimento escolar e a inserção em programas sociais com atividades sócio-culturais fazem parte do acompanhamento**.

O atendimento e albergamento/abrigamento de crianças e adolescentes em situação de rua deverá ser regionalizado e será realizado em duas modalidades, conforme o perfil da criança/adolescente e suas necessidades, através das:

Entidades de atendimento, abrigo temporário públicos ou particulares (ONGs)

Casas de passagem/convivência PROASF

O início do Programa dar-se-á através das entidades existentes, na medida em que sejam trabalhadas a integração das redes e retaguardas na região e a implantação de 1 ou duas Casas - referenciais piloto para avaliação posterior.

As regiões de implantação das Casas deverão ser definidas junto com os Conselhos Tutelares e COPROCAF, CMDCA e Coordenação PROASF, após a seleção da equipe técnica gestora, da equipe de educadores sociais e do planejamento de trabalho desses educadores que atuarão nas respectivas Casas.

4.2.1. entidades de atendimento/abrigo temporário:

Cada região do município de São Paulo possui entidades de atendimento e abrigos, cujos espaços e vagas devem ser viabilizados pelos Conselhos Tutelares, educadores, gestores técnicos PROASF (uma vez que é impossível abrigar crianças e adolescentes de toda uma região em uma única "Casa", implantada para atender, no máximo, entre 10 e 15 crianças/adolescentes), deixando em cada uma dessas entidades de atendimento/abrigo temporário vagas disponíveis aos Conselhos Tutelares. O número de vagas abertas ao PROASF será fruto de acordo de cooperação comunitária entre as entidades, os C.Ts., os gestores regionalizados, etc..

4.2.2. Casas de passagem/convivência:

Deverão constituir-se enquanto espaços de apoio às crianças e adolescentes em situação de/na rua, com um atendimento de 24 horas ininterrupto. Cada espaço (na primeira fase 20 Casas) deve atender, no máximo, 15 crianças e adolescentes, pois o atendimento, ao ser personalizado, impõe o conhecimento da população, ou seja, um diagnóstico psico-social-pedagógico que indicará qual a linha de atenção a ser realizada para cada caso. Não é mais um lugar para se "deixar" os meninos e meninas. E, sim, uma proposta onde o atendimento deve ser realizado prioritariamente nos serviços sociais da rede regionalizada, com o indicativo de retorno ao grupo familiar de origem. Esses espaços contarão com educadores sociais selecionados, segundo critérios da metodologia proposta. Dada a natureza do atendimento, cada espaço deve contar com 8 (oito) educadores sociais, que deverão atender, numa jornada de 6:00 horas diárias ininterruptas.

A casa de passagem/de convivência deve ser uma medida a ser considerada **desde que não constitua um fim em si mesmo. Ela deve estar situada na rede integrada de serviços, municipalizado ou não, e interligada às demais políticas sociais básicas.**

Para as situações não circunscritas ao âmbito da temporalidade, ou seja, para aqueles que estão com os vínculos familiares rompidos e com larga história de vida nas ruas, o encaminhamento deverá ser feito para outro tipo de programa como os abrigos de permanência continuada.

Nas situações de drogadição, baixo auto-estima, maus-tratos, abuso sexual, portadores de necessidades especiais, etc., há que se procurar os serviços sociais instalados em cada região; auxiliar na orientação do caso e acompanhar o atendimento.

Quanto ao **perfil dos educadores sociais e o cotidiano de atendimento**, é condição fundamental que os profissionais que atuarão nas casas de passagem/ de convivência tenham capacidade de observação e de compreensão da realidade das crianças e jovens de/na rua, como também de articulação com os movimentos sociais e poderes instituídos.

Nesse sentido, o trabalho nas casas de passagem/de convivência precisa contar com o apoio de uma **equipe multidisciplinar**, visando a reflexão da ação desenvolvida no cotidiano pelos educadores. Esta equipe deve atuar como facilitadora do envolvimento dos demais parceiros presentes na rede de atendimento, como também na articulação com os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Setoriais, Ministério Público, Poder Judiciário, entre outros. **Esta equipe multidisciplinar supervisiona todo o trabalho realizado nas casas.**

Para que o trabalho da equipe técnica multidisciplinar e dos educadores sociais atinja resultados de qualidade, deve-se considerar os seguintes pontos:

- trabalhar o direito das crianças e adolescentes em situação de/na rua o acesso aos serviços sociais, o que demanda uma articulação das secretarias de Estado (municipais e estaduais), órgão afins e serviços comunitários;

- estabelecer vínculos de confiança e aceitação entre os educadores-educandos, para possibilitar a construção/reconstrução da cidadania;
- propiciar aos meninos e meninas espaços de vivência, visando a promoção, a autonomia e a descoberta do direito à cidadania;
- proporcionar um atendimento tranqüilo e seguro diante da situação de violência já vivenciada pelos meninos e meninas de/na rua e conscientizá-los da temporalidade da ação;
- oportunizar um leque de atividades sócio-educativo-artístico-culturais e de lazer, de qualidade, que possibilitem a indicação de limites, a elaboração de projetos de vida a partir do resgate da cidadania e elevação da auto-estima;
- possibilitar espaços de formação, onde os educadores possam refletir sobre a prática e construir metodologias;
- assessorar, acompanhar e interagir (equipe de supervisão) na organização e gestão das propostas educativas desenvolvidas nos programas;
- propiciar a participação da família, dos adolescentes, da comunidade no acompanhamento, avaliação e gestão do trabalho, realizando a prestação de contas da ação (pedagógicas e administrativas) dos programas;
- estabelecer a forma de avaliação do programa, bem como os indicadores de qualidade da ação e verificar os seu impacto.

4.3. Programa 3: Retorno à Família

A família, entendida como um grupo extensivo - pai, mãe, parentes, agregados e outras relações que se caracterizem por laços de consangüinidade e/ou afetividade, formalizados ou não por atos jurídicos -, se constitui no *lócus* privilegiado da ação do PROASF, no sentido de assegurar às crianças e adolescentes o direito à convivência familiar. Isto porque, é no espaço familiar e comunitário que se dá a socialização, a cooperação, o aprendizado de afetos, como também as rupturas, as perdas e os ganhos na construção/reconstrução da trajetória de vida dos grupos.

Considerando-se a situação de degradação e miséria que atinge hoje grande parte das famílias brasileiras, em particular aquelas que vivem nos grandes centros urbanos, como é o caso do município de São Paulo, o desenvolvimento de programas de atenção à família implica, necessariamente, no **estabelecimento de políticas públicas voltadas à erradicação da pobreza**. Neste sentido, várias são as proposições de programas de caráter estrutural e emergencial a elas destinados: geração de trabalho, complementação da renda, apoio psicossocial e jurídico, elevação do grau de escolaridade, entre outros.

De acordo com a metodologia PROASF, o investimento na organização familiar é **ponto de partida e de chegada** para que as crianças e jovens tenham assegurados os mínimos de cidadania que lhes são conferidos pela legislação. Deve-se ter

clareza de que a família, enquanto instituição, faz parte do contexto sócio-econômico-cultural, sofrendo, portanto, pressões para prover e se relacionar com os seus integrantes. Desta forma, o PROASF, enquanto programa de atenção à família, deve desenvolver ações que possibilitem às famílias **prover, educar e socializar seus membros**.

A implementação do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar tem por objetivos:

- tornar-se, ao longo do tempo, um programa ampliado para todas as famílias que necessitem;
- priorizar programas de subsistência para a família, através da geração de emprego e complementação da renda familiar para os adultos, reafirmando o seu papel na sociedade como provedor de crianças e adolescentes;
- investir no princípio de igualdade de direitos e deveres na relação de gênero (homem/mulher) no tocante ao desempenho dos papeis e responsabilidades familiares,
- buscar a participação ativa das famílias em todas as etapas do trabalho, bem como nas decisões e implementação das ações para que estas possam dar suporte a seus filhos;
- elevar os patamares de escolarização do conjunto do grupo familiar;
- formar grupos de convivência inter-famíliar e comunidade visando a ajuda mútua, a solidariedade, bem como organizar uma rede de famílias que possam substituir a família de origem em situações emergenciais;
- considerar a família como sujeito e objeto das ações nos programas de atenção integral, tornando-a co-partícipe tanto nos programas de garantia de proteção especial, quanto nos programas de garantia de políticas publicas universais (todos os programas PROASF articulados);
- priorizar a qualificação sistemática dos profissionais envolvidos na tarefa de resgatar os vínculos familiares.

4.4. Programa 4: inserção em equipamentos sociais

A inserção da criança e do adolescente nos equipamentos sociais inscreve-se no campo das políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades sociais básicas da população nas áreas da Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer, Recreação, Trabalho para os adultos etc. A viabilização dessas ações dependem, necessariamente, da articulação operacional entre as esferas de governo, secretarias/órgãos responsáveis e a rede da sociedade civil, e constituem condição fundamental para a efetiva implementação do PROASF.

4.5. Programa 5: Orientação Ocupacional para Crianças e Adolescentes/ Formação profissional para adolescentes

O Programa de Orientação Ocupacional e de Formação Profissional deve ser entendido mais como uma ação, uma política universal dentro da proposta de atenção integral e integrada às crianças e aos adolescentes. Perpassa, assim, todas as formas e os meios de atenção e as demais ações, principalmente dentro do recorte metodológico inicial do PROASF às crianças e aos adolescente em situação de rua. Pela lógica do processo cabe inclusive a formação e/ou requalificação, reciclagem profissional aos adultos das famílias. Visa instituir as políticas sociais básicas como direito de todos e obrigação do Estado: educação, cultura, esporte, lazer e formação profissional.

A perspectiva do Programa é a de que a orientação ocupacional de crianças e adolescentes e formação profissional de adolescentes não se faça de forma dissociada do sistema educacional, mas sim que venha a complementar adequadamente o sistema de ensino de maneira a resgatar o direito à educação e ao pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, preparando-os para o exercício da cidadania e garantindo-lhes oportunidades concretas de realização humana.

Os objetivos principais que se quer atingir com a implementação e operacionalização do Programa de Orientação Ocupacional de Crianças e Adolescentes e Formação Profissional de Adolescentes são:

- O retorno/permanência de crianças e adolescentes à escola. Centralidade da educação na vida da criança e do adolescente como direito fundamental e como melhor proposta de profissionalização à conclusão da escolarização básica;
- O acesso à equipamentos/serviços/programas que se inscrevem nas áreas da cultura, esporte e lazer;
- Erradicação do trabalho infantil;
- O acesso de adolescentes aos programas de formação profissional, entendendo formação profissional como parte integrante do processo educativo. Quebra do monopólio do projeto de formação profissional controlado pelo empresariado: acesso e controle dos fundos públicos - SENAI, SENAC - à criação de novas propostas de formação, de capacitação e desenvolvimento profissional;
- Realização de campanhas educativas para alterar o imaginário coletivo;
- Proteção ao adolescente trabalhador após os 14 anos de idade, combatendo todas as formas de exploração (perigosas, insalubres, penosas). A erradicação da exploração de mão-de-obra infanto-juvenil.

4.6. Ações gerais (junto ao Executivo Municipal - secretarias e órgãos) necessárias à garantia dos direitos da criança e do adolescente:

4.6.1. Universalização do acesso à escola:

- vagas nas escolas públicas, conforme as demandas;
- bolsas de estudo;
- melhoria e reformulação do ensino básico, objetivando evitar à retenção escolar;
- suporte material, orientação e apoio sócio-pedagógico adequados à população atendida pelo PROASF;
- escola criativa e atrativa, objetivando erradicar a evasão escolar

4.6.2. Universalização do acesso à cultura, esporte e lazer:

- possibilitar o acesso aos equipamentos nas áreas da cultura, esporte e lazer (bibliotecas, museus, parques, clubes esportivos etc.)
- possibilitar o acesso aos serviços e programações culturais, esportivas e de lazer, de forma regionalizada e micro-regionalizada;
- garantir recursos para iniciativas comunitárias na criação de espaços e programações culturais, recreativas e esportivas.

4.6.3. Desenvolvimento de programas de geração de emprego para os adultos da família

4.6.4. Erradicação do trabalho infantil e da exploração da mão-de-obra juvenil:

- promover campanhas de sensibilização e mobilização de toda a sociedade para o combate ao trabalho infantil e acompanhamento/controle da fiscalização do trabalho juvenil, em consonância com as recomendações e normas nacionais e internacionais;
- conclamar a participação e envolvimento de instâncias da sociedade civil na luta contra a exploração do trabalho infanto-juvenil nas diversas escalas territoriais (municipal, regional e micro-regional), em parceria com o CMDCA e com os Conselhos Tutelares: sindicatos de trabalhadores; organizações não-governamentais; Fóruns Regionais e Setoriais; associações de moradores e sociedades amigos de bairro; igrejas e associações religiosas; conselhos da escola, associações de pais e mestres, grêmios estudantis etc.
- coibir o trabalho ilegal por meio de denúncias e da notificação às autoridades competentes (C.Ts);

5. GESTÃO PARTICIPATIVA

5.1. Os tres niveis de gestao

Em sua concepção, o PROASF aponta para uma proposta de gestão participativa, rompendo com a forma tradicional, verticalizada, burocrática e, na maioria das vezes, ineficaz, de gerir as políticas públicas sociais.

A gestão participativa pressupõe o envolvimento dos diversos agentes sociais em todos os níveis e em todo o processo de implementação e operacionalização da metodologia PROASF, desde o planejamento, passando pela execução, monitoramento e avaliação dos programas sociais. A implementação e execução da metodologia PROASF, de forma efetiva e qualificada implica, todavia, a definição e delimitação das competências e atribuições de cada participante.

Nesse sentido, o PROASF deverá ser gestado em três níveis de forma articulada e integrada:

gestão central, composta por representantes do CMDCA/SP, do CASA, do Geminter, coordenador geral do PROASF, conforme já definido nas claúsulas 1ª e 3ª do contrato dos executores do PROASF. Foi proposto ainda que dois representantes do Conselho Tutelar integrem o grupo gestor central, no sentido de viabilizar a construção da rede regionalizada.

A reunião de representantes das esferas governamental e não-governamental num grupo gestor central tem por finalidade estabelecer o consenso em torno da proposta metodológica, bem como firmar compromissos que permitam sua viabilização, de acordo com as competências e responsabilidades de cada componente.

gestão técnica: devera ser composta por equipe multiprofissional, contando com 5 profissionais qualificados - alocados junto à coordenação PROASF, como *staff*. Essa equipe é distinta do grupo PROASF operacionalizador já existente na medida em que será ela a responsável pela supervisão da gestão/ação nos micro-territórios (20 regiões).

A equipe atuará como facilitadora do envolvimento dos demais educadores-sociais presentes na rede de atendimento, como também na articulação com os Conselhos dos Direitos, Tutelares, Setoriais, Ministério Público, Poder Judiciário. Dessa forma, estará agindo no sentido de alimentação e retroalimentação da gestão pública participativa, no novo paradigma. Os integrantes desta gestão devem ser instituintes de novas demandas por direitos, de vigilância e de luta por melhores indicadores de qualidade do atendimento.

A gestão regionalizada (micro-territórios) será composta por representantes dos educadores sociais, Conselhos Tutelares, Fórum Regional, movimentos sociais, entidades sociais, rede de serviços governamentais e não-governamentais etc., estruturada e organizada através de articulações a partir das oficinas de trabalho IADES/PROASF, ou a ser implementada

A gestão regionalizada deve constituir-se em um espaço permanente de negociação, em interface com a gestão técnica, visando a construção e efetividade do sistema de redes. Cada gestão regionalizada vai atuar no sentido de garantir um atendimento integral às crianças e adolescentes e suas famílias, centrando a atenção na identificação e desenvolvimento de programas afinados com as linhas metodológicas do PROASF. Seus componentes deverão conviver, simultaneamente, com a diferença, a heterogeneidade e as particularidades, sem que se perca a dimensão da unidade de ação e a proposta como um todo.

Cada grupo gestor tem, portanto, função diferenciada que, integrada uma a outra, permite a realização de uma gestão participativa, eficaz e de qualidade na ponta do atendimento. Para isso, cada um precisa conhecer bem a proposta, os objetivos, as prioridades, as metas e os resultados a serem alcançados, assegurando o envolvimento de todos os participantes, tanto da rede quanto dos usuários.

De cada grupo gestor depende a eficiência e a eficácia da proposta do PROASF de apoio e orientação sócio-familiar aos grupos em situação de risco pessoal e social, em seu recorte inicial envolvendo crianças e adolescentes em situação de/na rua.

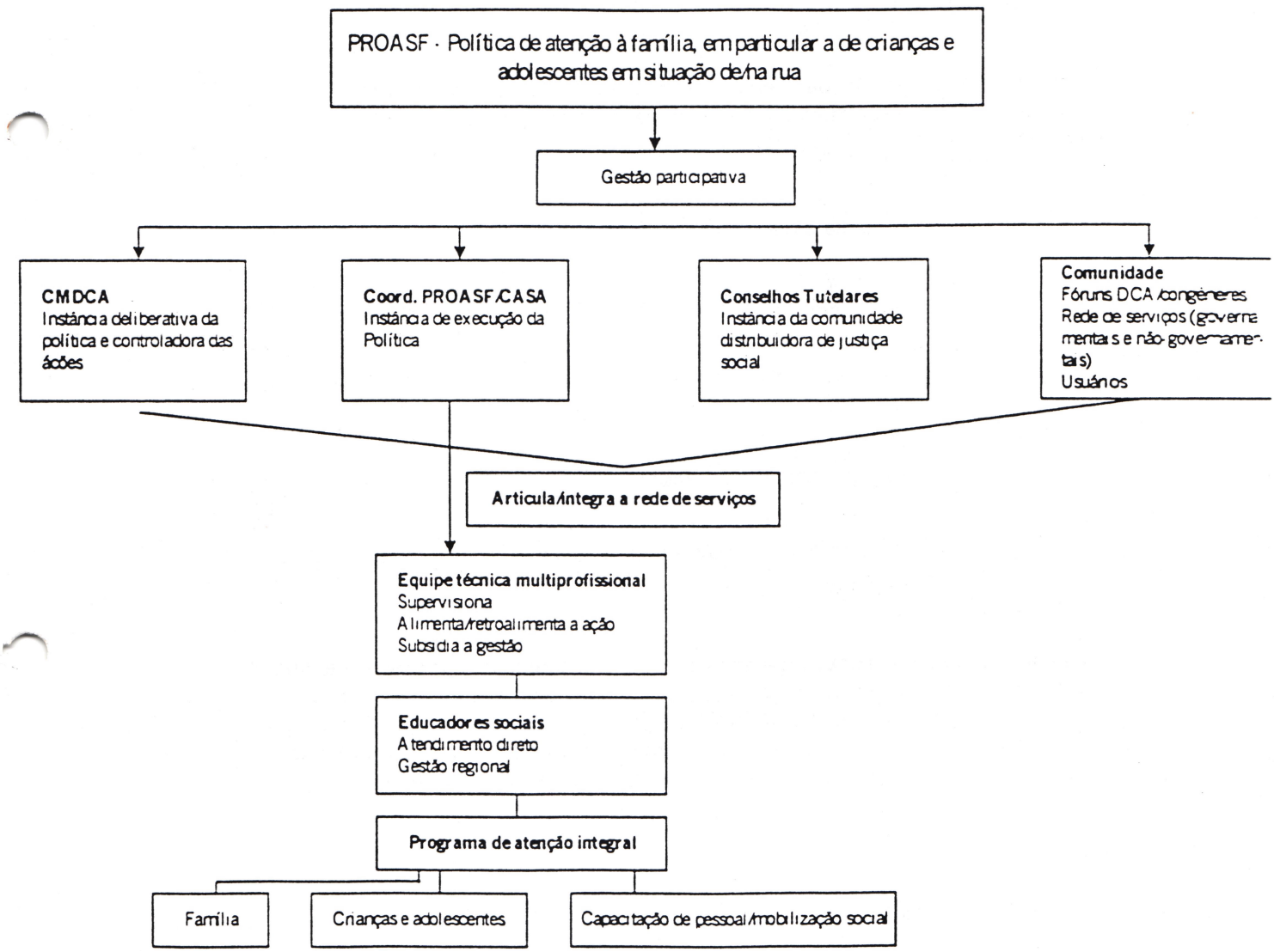
5.2. Perfil dos gestores em todos os níveis da gestão

Para que numa gestão participativa sejam alcançados resultados visíveis e de qualidade, é necessário que os operadores sociais, que integram cada grupo gestor, tenham condições de negociar e definir estratégia de implantação/implementação dos programas sociais, de interagir nos espaços institucionais, onde as políticas serão executadas, reguladas e controladas, bem como de traduzir, na prática, o conteúdo técnico-operacional da proposta.

Tais condições implicam a **capacitação permanente** desses operadores sociais nos mais variados níveis e função. A capacitação se daria mediante treinamentos, cursos, visitas técnicas a programas congêneres; intercâmbios; participação em eventos; reuniões sistemáticas dos operadores; supervisão político-pedagógica; registro da prática pedagógica; elaboração de subsídios; construção de novas metodologias; debate acerca das ações e metas dos programas; publicação e a difusão dos resultados do trabalho. **São estas as condições que oportunizam a construção do perfil que a gestão participativa de programas dessa natureza requer.**

Cada grupo de operadores tem função específica que, aliada a dos demais grupos, permitirá uma sólida implantação/implementação da política, bem como mostrará a justeza e a qualidade do atendimento.

Sintetizando, **cabe à *gestão central* fazer política, ou seja, as articulações, as parcerias e os pactos necessários à viabilização do PROASF; à *gestão técnica* compete acompanhar cotidianamente o atendimento direto realizado pelos educadores sociais nos micro-territórios, bem como, subsidiar as ações a serem realizadas pela gestão central; à *gestão regionalizada*, o atendimento direto à criança, ao adolescente e às famílias, além da articulação e negociação política nos micro-territórios, visando o funcionamento das redes de atendimento.**


PROASF - Política de atenção à família, em particular a de crianças e adolescentes em situação de/na rua
Gestão participativa
CMDCA
Instância deliberativa da política e controladora das ações
Coord. PROASF/CASA
Instância de execução da Política
Conselhos Tutelares
Instância da comunidade distribuidora de justiça social
Comunidade
Fóruns DCA /congêneres
Rede de serviços (governamentais e não-governamentais)
Usuários
Articula/integra a rede de serviços
Equipe técnica multiprofissional
Supervisiona
Alimenta/retroalimenta a ação
Subsidia a gestão
Educadores sociais
Atendimento direto
Gestão regional
Programa de atenção integral
Família
Crianças e adolescentes
Capacitação de pessoal/mobilização social

5.3. Avaliação em todas as esferas

Aferir a eficácia e a visibilidade da política e dos serviços, tanto nos seus aspectos positivos, negativos e o seu impacto junto à sociedade e a população usuária, faz parte do cotidiano da ação.

A avaliação pressupõe um sistema de monitoramento para se mensurar o processo de implantação, implementação, desenvolvimento, eficiência e eficácia da política e dos serviços ofertados.

Esta ação requer o envolvimento dos três níveis de gestão - central, técnica, regionalizada -, no sentido de trabalhar os registros da ação efetuada por todos os envolvidos, onde devem constar:

- as observações do dia a dia do atendimento;
- o impacto e os resultados na proteção e desenvolvimento da população atendida;
- as articulações, parcerias, pactos realizados para a efetivação da política e do serviços;
- os impactos da ação articulada em rede;
- a capacidade de elaboração de novas metodologias e a difusão dos resultados do programa; entre outros.

A avaliação proposta acontece no processo de trabalho (avaliação processual e formativa), permitindo a reformulação de metodologias e estratégias, bem como a verificação dos pontos de estrangulamento que podem ser modificadas no cotidiano. **As técnicas de avaliação podem ser diversas**. O importante é que elas sejam capazes de mostrar como o trabalho vem sendo realizado.

PARTE 3

PROASF
Entidades Contratadas e Instâncias do ECA

Apresentação Cacilda M. Asciutti

- *EDUCAÇÃO COOPERATIVA*
  CENTRO COMUNITÁRIO JARDIM AUTÓDROMO
  Luciano V de Carvalho

  COOTRALESTE
  Carlos R. Vaz

- *CONSELHO TUTELAR*
  REPRESENTANTE DOS 20 CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE S. PAULO
  Conselheira Tutelar – Doraci Carvalho Ferreira

  CMDCA/SP – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
  Conselheira Francisca R. de Oliveira – Representantes da Sociedade Civil

- *COPROCAF*
  COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E FAMÍLIA
  Psicóloga Angelise Nadal Pimenta

- *KINDERÈ*
  PROJETO KINDERÈ DE CULTURA POPULAR
  Neusa Francisco Moura

- *ACET – ENGENHO TEATRAL*
  ASSOCIAÇÃO CULTURAL ENGENHO TEATRAL
  Celso Cardoso

- *LEKOTEK / PROMOV*
  Antonio de Padua Serafim

Coordenação: Eliana Marcondes Pralon - Socióloga IADES

Proasf - Entidades Contratadas e Instâncias do ECA

APRESENTAÇÃO

IADES - Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Economico-Social

PROFª CACILDA M. ASCIUTTI

Eu queria passar então para a nova parte do colóquio a apresentação das entidades contratadas e as instâncias do ECA. Eu chamaria então as entidades presentes. Eu só pediria porque o Jardim Autódromo da Educação Cooperativa tem uma programação à tarde e pediu se poderíamos inverter pauta. Pedindo licença ao Coprocaf, ao Conselho Tutelar e ao Conselho Municipal (sociedade civil).

Estaria chamando o representante do Coprocaf, a Angelise, do Jardim Autódromo é o Luciano. O Conselho Tutelar representante dos 20 Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo que é a Doracy. O representante da Sociedade Civil do Conselho Municipal, o Engenho Teatral que está presente na pessoa do ator Celso Cardoso. O Kinderê não está presente ainda e o Lekotek.

Invertendo um pouco o processo dada a necessidade do Jardim Autódromo de estar presente em outra reunião, eu pediria que o Luciano fizesse a exposição.

Lembrando aos presentes que o objetivo do dia de hoje é estar realizando um balanço de todo trabalho de 1996 rumo à construção de uma política pública voltada à família e as crianças e adolescentes em situação de risco total. Resgatar a história desse processo de atuação determinada pelo ECA e cada entidade envolvida desenvolveu e realizou um papel qualificado e importante.

Proasf - Entidades Contratadas e Instâncias do ECA

1. Educação Cooperativa

1.1 - Centro Comunitário Jardim Autódromo

LUCIANO V. DE CARVALHO

Bom dia. Estou representando a Escola Cooperativa que funciona na entidade do Centro Comunitário do Jardim Autódromo, que fica entre a favela do Autódromo e a favela da Vila da Paz. E o núcleo onde funciona o projeto de Educação Cooperativa está localizado na região de Pareilheiros, no Jardim Silveira, onde atende 40 adolescentes, meninos e meninas.

Aqui temos o relatório sintético do trabalho que foi realizado nesse período de 96. E nesse período do trabalho tivemos os nossos acertos, os nossos desafios e temos também perspectivas para o ano de 97.

Vamos começar pelos acertos. O Projeto de Educação Cooperativa não vem de fora para dentro da realidade dos adolescentes, mas de fato ele se constrói com a participação deles a partir de suas realidades vivenciadas. O projeto representa uma proposta de atendimento integral não trabalhando apenas um aspecto específico, no caso a profissionalização. Mas levando em conta os diversos desafios da vida dos adolescentes atendidos, ou seja, escolarização, profissionalização, trabalho sócio-educativo, acompanhamento familiar e etc.

O projeto não trabalha com os adolescentes atendidos enquanto indivíduos isolados, mas envolve também o seu contexto, trabalhando em conjunto e em relação permanente com a própria família dos adolescentes atendidos. O projeto valoriza a experiência de fazer tudo em grupo... ou melhor, que os adolescentes trazem da rua e da favela. Canalizando este início de vivência coletiva para construção de cooperativas, como espaço coletivo de convivência, de geração de trabalho e renda. O Projeto Educação Cooperativa alcançou plenamente o objetivo proposto pelo PROASF. De atender adolescentes em situação de risco, tratando- se prioritariamente de adolescentes de rua e na rua. Conforme relatório IADES crianças e adolescentes em situação de rua e na rua no município de São Paulo.

O Projeto Educação Cooperativa permite aos adolescentes atendidos a retomada de uma vida escolar, moldada a partir de sua realidade e não a partir das conveniências da escola formal. O projeto ao possibilitar aos adolescentes atendidos o acesso a uma bolsa de estudo, permite tira-los da pressão de sobrevivência favorecendo dessa forma a permanência dos adolescentes no projeto. O fato de o executor do Projeto Educação Cooperativa, no nosso caso Centro Comunitário Jardim Autódromo, repassar o atendimento como prestação de serviço a uma assessoria técnica, no caso a AFEP, Assessoria de Formação e Educação Popular, consideramos como positivo e importante por reforçar de forma institucional a necessidade de fazer o trabalho de atendimento aos adolescentes em coerência com aquilo que se propõe para os adolescentes, trabalho coletivo e em cooperação.

Tivemos também os nosso desafios. A demora na definição da legalização da proposta pedagógica para suplências 1 e 2, teve como sequência lógica um atraso no desenvolvimento desse trabalho específico. Essa indefinição contribuiu e muito para desestimulação dos adolescentes atendidos. A falta de um profissional na área da Psicologia, na oposição da assessoria técnica, tem limitado e muito a proposta de um trabalho permanente de acompanhamento da vida sócio-familiar dos adolescentes atendidos.

Falta ao PROASF uma equipe especializada de suporte para acompanhamento de casos especiais. Acompanhamento psicoterapêutico, em caso de drogadição, etc.

E as perspectivas do projeto são as seguintes: o maior desafio do Projeto Educação Cooperativa não está no desenvolvimento dos seus trabalhos no tempo limitado do projeto. Mas na sua efetiva viabilização de cooperativas produtivas geridas pelos próprios adolescentes atendidos pelo projeto. Nesse sentido, sentimos a necessidade de aprofundar as reflexões abrindo espaço de troca de experiência em torno das necessidades para viabilizar as cooperativas propostas, levando inclusive em conta a difícil conjuntura econômica do nosso país.

Os pontos prioritários para reflexão são os seguintes: o financiamento das cooperativas dos adolescentes, meios de produção, infra-estrutura, capital de giro, etc. Financiamento da continuidade de acompanhamento dessas cooperativas por parte de uma assessoria técnica.
Esse é o nosso relatório. Muito obrigado.

CACILDA - Luciano, você poderia deixar esse papel porque vamos estar construindo os anais desse colóquio. Pedimos a todos os presentes, inclusive, que lembrem de registrar a presença: nome, endereço, cep, telefone para o IADES, na medida do possível enviar para todos os participantes do evento.

À tarde, principalmente o Conselho Municipal e os Conselheiros Tutelares estarão fazendo uma discussão na Câmara Municipal com os vereadores sobre a questão do Orçamento da Criança, em especial o Fumcad. Então, os Conselheiros Tutelares presentes e os Conselheiros Municipais já haviam comunicado que o período da tarde estariam nesta luta. O ano passado, se vocês estão lembrados, até barraquinha foi montada para que se aprovasse na Câmara, inclusive a verba para poder ser passada para criança e adolescente (de apoio a família).

A proposta dos participantes é que a Educação Cooperativa, o Cootraleste também falaria para fechar o bloco da questão da Educação cooperativa.

Então abrimos, a palavra ao Carlos Vaz, um dos pais do PROASF. Porque Conselheiro e Presidente na 2ª gestão do Conselho sempre se bateu pela questão dos 3 eixos e 3 âncoras, que vocês têm até presente no programa um resuminho da metodologia, os eixos básicos: educação infantil dos 0 a 7 anos, educação integral/integrada de 7 a 14, educação trabalho e cidadania de 14 a 18 anos, que era o programa básico, os eixos do Conselho, com 3 âncoras: a família, políticas sociais articuladas e a municipalização, que ainda não se efetivou nesse município.

Então, passo a palavra para o Carlos Vaz como represente da Cootraleste, da Educação Cooperativa.

Proasf - Entidades Contratadas e Instâncias do ECA

1.2 - COOTRALESTE – EDUCAÇÃO COOPERATIVA

CARLOS R. VAZ

Bom dia a todos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito. Nós estamos no Projeto Escola Cooperativa que é da Cootraleste e tem também o pessoal do Jardim Autódromo. Esses 2 projetos pilotos são oriundos de um programa chamado Programa Educação Cooperativa. Que o pessoal não sei se tem na memória, mas o Programa Educação Cooperativa foi o 1° programa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, já na sua 1ª gestão. Lembro que a participação da Prfª. Stella Graciane foi fundamental na discussão e na sistematização desse Programa. Foi uma discussão que a gente fez na época a gente tinha bem menos condições do que tivemos na 2ª e do que se tem agora na 3ª gestão, mas fizemos esse Programa Educação Cooperativa. E mais tarde viemos compôr ele na questão dos eixos. Que como a Cacilda lembrou aqui, temos discutido o PROASF ou pouco discutido o PROASF, mas essa questão dos eixos consta em ata. Acho que é importante a gente agora nessa reavaliação do PROASF estarmos lembrando de onde surgiu isso. se tirou esses eixos, se tirou responsáveis por esses eixos nos Conselhos. E o Programa Educação Cooperativa é o 3° eixo que está aqui que é: educação, trabalho e cidadania. Que é para orientar o atendimento para os cidadãos paulistanos na faixa de 14 a 18 anos. E essa faixa é uma faixa que o SEAD, na sua pesquisa de 94, apontou o seguinte: dos que estão fora da escola 68% está nessa faixa. Então, o grosso de quem está fora da escola está nessa faixa de 14 a 18 anos. E apontava o seguinte: que 30% era por questão de trabalho, 30% era por questão de desinteresse e 30% eram outros motivos. Quer dizer a escola hoje não é uma instituição que faça uma interlocução com as reais necessidades de entendimento do que está acontecendo hoje no mundo, na realidade. Quer dizer, a escola não propicia instrumentos de leitura e como disse o Luciano, de leitura coletiva na realidade que estamos vivendo. E se o adolescente não tiver esse instrumental não tem condições de começar esboçar um projeto de vida, que é o que uma educação deve cooperar com os adolescentes é que esses instrumentais escola ou educação, consiga fazer com que grupos de adolescentes construam projetos de vida. Hoje, não é só mais a questão da carência, mas individualmente está muito difícil as pessoas fazerem um projeto de vida individual. A questão do coletivo é fundamental porque tem que se fazer essa discussão. No final de milênio, do século, como que nós cidadãos terrestres, do Planeta Terra, como vamos estar construindo projeto de vida diante de tantas alterações, tantas contradições que estamos vivendo. Sobretudo a questão ambiental e as questões decorrentes disso, de uma grande cidade como a cidade de São Paulo. O eixo é educação, trabalho e cidadania. E o que a gente pensou na época que estávamos no Conselho, alguma reflexão que fazíamos, em cima da questão da municipalização porque a minicipalização e quais são os instrumentos didáticos que vamos fazer para incorporar essa municipalização. A proposta desse programa quando falamos em cidadania e tivemos alguns ensaios esse ano. Bem o Luciano lembrou, esse ano, nesses 2 projetos, foram ensaios mesmo no sentido de estar assessorando a construção da política de atendimento. Assessorando o Conselho e, por contingência, assessorando o Poder Público Municipal, o Governo Municipal na construção dessa política. O processo é construtivista também. Uma das questões do ECA, que está posto, acho que quem fez, quem batalhou o ECA, essa minoria que batalhou pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é um grupo

construtivista dentro do Brasil. E acho que é isso que pega um pouco. Porque o processo de construção da política tem que ser construída, é um processo que requer a construção da política, requer financiamento e faz com que a gente altere algumas posturas. Quer dizer, a postura ortodóxa tradicional era o seguinte: nós cidadãos de direitos queremos uma política. Só que não é bem queremos uma política. O que o estatuto propõe é que nós articulados, Sociedade Civil e Poder Público, e as 3 esferas do Poder Público, fazemos um processo de construção coletiva. Que é o nó da questão. A política não vai cair de pára-quedas. Acho que nenhum governo hoje tem condições de estar jogando pára-quedas com políticas e começar atender os adolescentes.

Só no que podemos estar vendo um dos motivos de importância da municipalização, nós pegamos o caso da Cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo é uma megalópole, uma metrópole, não sei como podemos chamar isso, é um monstro de cidade, um caos construída sem planejamento, construída pelo descaso até das últimas políticas, dos 20, 30 anos de política econômica que fez com que essa cidade inchasse.

Então, cidadania no nosso entender, se o cidadão não tiver um domínio do espaço da sua cidade, ele não é um cidadão. Aí que começam os confrontos e os conflitos, principalmente nessa faixa de idade. A curiosidade, mas a necessidade de domínio do espaço da sua cidade, isso é melhor resolvido nas cidades do interior porque são menores, e em algumas situações nas cidades do interior são passadas de boca à boca e o pessoal vai se apropriando. Mas numa cidade como essa, no meu caso, que cheguei aqui em 71, demorei 15 anos para ter uma noção de circular, de ter introjetado na minha cabeça essa cidade. Então, marcos como a Serra da Cantareira, o Pico do Jaraguá, Zona Sul, Zona Norte, as diferenças dessa cidade, quer dizer é um processo longo, demorado e que também requer financiamento. Caso como nosso foi de teimosia, você vai junto na militância, na luta, vai circulando, encontrando outros grupos de outras regiões e isso vai construindo o espaço geográfico da cidade.

No nosso projeto fizemos alguns ensaios disso e está sendo muito interessante para adolescentes. Então, esse Projeto Escola Cooperativa tem que cooperar para que o adolescente tenha esse domínio e faça esse inter-câmbio com os grupos e com todas as regiões da cidade. O espaço geográfico, que foi o que eu citei aqui, e o espaço cultural da cidade também, os marcos culturais dessa cidade. Quer dizer, quais são os museus, as referências culturais para que a gente chegue a exercer a cidadania.

A questão do trabalho também é fundamental. O Luciano colocou aqui e fez uma avaliação positiva. Na elaboração do programa nós fizemos um esforço para que os contratos não fossem individuais, para que houvesse já implícito na formação das cooperativas que os próprios profissionais também trabalhassem em forma de assessoria ou cooperativas de trabalho. E no nosso caso, dificuldade está sendo maior com os educadores entenderem esse processo de formação de cooperativa do que propriamente com os adolescentes. É interessante porque a relação de cooperativa, de cooperação da proposta é uma relação atávica com os adolescentes. Quer dizer, eles captam por outros anglos, por outras visões. Eles vão mais longe do que os próprios educadores que estão viciados nessa questão do contrato individual de trabalho e trabalhar de forma coletiva é uma questão de método. E não pode ser. Hoje é imperativo que se trabalhe de forma coletiva.

Acho que é legal o pessoal do Jardim Autódromo ter colocado como positivo e essa discussão não foi muito bem discutida ainda, porque a gente colocou isso. Quer dizer, os profissionais serem contratados em uma assessoria e não individualmente. No nosso caso lá está difícil essa discussão. Talvez, porque seja maior, são 120 alunos e isso está imperrado. Mas os adolescentes foram além dos próprios educadores nessa questão do trabalho em grupo. Não sei se pela questão de grupos, de gangs que eles já se enturmam. Então, a questão da cooperativa bateu neles como uma relação mais direta. E a questão da noção de trabalho hoje, o mundo do trabalho está alterado. E esses são os adolescentes que vão estar assumindo o mundo do trabalho nos próximos anos. O que é trabalho hoje? Aquele trabalho clássico acabou. Não dá para a gente, nos profissionalizantes que existem, ficar insistindo nessa forma de trabalho, que está sendo alterada.

essa discussão de que e´o trabalho hoje, nesse momento, é a forma de cooperativa e de auto-gestão, de segurança em grupo, de como construir a segurança social hoje. Sem ser aquele de dependência do Estado. A própria noção do Estado também está sendo alterada. Então, discutir isso com essa geração que está aqui é muito importante. Não que eu tenha a questão fechada sobre isso, mas a discussão tem que ser feita. E tem que ser feita de forma democrática e propiciar para os adolescentes as várias visões de como está sendo posto, como está sendo encaminhado a questão da globalização, da economia e tudo mais.

E uma coisa que também está posto no programa, é que a gente não tenha a questão da escola como um centro de informação único. Ou seja, educação e prédio, escola e equipamento. Isso tem funcionado muito lá. O curso de jardinagem e paisagismo que foi para São José dos Campos, que foram ver jardins, foram para um parque de proteção ambiental lá, ficaram alojados por 3, 4 dias. Essa questão de sair da escola, de aprender, de procurar nas relações o processo de educação, isso está funcionando bastante lá entre os alunos. Eles voltaram com uma visão bem mais concreta e dinâmica daquilo que eles pretendem se capacitar e trabalhar. Acho que essa questão da educação hoje e equipamento do prédio, a gente tem que estar desvinculando isso. Educação é informação e ela passa nas relações e não ali. Essa é uma dificuldade que a gente está tendo também. Porque são poucos os professores que tiveram condições de ficar só nessa escola, liberado para o Projeto Escola Cooperativa, os professores que conseguiram fazer isso avançaram bastante lá nas suas turmas. Os professores que têm aula no projeto, em outra escola, outra escola, fica circulando, essa circulação de professores que faz com que os alunos se tornem uma massa amorfa, fica sem contornos nítidos, sem personalidade. Então, acho que o programa também pretende isso, vai ter que se fazer alguns reajustes de custo para que possibilite que o professor trabalhe exclusivamente com uma turma. Principalmente para esse pessoal que está fora da escola, que é o pessoal que tem uma experiência com droga, uma experiência de sexualidade muitas vezes maior do que o educador. A vida ativa sexual do adolescente é bem maior, bem diferenciada do que dos educadores. Então, acho que vai exigir que o educador acompanhe mais de perto e tenha aquela turma, aquela classe como o seu trabalho para poder articular essa classe com o mundo, que é a proposta do Frene.

Essa função do educador, de articulador da turma é fundamental. No nosso caso o curso de jardinagem e paisagismo tem avançado muito porque a agrônoma Silvia tem se dedicado só à aquela turma. Então, ela tem podido fazer articulação. Os outros grupos tem profissionais também excelentes, mas são profissionais que estão dividindo seu tempo com outros projetos e outra escola. Isso a gente percebe que infelizmente não funciona na proposta que a gente está querendo levar.

Trabalhamos na formulação do programa no Conselho e estamos fazendo agora o acompanhamento da implantação de uma proposta de educação. E o que a gente pretende agora, no ano que entra, é assessorar o Conselho de forma mais qualificada porque agora temos um ano de experiência concreta e assessorar, inclusive, a Secretaria de Educação e fazer essa passagem de um programa do Conselho, projetos pilotos e como isso se transforma numa política. A nossa vontade é de estar... Vontade não, estamos construindo essa política de atenção ao adolescente na cidade de São Paulo, que não é fácil. E, só para encerrar, são adolescentes de rua. Porque houve no começo do programa uma discussão de que os adolescentes de rua e de risco social da periferia não são. Quer dizer, a diferença dos adolescentes de rua da periferia é que eles não incomodam o Banco de Boston, não incomodam a porta da OAB, não ficam na frente de gente poderosa, em portas de palácios, onde incomoda mesmo os adolescentes. Lá, os adolescentes de rua, do Jardim Rodolpho Pirani, de São Mateus, ficam em frente à porta da Dona Maria que não é ninguém. Os tiros que são trocados lá ficam na periferia, então não assusta, não incomoda. Mas a realidade é bastante cruel, é de rua sim. A rua é de terra, mas os meninos ficam dia inteiro na rua e as famílias também estão sem saber o que fazer para botar esses meninos para dentro de casa. Tem mato, como no Jardim Autódromo, mas é rua sim, tem boi, tem cavalo, mas fica tudo na rua.

LUCIANO - Eu queria voltar um ponto aqui, e acredito até que é de interesse também do pessoal da Cootraleste, e a gente já apresentou esses 2 pontos para reflexão para o pessoal do Conselho e abrindo agora para o pessoal dos Conselhos Tutelarese demais órgãos. E gostaríamos

de chamar atenção para esses 2 pontos, que a gente acha fundamental. Uma coisa é a gente trabalhar com esses adolescentes num período determinado pelo programa. A gente forma a molecada no sentido de trabalharem em cooperativa. Uma coisa é esse tempo que a gente está trabalhando com eles, outra coisa é eles saírem do programa para estar montando a própria cooperativa. Quem vai financiar essa cooperativa? Será que a gente pode assegurar uma assessoria para dar um acompanhamento por um tempo a essa cooperativa? Por que ai a gente corre o risco também do trabalho morrer. Obrigado.

CARLOS VAZ - Escapou essa 2ª fase do programa porque a proposta é a seguinte: que o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente financie até as assessorias capacitar a cooperativa deles, formar a cooperativa deles e capacitar essa cooperativa a buscar recursos. Recursos tem. O que temos que fazer agora no 2º ano, a2ª fase do programa, é articulação com a pasta do trabalho, com o Barelli mesmo. Porque tem que ser uma preocupação de quem está na pasta do trabalho o futuro trabalhista, o futuro trabalho mesmo desses adolescentes. Acho que essa 2ª fase, a continuidade do programa é importante porque ai temos que articular a Secretaria do Trabalho, temos que fazer uma articulação com o FAT. Tem que ter uma discussão séria a respeito de que se esse fundo vai financiar o trabalho especial para adolescente, que o programa também entra como um programa que define a condição especial de trabalho para o adolescente. temos o FAT, o FIS - Fundo de Investimento Social do estado de São Paulo, temos a Pasta do Trabalho e temos agentes financiadores. E eu acho que a nossa experiência é fundamental para a gente capacitar grupos de adolescentes e no nosso caso, de vocês também, na virada do ano vamos ter adolescentes com 18, 19 anos, que já vão poder estar assumindo a diretoria da cooperativa, e começar bater nas portas dos fundos de investimento.

Acho que ai a questão do Fumcad se encerra. A nossa proposta é fazer com que esses grupos, essas cooperativas sejam capacitadas para buscar recursos desses fundos de investimento. Coisa que é muito difícil, não tem ninguém capacitando as pessoas para buscarem financiamento desse tipo.

CACILDA - Muito obrigada Carlos, obrigada Luciano.

A discussão da Escola Cooperativa é fundamental nessa cidade e a implantação também. Considero que todos os presentes sentem-se orgulhosos de estar construindo uma idéia nova, um projeto novo e uma nova pedagogia para essas criança em situação de rua, principalmente do eixo da juventude 14 a 18 anos.

Eu queria chamar o Antonio de Pádua Serafim, que é do Lekotek / Promov, e que esta chegando para participar desta mesa.

Neste momento passo a coordenação dessa Mesa para a socióloga Eliana Marcondes Pralon, membro do IADES que dará continuidade aos trabalhos.

ELIANA - Dando sequência ao Colóquio, eu vou passar a palavra para a Conselheira Tutelar da Penha, Doraci Carvalho Ferreira.

Proasf - Entidades Contratadas e Instâncias do ECA

2. *Conselhos Tutelares do Município de São Paulo*

CONSELHEIRA TUTELAR DORACI CARVALHO FERREIRA*

Bom dia. Sou Conselheira Tutelar da Criança e do Adolescente e da Penha e me incumbiram a responsabilidade de estar falando sobre a questão dos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente dessa cidade.

Eu fico bastante preocupada, porque no 1° mandato dos Conselhos Tutelares na cidade de São Paulo, tínhamos 20 conselhos representando toda cidade. Nesse 2° momento, 2ª gestão, São Miguel Paulista está prejudicado porque está "sob judice" e a comunidade lá toda prejudicada. E a comunidade tem procurado o Conselho da Penha, Conselho de Itaquera, de Guaianazes. E já fizemos um documento entregando ao Promotor pedindo a urgência da nova eleição lá, porque nesse momento quem está prejudicada é a comunidade.

Uma das coisas que tivemos uma grande dificuldade, logo no início, foi a questão da falta do curso de capacitação dos conselheiros novos e para nós também. Porque na medida em que temos um curso de capacitação é sempre uma revitalização, a gente se integra, se conhece melhor. E nós tivemos essa perda muito grande, que eu acho que é uma falta de responsabilidade do executivo desse município. Porque todos nós quando fizemos a inscrição, já veio publicado no Diário Oficial, veio na nossa ficha a questão do curso de capacitação, veio colocando também a questão da remuneração e nada disso foi cumprido. É uma falta de respeito irreparável. E é engraçado porque quando o Conselheiro Tutelar faz qualquer coisa de errado o Judiciário vem em cima da gente com tudo. E o Executivo faz todas as coisas contra a lei, faz tudo errado e não cumpre lei nenhuma. Mesmo com as ações civis que estamos no Ministério Público, simplesmente o próprio promotor dá recomendações ao secretário, recomendações ao prefeito. E isso é uma coisa muito errada. Pelo menos, na minha visão. Por que nós conselheiros tutelares temos cumprir a lei na sua integra e viemos para isso mesmo, estamos cumprindo dentro da nossa competência, dentro das nossas possibilidades, agora estamos vendo a falta tanto do Executivo quanto do Judiciário, falta de vontade mesmo, de que se faça cumprir essa lei. Na medida em que não tivemos o curso de capacitação, faltou bastante essa questão da integração. Nós temos 4 Conselhos na cidade que quase não temos relacionamento e que é uma judiação, porque é muito importante a gente trabalhar unidos, bastante integrados.

Temos o Conselho de Vila Maria/Guilherme, o Conselho de Santana, o Conselho de Campo Limpo, Butantã está começando participar com a gente. Mas mesmo assim, pela falta da remuneração dos Conselheiros Tutelares, há um desânimo muito grande dos Conselheiros estarem vindo. Não é só a questão do desânimo, mas é falta mesmo, das pessoas não terem dinheiro para comer, para pagar condução, para estar indo nas reuniões. E na medida em que a gente não está junto, unido, é muito difícil a gente crescer.

---

* Representante dos 20 Conselhos Tutelares do Município de São Paulo

Então, neste ano nós fizemos uma ação conjunta, um mandato de segurança e mesmo assim o juiz julgou e nós perdemos a ação porque ele já começa falando o malfadado estatuto. Se o juiz tem uma fala dessa, nós já imaginamos o que vai ser no final da sua conclusão.

Outra dificuldade muito grande que nós temos é a falta de infra-estrutura. Quando eu falo falta de infra-estrutura não quero dizer falta de remuneração, isso é uma questão do local do trabalho. Não adianta a gente ter local de trabalho, ter todas as coisas para a gente trabalhar, para fazer o 1° atendimento e não ter para onde encaminhar essas famílias. Porque atrás de cada criança abandonada, atrás de cada caso, nós temos a família inteira abandonada. E nós não temos para onde encaminhar essas famílias. Nós não temos as políticas públicas. Então, é uma dificuldade muito grande e às vezes quando a gente encaminha para o Judiciário as cartinhas voltam, eles falam para as pessoas que não vão atender as cartinhas. O estatuto eles falam "esse livrinho". É uma falta de respeito total.

Fizemos também no mês de maio uma restrição, onde não foram todos os conselheiros, justamente por falta dessa integração que temos na cidade, tivemos a restrição em alguns conselhos tutelares, onde entramos com um boletim de ocorrência por preservação de direitos. E estamos atendendo os casos de maior emergência, de muita emergência mesmo. E a maior parte dos casos a gente tem encaminhado para a Vara da Infância. Mas está sendo muito difícil porque na medida em que nem todos os Conselhos entraram nessa restrição, sobrecarrega a nossa responsabilidade. Por quê? com essa restrição o objetivo principal seria a gente estar dando encaminhamento aos casos anteriores. E como a maior parte dos Conselhos Tutelares não temos a ata, que é a pessoa que tem o cargo administrativo para estar fazendo encaminhamentos, então o Conselheiro Tutelar termina fazendo tudo. Mesmo assim, os casos estão lá empilhados. Nós sabemos que em toda cidade temos milhares de casos e enquanto não tivermos uma política pública que seja universal e permanente, para que cada governo que entre não acabe com as nossas políticas de atendimento, vai ser muito difícil. Porque às vezes a gente começa um trabalho, muda o governo, muda tudo. Aí vem outro governo, recomeça, daqui a pouco acaba com tudo.

É uma coisa muito difícil. Nós temos sido muito cobrados pela sociedade, a questão do nosso trabalho, mas encontramos dificuldades de todos os lados. Apesar de todas essas dificuldades, o que nos segura bastante é a questão de que mesmo com essa falta de infra-estrutura, com toda essa falta de ajuda do executivo, do judiciário, até da própria sociedade que nos elege também. Porque o povo brasileiro tem uma cultura que quando ele elege uma pessoa como representante, elege e larga lá e a pessoa que se vire para fazer suas atribuições. E isso é uma cultura que, pelo menos para mim, não é muito importante Porque toda pessoas que eu elejo acompanho ela e fico no pé. E não acompanho só ela. Acompanho todos os Partidos, para ver o que eles estão fazendo, porque temos que saber o que a pessoa está fazendo. Se está fazendo coisas boas temos que elogiar, se estiver fazendo coisa errada temos que criticar e dar propostas de encaminhamentos.

Sobre a questão da lei as pessoas falam as pessoas falam que não tem cumprido muito porque está errada a lei. Mas o pano de fundo de tudo isso é a falta de vontade política. Tanto do executivo como do judiciário.

O Dr. João Batista Saraiva, quando veio aqui na cidade de São Paulo, por 2 vezes uma vez na Pastoral da Criança da Lapa, outra vez aqui na OAB, ele deixou bem claro que a sociedade civil e na cidade de São Paulo já fez toda sua parte. Ela organização o Forum Regional, Forum Municipal, Forum Estadual, Foram Nacional, temos o Conselho Municipal dos Direitos, temos o Condec, o Cananda e temos os Conselhos Tutelares, que é a ferramenta do Estatuto. Então, quem não está cumprindo são essas 2 instâncias: governamental e o judiciário.

Na parte das políticas que temos atendido a questão da habitação está muito séria, porque quando a gente fala da criança em situação de risco, de rua na questão da habitação não é só a criança que está na rua, mas está a família inteira por causa do desemprego. Na questão das creches, a maior parte, o serviço da assistência social que teria que ser do bem-estar da família, eu costumo dizer que é do mal estar. Porque lá não tem nada para atender as nossas famílias.

Na questão da saúde, com a entrada do PAS, virou um inferno na vida do povo. Pelo menos, a maior parte dos casos que os Conselhos Tutelares tinham encaminhado para questão psicológica, que as escolas tem encaminhado para os Conselhos Tutelares, as crianças que estavam fazendo tratamento psicológico com a entrada do PAS acabou todo esse tipo de tratamento, as consultas foram todas suspensas e até hoje a gente não sabe para onde foram esses atendimentos. Porque a gente tem cobrado às cooperativas do PAS e ninguém dá resposta, ninguém sabe.

Na questão da drogadição está muito sério porque quando a gente atende um caso de uma pessoa drogadita, esse adolescente está precisando de um tratamento, não está precisando ser jogado na Febem. O que o judiciário faz? Espera primeiro esse drogadito cometer um ato infracional porque ai ele tem um boletim de ocorrência aí é muito mais fácil ao juiz jogá-lo na Febem e lá ele não vai ter atendimento nenhum. E é muito degradante porque na medida em que ele não tem atendimento nenhum pode ficar o resto da vida na Febem que quando sai, sai um profissional na área da infração.

Na questão da educação, com essa reorganização educacional foi um caos. Porque boa parte dos nossos alunos que já estavam estudando ficaram fora da escola. Tem uma grande evasão escolar. E este ano está chegando aos Conselhos Tutelares uma grande surpresa, que um decreto da secretária da educação, ela diz que as crianças que completarão 7 anos depois do final de fevereiro não terão vagas garantidas nas escolas. E eles estão jogando para o município e nos sabemos que não tem escolas municipais para acolher toda a demanda. E o Estado também está tirando seu corpo fora.

Temos que ter uma ação coletiva nessa cidade. Eu não sei se vocês assistiram, mas na cidade de Terezina um juiz entrou com recurso e as crianças estão todas estudando, foi uma vitória muito grande. E não é possível que nessa cidade tão grande, que é a maior do nosso país, que a gente não consiga fazer uma ação integrada também para que a secretária repense nisso que está fazendo. Porque já não chega as crianças que estão fora da escola, estudando em "container", fecharam 145 escolas, prédios e as crianças estão sem locais para estudar. Além disso, ainda vem essa nova, que as crianças de 7 anos vão perder o ano. Então, está muito difícil.

Entretanto uma coisa interessante, que foi bastante positiva, no meio de todas essas desgraças, às vezes acontece coisa boa. Teve um Encontro dos Conselhos Tutelares na cidade de Porto Alegre que foi uma novela para os Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo estarem indo para lá. Num 1º momento o Conselho Municipal do Direito aprovou uma verba que daria direito a 4 conselheiros da cidade estarem indo nesse Encontro. Então, reunimos todos os Conselhos Tutelares da cidade, fomos eleitos. Iam ser 4 passagens de avião, com estadia, reservaram tudo. Três dias depois do 2º turno tudo isso foi para o ar. Mas se não quisessem que fossemos de avião, fomos a cavalo. Conseguimos arrumar um micro-ônibus através de um deputado estadual e fomos. Mas foi muito gostosa a nossa viagem. E lá foi bastante interessante porque encontramos 700 Conselheiros de todo Brasil, percebemos que a dificuldade não é só da cidade de São Paulo, lógico que como aqui a cidade é maior os problemas são maiores. Mas em todos os lugares os Conselhos Tutelares estão enfrentando muitos problemas, com o executivo e com o judiciário principalmente, de uma certa forma foi bastante positivo. Percebemos também que mesmo numa cidade onde tem um governo bastante avançado, se tem bastante problemas também. Tem os pontos positivos, mas tem também os negativos, na quinta-feira vamos estar terminando um documento onde fizemos uma avaliação.

Outra questão que deve ser abordada é a questão do orçamento, sem verbas nesta cidade não conseguimos dar um passo. Então, é muito importante a participação do acompanhamento na Câmara Municipal, do orçamento da Criança e do Adolescente, para que possamos fiscalizar para onde irão essas verbas. Porque 15 dias antes do 2º turno, eu participei da 1ª reunião de finanças que teve na Câmara e questionei o Sr. Secretário sobre onde foram as verbas das 53 creches que foram orçadas para 96? Simplesmente o Secretário ficou muito bravo, me deu uma lista que tinha sido construída uma perto da minha casa e mesmo assim foi privatizada.

Foi construída com o dinheiro do povo, mas depois passa para as privatizadas. E as outras creches estão ou não em andamento ou estão só programadas. E ele não me deu resposta. Só que dali 3 dias simplemente eu recebi uma ameaça de morte na minha casa. Tocou o telefone eu fui atender e recebi uma bela ameaça de morte.

Mas a gente não vai calar a boca, porque temos que estar trabalhando, estar conscientes da nossa obrigação e a nossa luta não para por aqui, ela é contínua. Obrigada.

ELIANA - Obrigada, Conselheira Dorinha.

Antes de darmos continuidade com os representantes do CMDCA, o Carlos Vaz pediu a palavra por um minuto.

CARLOS VAZ - É só para deixar registrado as participações na elaboração desse programa. Quero pedir desculpas à Profª. Terezinha Helena que no processo de formulação do programa contribuiu muito com o seu modelo de educação olística. A gente vê a Terezinha na articulação política, mas é uma excelente educadora, e quem não conhece, acho que ela poderia divulgar um pouco mais esse modelo.

E também foi fundamental a participação da Angelise, que hoje está coordenando o PROASF, porque ela era da equipe da Uema-2, do pessoal que trabalhava nas casas abertas na Febem. E Wilson Barbaro liderou a equipe que semanalmente ia no Conselho Municipal travar essa discussão conosco. Eu queria deixar isso registrado.

Nós estamos devendo um documento, estamos elaborando onde vamos estar citando todos os créditos do pessoal da Sociedade Civil, que na época representava o governo do Estado na elaboração desse programa.

DORACI - Eu esqueci de avisar que uma forma de organização dessa cidade, formamos a comissão permanente, onde nos reunimos a cada 15 dias na Câmara Municipal, sempre às quintas-feiras. Nessa quinta-feira vai ter a reunião da Comissão Permanente, onde discutimos todos os problemas ligados à questão da criança e do adolescente. Nas quintas-feiras, das 9 ás 12 horas. Na Câmara Municipal, das 9 ao meio-dia, no anexo G. E as entidades podem participar que essa reunião é aberta.

ELIANA - Agora nós vamos passar a palavra para os Conselheiros representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

3. CMDCA/SP – *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo*

CONSELHEIRA FRANCISCA R. DE OLIVEIRA - SOCIEDADE CIVIL

Além das pessoas já citadas, com certeza teve muitas outras participações. Mas é importante lembrar também o ex-conselheiro municipal João de Deus e o Lorival, que muito contribuíram para elaboração desse programa. E é importante enfatizar aqui que nós da 3ª gestão tomamos posse em 18 de junho de 96 e a partir dessa posse corremos atrás deste programa, para entendê-lo melhor e para saber o que competia a nós como Conselho Municipal no acompanhamento do programa. Num 1º momento, no Conselho Municipal, foi difícil porque nós queríamos eleger um representante da Sociedade Civil como presidente, até porque a gente entende que essa participação nesses Conselhos sempre teve de frente à Sociedade Civil, é uma forma de estar compondo, deliberando com o Executivo, mas para não emperrar e não paralisar o Conselho nós abrimos mão para um representante governamental assumir a presidência e assim tocar o trabalho do Conselho Municipal.

Estivemos durante 7 meses muito presentes, não só na discussão e no acompanhamento do PROASF, como de outras questões, como a política de convênio, que se refere à rede movimentalista que está proposta na metodologia e nós sabemos hoje como andam essas entidades que têm convênio com a Secretaria da Família e Bem-Estar Social.

Em que momento da avaliação se encontra hoje o Conselho Municipal? Nós aprovamos também às duras penas, a metodologia porque haviam algumas divergências e nós conseguimos fundamentar o quanto essa metodologia participativa é elaborada, construída pelo IADES era eficaz e a partir daí, de 13/09/96 a metodologia aprovada já com prejuízo, porque algumas Casas que a metodologia propunha a forma de gerir já estavam abertas. Então, começaram os atropelos.

É importante citar esses atropelos, porque até agora levantou-se um pouco do histórico do PROASF, mas não se enfatizou ainda nem as intercorrências, nem as dificuldades ocorridas nesse processo. É importante citar e enfatizar para nós não sairmos daqui achando que ele está a mil maravilhas e ele está garantido.

Como representantes da Sociedade Civil nós temos discutido muito esta continuidade. E como o Carlos e o Luciano colocaram são projetos pilotos. E para 97 queremos todos esses projetos para o Município. Vimos que eles dão certo, são eficazes, são necessários, diferentes, então queremos eles para o município. E para o município tem que ser no nível macro de política pública, não mais como projetos.

É uma discussão difícil de ser feita porque não foi garantido no orçamento. O orçamento que o Conselho Municipal elaborou está previsto o atendimento de cindo mil adolescentes para Escola Cooperativa e o atendimento Apoio Sócio-Familiar a 10 mil famílias. Porém, com o que foi publicado do orçamentos, os 15 milhões, com certeza este programa ficaria em risco.

A nossa articulação na Câmara hoje (17 de dezembro de 96) vai ser para garantir pelo menos a parte do município, os 47 milhões, para que se possa dar continuidade não só ao programa PROASF, como outros projetos que o Conselho Municipal tem em discussão.

Uma grande dificuldade também que o Conselho Municipal encontrou, na 3ª gestão, foi o articulador no Geminter. Então, quando o PROASF foi aprovado o Sr. Prefeito decretou que criasse o grupo executivo municipal inter-secretarial para trabalhar os assuntos de criança de risco pessoal e social. Neste grupo é previsto um representante do Conselho Municipal que seria o articulador dessas ações. E, por falta deste articulador dessas ações, nós sentimos com ausência de informações muitas vezes desse processo. Há 4 representantes do Conselho Municipal no Geminter, mas são representantes das secretarias. Tem da Educação, da Saúde, de Fabes, Esporte, mas não há o articulador do Conselho. Na antiga gestão era o Junqueira, porém quando assumimos a 3ª gestão ficamos sem esse articulador. Por não ter consenso de nomes, não se votou ninguém.

Com isso ficamos prejudicados sim. Porque o órgão operacionalizador que é o CASA, também apontado pelo executivo para executar o PROASF, a maioria das informações ficam com o CASA. E de que forma nós recebemos dos Conselhos Municipais essas informações? Quando solicitávamos através de relatório. E se houvesse esse articulador muito mais próximo, muito mais nesse grupo, com certeza hoje nós teríamos mais fundamentações para estarmos avaliando o PROASF de forma mais consistente.

Sabemos sim que este órgão operacionalizador acompanhou o que lhe competia, que era a parte pedagógica dos projetos, porém essa avaliação pedagógica também não chegou ao Conselho. Eu acredito que essa crítica não vai à Presidência do Conselho, mas a todo Conselho Municipal. Eu acho que mesmo nós, Sociedade Civil, ficamos um pouco aquém dessa questão. Até porque surgiram muitas questão que nos exigiu uma participação também efetiva.

Agora fica uma questão assim, as casas era uma parte do PROASF, as casas foram abertas paulatinamente e hoje não sei se já tem 19 casas abertas. São 20 casas, mas até agora eu não sei se as 19 foram abertas. Nós sabemos sim, acompanhamos e o que nós avaliamos é que está desconcertado com a metodologia aprovada no Conselho. Porque a forma como foi implantada, aberta ainda é uma visão equipamentista e institucionalizante, a Cacilda vive fazendo essa crítica. Isso é preocupante sim, porque o inovador das casas seria as casas de passagem. Passagem, aquele período muito curto, na legislação não tem casas de passagem, é Casas Abrigo ou de Convivência, mas vamos nos adequar à terminologia da lei. O que seria? É de passagem porque tem que garantir um período curto de tempo e isto está contado na metodologia como deveriam funcionar essas casas.

Temos que sair daqui hoje, acredito eu, com apontamentos de como que pode ser remanejado, o que pode ser consertado ai nesse percurso. Como Conselho Municipal é isso e, não conseguimos apontar se continua ou se não continua por esvaziamento das reuniões do Conselho Municipal, por parte dos representantes do Governo.

ELIANA - Obrigada Conselheira Francisca. E agora vamos passar a palavra para a representante do COPROCAF, Angelise Nadal Pimenta.

4. *Cooperativa de Profissionais em Atenção à Criança e ao Adolescente e Família – COPROCAF –*

ANGELISE NADAL PIMENTA

Bom dia. Eu estou vindo representar a Cooperativa de Profissionais em Atenção à Criança e o Adolescente. Família - COPROCAF. No momento nós prestamos serviços no projeto de Assessoria Técnica, que faz parte integrante do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar. Esse Projeto de Assessoria tem 3 objetivos básicos. O 1° que é dar suporte administrativo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Para atender esse objetivo. 3 sócios cooperados prestam serviços diários de 8 horas no Conselho Municipal, uma secretária executiva, uma secretária atendente e uma operadora de micro que fica só 6 horas. O 2° objetivo é assessoria aos Conselhos Tutelares.

Depois da fala da Dorinha, do Carlos e da Francisca, vocês podem imaginar que não é uma tarefa muito fácil. Porque é um município gigantesco, contamos com 20 Conselhos Tutelares, atualmente 19 em exercício, com uma retaguarda de atendimento sendo sucateadas, as existentes não existindo ainda uma articulação de fato dos serviços, onde se possa ter uma integração de fato de um ao outro. Os Conselhos Tutelares na condição que a Dora também expôs, com uma infra-estrutura precária e ausência de uma remuneração qualificada. Não que isso justifique também ausência de um trabalho qualificado por parte dos Conselhos Tutelares, mas como ser humano não é dividido em caixinhas, fica muito difícil alguém dar um trabalho qualificado, se muitas vezes não tem dinheiro para se alimentar e para se locomover. A gente atualmente costuma dizer que como que o Conselho Tutelar pode atender bem às crianças ou ás famílias que os procuram por estarem violados em seus direitos, quando muitas vezes eles também estão violados nos seus direitos básicos de sobrevivência. Então, isso dificulta ainda mais o trabalho que já seria dificultoso, pela própria estrutura da cidade de São Paulo.

Para atender esses objetivos eu queria também resgatar um pouco o que o pessoal da Educação Cooperativa expôs que a gente usa uma metodologia de maneira articulada junto com o IADES, que é uma metodologia em construção.

Eu também sou coordenadora desse projeto e posso dizer que para a gente foi muito rico, porém difícil. Na equipe são 24 profissionais e para atender à assessoria aos Conselhos Tutelares a gente tem 16 profissionais envolvidos. São 4 equipes, uma para cada região e decidiu-se trabalhar de maneira inter-disciplinar. Ou seja, numa cidade para se instituir uma política que se pretende integral/ integradora e num mundo também atual onde cada vez mais as especialidades é o que se traduz nos centros acadêmicos, cada vez se sabe menos, mas o mais possível. Então, a gente entendeu que para garantir os Direitos Humanos e também não é uma coisa inovadora da nossa parte. A própria área dos Direitos Humanos já propõe que esses serviços e essa luta pela garantia

dos Direitos seja de forma inter-disciplinar. Então, contamos com 4 equipes, uma para cada região de São Paulo e ela é composta por um psicólogo, um advogado, um assistente social e um educador.

É um trabalho difícil, como eu havia falado, porque essas 4 equipes saem cada uma para uma região e atendem em média em cada região 5 Conselhos Tutelares. A demanda dos Conselhos Tutelares é grande. No início do exercício do projeto nós mesmos tivemos que readequar e muito as nossas ações, mas isso vinha também no sentido de construir junto a eles. então, foi muito difícil num 1° momento criar um afinamento entre assessores e assessorados, porque na realidade a demanda dos Conselhos Tutelares ao nosso trabalho eles gostariam que uma equipe ficasse permanente em cada Conselho Tutelar, o que era inviabilizado pela própria estrutura do projeto contratado, que não poderia assumir mais profissionais. Nesse sentido, a gente vem o tempo inteiro readequando. E aqui tem presentes bastante Conselhos Tutelares e acredito que hoje a gente chega a uma qualidade muito maior na nossa relação, das equipes com os Conselheiros do que há 8 meses atrás.

Houve também a dificuldade, como a própria Francisca colocou, de interfaces com o Executivo Municipal porque muitas vezes faltaram informações e como a gente tinha um papel fundamental de estar também passando essas informações aos Conselhos Tutelares, muitas vezes nem nós tínhamos essas informações.

O próprio projeto teria que estar sediado por um espaço oferecido pelo Executivo Municipal desde dezembro/95. Esse espaço só nos foi fornecido agora, em outubro/ 96, e para a gente fazer esse percurso de trabalho os cooperados, por seus recursos, utilizando nossa sede do COPROCAF para prestar esse serviço.

Com isso, os equipamentos que também eram obrigação do Executivo Municipal ficou muito aquém das necessidades; com os nossos recursos emprestamos um computador para isso e, há mais ou menos 34 dias úteis do fim do ano, a gente foi sediado e dai entra já num 3° objetivo, mas que deveria ter iniciado já em dezembro de 95, que é o gerenciamento de um banco de dados informatizados.

Nesse sentido, a gente trabalha muito ligado ao IADES, que um dos seus eixos é trabalhar a questão dos indicadores sociais e de um banco de dados atuante. Com o IADES nunca ouve problemas, ao contrário, um sempre apoia o outro no exercício desse projeto. Hoje estamos em média com 4 mil dados inseridos no computador. o que são esses dados? São os equipamentos sociais que prestam serviço à criança, adolescente e família. esses dados ainda não estão tratados, estão sendo tratados e a equipe que está trabalhando com isso está com compromisso de entregar todos esses dados, trabalhados de uma forma mais qualificada e mais ágil para os Conselhos Tutelares ainda no final do mês de dezembro.

Cabe ressaltar que a implementação de um banco de dados atuante não diz respeito só ao mapeamento da localização de cada serviço nessa cidade. Mas tem que se iniciar por ai mesmo.

Nós trabalhamos com o que foi organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o cadastro de entidades nessa instância registrados e incluímos algumas colunas e estamos esperando, inclusive, interfaces com a Comissão de Relações Institucionais desse Conselho para que de fato esse trabalho se realize, uma vez que o Conselho Municipal diz não sabemos se continuamos ou não, provavelmente não continuemos. Porque este ano não, Francisca se eu estiver errada me corrija, mas não haverá mais reunião do Conselho Municipal. Então, a gente quer passar de uma forma qualificada, para pelo menos quem estiver no ano que vem ou o próprio Conselho Municipal não perca esse trabalho e possa dar continuidade para amadurecer a famosa articulação da rede dos serviços de atenção.

Acho importante frisar que todos aqui presentes colocaram a importância do programa, mas eu acho que deve ficar também bem enfatizado que até o momento o programa não tem indícios de

continuar no ano de 97. Então, acho que aqui é um colóquio e que as pessoas que estão aqui são preocupadas com a área e com a questão das políticas públicas, que a gente possa tirar algumas estratégias. Se não houver continuidade por parte das 7 entidades hoje contratadas, que a gente pelo menos não deixe perder o que de fato se iniciou. Como disse também o Carlos, é um programa primeiro, uma experiência numa cidade muito grande, teve muitas dificuldades, tanto interna de todas as equipes quando também dos trabalhos prestados externamente.

Em relação à assessoria aos Conselhos Tutelares, a gente fez realmente várias adequações até diante da demanda que eles apresentaram até nós. O que conseguimos efetivar nesse período de concreto foi trabalhando junto aos que chamamos de Núcleos Regionais, em casa região se encontrava em média uma vez por semana todos os representantes dos Conselhos Tutelares. E uma vez que houve ausência do curso de capacitação, haviam algumas premissas anteriores para a gente de fato objetivas o que foi posto no nosso projeto inicialmente. Que era identificar crianças e adolescentes de e na rua e suas respectivas famílias.

Já num 1° momento de contato com os Conselhos Tutelares o que a gente percebeu é que essa demanda chegava muito pouco aos Conselhos Tutelares. Hoje há até uma mudança, muitos Conselhos têm recebido encaminhamentos tanto de entidades de meio aberto, como também de denúncias de meninos que estão na rua, com suas permanências na rua.

O que acarretou também uma dificuldade é porque cada Conselho Tutelar trabalha com um procedimento diferenciado. Falando com um Conselho isso pode parecer que é uma coisa pequena, mas para uma assessoria que na verdade tem que ter um ordenamento de todos esses processos a nível do município de São Paulo, ficava difícil muitas vezes para nós técnicos termos uma avaliação do quadro da cidade, uma vez que cada Conselho tinha um procedimento diferenciado. Então, nesse sentido a gente iniciou um trabalho calcado basicamente nos cinco direitos fundamentais, preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e nestes encontros a gente potencializava as discussões sobre violações desses direitos e também começava discutir a importância de um procedimento único para o município.

Nós chegamos ao final desse processo de discussão, porém não atingimos o objetivo da implementação de um procedimento único no município. O que a gente percebeu e que essa fase do projeto havíamos planejado para 6 encontros em cada núcleo regional, na verdade não aconteceu. Em média ocorreram de 2 a 3 encontros por temas e foram variados os motivos. Em alguns momentos porque as discussões realmente estavam ricas e a equipe entendia que não deveria terminar o trabalho pela simples legalidade: falamos que ia ser só em um encontro. Então, estendemos em 2 ou 3 encontros. em outros momentos também não foi possível porque a própria dinâmica dos Conselhos Tutelares muitas vezes exigem trabalhos emergenciais a serem atendidos por eles. Então, em muitos momentos pediram o cancelamento da reunião pelas dinâmicas que ocorrem no dia-a-dia que muitas vezes são imprevisíveis.

Entendemos hoje que há uma qualidade de relação entre os assessores e os assessorados e que isso de alguma maneira permitiria um reordenamento bem qualificado para continuidade no ano de 97, caso isso ocorra. Porém, a gente ainda está no impasse de saber se isso ocorre ou não.

de qualquer maneira eu queria agradecer os Conselhos Tutelares que também nos permitiram processo de aprendizagem. Espero que a gente também tenha conseguido auxiliá-los na competência e nas suas atribuições, que não são poucas. E agradecer a equipe que trabalhou duro e que até agora não sabe nem se continua trabalhando ou não. mas em nome da empresa com certeza nós continuaremos na área, senão num projeto como parte integrante do PROASF, continuaremos na luta pela implementação de fato do Estatuto da Criança e do Adolescente no município. Obrigada.

ELIANA - Obrigada Angelise. A Neusa do Kinderê precisa sair agora, então vamos inverter um pouquinho a ordem.

5. *Projeto Kinderê de Cultura Popular*

NEUSA FRANCISCO MOURA

Bom dia a todos, eu sou do Projeto Kinderê de Cultura Popular.

O Projeto Kinderê acontece diariamente na quadra da Escola de Samba Colorado do Brás, na Av. Dr.Carlos de Campos, nº 840 - Pari.

A utilização da quadra de samba, deve-se ao fato de que no período diurno este espaço fica ocioso e também por sua localização geográfica. Este local é circundado pelos bairros do Brás, Canindé e Vila Guilherme, no limite entre as regiões Norte e Leste, e ainda bem próximo da região central da cidade. Neste região houve um crescimento populacional vertiginoso à partir de 1960 com levas migrantes vindo de outras regiões do país, surgindo dai um número grande de cortiços e favelas na região.

O projeto Kinderê tem como objetivos:

- Instrumentalizar crianças e adolescentes carentes para conviver com a realidade urbana. Este instrumental é o resgate da confiança desta população em sua própria forma de expressão (identidade cultural).

- Atendemos criança de 7 a 17 anos desenvolvendo as seguintes atividades: esporte, capoeira, teatro, artes plásticas, silk-screen e música, no caso bateria mirim.

O horário do projeto é de segunda a sexta-feira das 13:30 às 17 horas e a partir de agosto nós iniciamos um trabalho de manhã às 4ª e 6ª feiras das 10 às 12 horas, com atividades só de esportes, porque a nossa demanda, na grande maioria, são meninos. E não ampliamos para todas as manhãs por falta mesmo de recursos.

Avaliamos o ano de 1996 foi muito produtivo, positivo, possibilitando uma melhor estruturação do nosso projeto e também uma boa aceitação e comunicação com a nossa comunidade, a Escola, os vizinhos.

Também o nosso projeto a partir do meio do ano ganhou uma visibilidade pela constituição da nossa Bateria Mirim e fomos convidados para vários eventos que pudemos comparecer. De um todo avaliamos para nós foi muito produtivo este ano. Até porque a gente pôde trabalhar. Tivemos problemas, mas de uma maneira geral pudemos dar continuidade. Até porque o nosso trabalho a gente já vinha fazendo antes de ser aprovado pelo Conselho. Depois de aprovado nosso projeto pelo Conselho deu uma estrutura para a gente ter condições de trabalhar melhor.

Agora eu queria pedir licença e colocar uns apartes muito meus, muito particular mesmo.

Eu quero agradecer aos todos os órgãos, a todas as pessoas que de uma maneira ou de outra nos ajudaram ou possibilitaram as condições para execurtamos esse trabalho. Porque travamos uma guerra gigantesca com inimigos quase invensíveis que são, as ruas desta mega cidade de São Paulo, os aliciadores do tráfego, do roubo, as gangs de bairros e sobretudo as drogas. Talvez, à primeira vista para algumas pessoas, o nosso programa pode não parecer sério, mas foram as brincadeiras, a alegria, o carinho, o amor, a dedicação de um pequeno grupo, as poderosas armas para que não perdêssemos nenhuma das cinquenta crianças e adolescentes a nós confiados.

E essas crianças e adolescentes se dedicaram, aprenderam e sabem fazer muitas coisas, eles são bons e têm muito a ensinar a muita gente.

Também quero agradecer a oportunidade que tivemos de conviver, integrar, trabalhar com tantas pessoas, seres humanos de verdade, gente da melhor qualidade.

E assim o nosso ano passou rápido, detonações, todas essas coisas que todo mundo sabe. Mas entre mortos e feridos, graças a Deus, salvaram-se todos. E conseguimos sair desse campo de batalha baqueados, mas vencedores. Até porque temos a consciência tranquila e sabemos que combatemos um bom combate.

Obrigada.

ELIANA - Obrigada a Neusa e agora com a palavra o Celso Cardoso, do Engenho Teatral.

6. *Associação Cultural Engenho Teatral – ACET*

Engenho Teatral uma experiência em andamento.

CELSO CARDOSO

O Engenho Teatral é o único teatro móvel que se desloca por São Paulo com espetáculos gratuitos para crianças, adolescentes e adultos. Trabalha com o público em geral e com as escolas, igrejas, entidades, instituições e movimentos, atingindo uma população tradicionalmente marginalizada da produção cultural.

Profissional, gratuito, móvel, vai à periferia. Hoje está instalado em Pirituba na Zona Noroeste de São Paulo. É único e vive uma experiência sem precedentes na história do teatro do Brasil, pela sua quantidade, abrangência, quantidade de apresentações e aprofundamento.

Em 96 foram 301 apresentações para 46.719 pessoas e 269 entidades atendidas neste ano, afora as 106 entidades que estão na lista de espera para 97.

Agora nós vamos apresentar para vocês um vídeo que ainda não está totalmente pronto. Ontem às 11 e meia da noite eu peguei a versão possível, tem inclusive uma trilha sonora de Walt Disney por trás. Mas eu prometo que tanto o Conselho como o IADES vão ter uma cópia final da gente.

Vamos apresentar este vídeo e depois eu vou ler mais algumas coisas.

[É APRESENTADO O VÍDEO DO ENGENHO TEATRAL]

RESUMO DO TRABALHO ACET AO PROASF - 1996

PEÇA: CURTO CIRCUITO			
Mês	**Espetáculos**	**Público**	**Mádia**
Janeiro	08	489	61.12
Fevereiro	06	227	37.83
Março	20	2.355	117.75
Abril	18	2.592	144.00
Maio	19	3.392	178.53
Junho	14	2.388	170.57
Agosto	11	1.759	159.90
Setembro	16	1.895	118.44
Outubro	13	1.903	146.38
Novembro	17	2.043	120.18
TOTAL	**142**	**19.043**	**134.10**

PEÇA: **SONHO DOCE**

Mês	Espetáculos	Público	Mádia
Janeiro	09	1.220	135.55
Fevereiro	11	1.272	115.63
Março	24	4.194	174.75
Abril	16	2.655	165.93
Maio	18	3.447	191.50
Junho	15	3.063	204.20
Agosto	11	2.201	200.09
Setembro	19	3.825	201.32
Outubro	18	2.702	150.11
Novembro	18	3.097	172.06
TOTAL	**159**	**27.676**	**174.21**
TOTAL GERAL	**301**	**46.719**	**155.21**

O SENTIDO PRIMEIRO

Por lei (artigo 71 do ECA, por exemplo) a criança e o adolescente tem direito a espetáculos. E todos defendem o acesso à cultura como um componente fundamental para o pleno desenvolvimento do ser humano. Na prática, porém, as regras do mercado confinam os bens culturais, como o teatro a uma minoria.

Quando chega ao CMDCA, o Engenho Teatral traz, no simples fato de existir uma possibilidade de defesa daqueles direitos à margem das regras estabelecidas, isto é, a margem da maneira como o teatro opera no mercado. O sonho e a prática não se apresentam para mudar o estabelecido. Chegam com a possibilidade de experimentar e construir uma outra prática, ainda que paralela à existente.

Em 1996 provou que ele estava certo. No arroz com feijão: é possível sim levar teatro profissional aos excluídos.

A Fórmula do Engenho:

- Teatro móvel em condições técnicas para o exercício profissional.
- Presença no bairro próximo á população alvo.
- Espetáculos produzidos por profissionais com qualidade profissional.
- Trabalho com o público em geral mais prioridade para o atendimento às organizações locais.
- Ingressos e transporte gratuito.

Por existir, ser exceção e pela fórmula apresentada, o Engenho Teatral recebeu o investimento financeiro do CMDCA. Ou seja, o sentido primeiro era apoiar uma experiência como aquela. Somente a xistência de projetos semelhantes permite a defesa do direito da criança e do adolescente à cultura, já que o mercado e a regra geral negam esse direito. Por isso a manutenção/gestão permanente do grupo foi apresentada (e aprovada) de forma explícita como uma atividade fim.

O SEGUNDO SENTIDO

Mas, dando certo (como deu), a receita poderia ser copiada?

Essa questão sempre esteve presente transformando o Engenho Teatral num plano piloto a ter desdobramentos. De certa forma enquadrar o Engenho no PROASF, como fez o CMDCA, é o mesmo que dizer: não dá para tratar o problema deixando a questão cultural de lado. E ai está a Sociedade Civil com uma proposta consistente a ser aprofundada (o que não elimina versões mais pragmáticas do tipo "é a única forma de viabilizar a contratação").

Sob a perspectiva da criança e do adolescente, o projeto deve ser uma cobaia em busca de uma ação cultural mais ampla. Deixa de ser um fim para ser um meio. Este segundo sentido não nega, mas soma-se ao primeiro.

Assim, hoje, pode-se afirmar que a fórmula Engenho Teatral funciona, ou pelo menos que funcionou.. Também pode ser dado como óbvio que ele sozinho não vai "dar conta do recado". Mas daí a deduzir que o caminho é construir outros Engenhos é uma temeridade. Clone cultural só pode ser aberração.

NOVOS CAMINHOS.

A função primeira – fazer teatro para setores marginalizados– é preenchida (Já a eterna discussão "qual o teatro" nem é tocada ainda. Idem os perigos da idéia de "levar cultura ao povo" ou a divisão social do trabalho artístico que opõe produtores e consumidores, so para citar o início do cipoal a ser percorrido.) Ficando, portanto, na função primeira, no desdobramento do Engenho Teatral, é preciso mencionar outra ação inerente ao projeto: A visita às entidades e a conversa com seus profissionais.

Essa atividade foi precária, superficial, descontínua. Resumiu-se a uma ou duas visitas á algumas dezenas de instituições, intervenções em assembléias, a conversa rápida com coordenadores, professores, diretores, padres, lideranças, com grupos de 10 a 50 (às vezes mais), crianças ou adolescentes.

E, talvez, essa imperfeição seja intransponível enquanto o dia tiver 24 horas e o grupo for obrigado a fazer teatro e fazer visitas.

A partir dai, a impressão primeira que ficou (ou o preconceito que se afirmou), foi o total despreparo dos profissionais quando o assunto é cultura. E não se está falando aqui apenas da atendente da creche, da liderança esforçada da igreja ou do CJ, mas dos professores da rede estadual e municipal. Com as exceções de praxe e apesar do entusiasmo com que assistem aos espetáculos, seu comportamento, omissão, desinformação são assustadores. E isso no ônibus, na sala de aula, na porta do teatro, na sala de espetáculos, no debate mal encaminhado.

Tão ou mais importante que a peça passa a ser a experiência de sair com 50, 100, 200 crianças ou adolescentes. A organização para sair, o comportamento no ônibus, a sujeira na frente do teatro, o respeito aos outros e ao horário, uma série de pequenas ações e comportamento de civilidade, o próprio sentido do "passeio", as brigas com os motoristas, a surpresa de ver teatro e não discursos altruístas e moralistas, tudo enfim denuncia o marinheiro de primeira viagem (a maioria), e a total desvinculação entre o cidadão, a cidadania e a cidade. Importante: isso não se refere apenas às crianças e aos adolescentes, mas aos profissionais responsáveis por eles.

Mesmo correndo o risco de um diagnóstico preconceituoso, errado, ainda não há espaço para se discutir cultura, ou melhor, não é o discurso e a boa intenção que vão preencher o enorme vazio entre os direitos e a realidade. Dai a ação aparentemente paternalista do Engenho: Tudo é de graça, tudo é facilitado, o ingresso, o transporte, a localização, até a divulgação direta junto às pessoas que irão ao teatro.

O que se precisa no momento é uma prática semelhante em proporções maiores, uma prática que efetivamente faça a ponte entre a produção cultural da cidade e as crianças e adolescentes dela excluída. Uma prática que obriga a saída, que abra os muros das instituições para que seus membros passem por essa experiência simples. Sair, de forma contínua, regular, para ir ao teatro, ou ao cinema, museu, exposição, parque.

Num primeiro momento, essa experiência, por si só, obrigará a novos comportamentos e atitudes, estabelecerá novas relações, e provavelmente, novas atividades internas (como formação de grupo de teatro já provocada pela passagem do Engenho).

E aqui voltou-se ao ponto de partida, mas colocando o problema do outro lado: não se trata apenas de levar o teatro ao público alvo, mas de levar esse público alvo ao teatro (tomando-se o teatro apenas um exemplo, uma referência).

A experiência do Engenho Teatral, rompendo uma barreira aparentemente intransponível, aponta exatamente isso, as crianças, os adolescentes, os profissionais, as instituições por si só não fazem, até agora não tem feito, esse caminho. Alguém tem que provocá-los, fazer por eles.

Só então e ao mesmo tempo, será possível discutir cultura ou qual cultura interessa a cada um.

A primeira tentativa do grupo em alargar essa ponte levou às Secretarias Municipais de Cultura e Educação numa reunião totalmente inócua. Depois disso, mais 3 reuniões foram feitas na Secretaria Municipal de cultura e também não acrescentaram absolutamente nada.

A idéia é simples, talvez até simplista, usar o Engenho Teatral como um cavalo de Tróia. As portas das instituições se abrem para o Engenho (são mais de 250 só em 1996), e apesar do entusiasmo, da experiência voltam a se fechar quando o projeto se despede para atender outras organizações. O que se pretende é desembarcar um novo agente cultural, deixando por um certo tempo em contato com a entidade.

A função desse agente, ou animador, é aquela que deveria ser mais não é preenchida pela própria instituição.

- Organizar saídas sistemáticas, estabelecendo a ponte entre o que a cidade tem e aqueles que nada tem.
- A partir dai fomentar o debate e atividade cultural.

O trabalho desse animador é estimular e preparar entidade para que ela continue essa prática por conta própria, é criar um hábito, uma necessidade, uma rotina.

Em síntese, o Engenho Teatral realiza seu trabalho e abre portas. O animador aprofunda esse trabalho sugerindo debates e atividades estimulando e questionando os profissionais de ambos os lados e abre outras portas, organiza novas programações. Lógico, haverá barreiras objetivas. Além do comportamento dos interessados. O tempo disponível, o custo, a distância, o transporte, que o Engenho equacionou, mas a cidade não.

Por isso, é apenas um plano piloto, uma experiência ainda pequena, um novo caminho.

O Engenho Teatral, o Clone.

O Engenho teatral prova que abrir as portas das instituições é possível. Ele faz esse trabalho, cumpre esses objetivos, mas é um só. Logo outros projetos, outras propostas, outros caminhos vindos da sociedade devem ser financiados, já que essa tarefa o mercado não cumpre. Mas a fórmula do Engenho é fruto de sua trajetória, está ligado ao seu passado, à sua prática, às suas necessidades e sonhos. E isto é intransferível.

Construir outros teatros iguais e entrega-los nas mãos de outros profissionais é um risco muito grande, para não falar do alto custo de investimento inicial. E seria muita prepotência inverter a ordem dos fatores, decidir do alto de um planejamento central. Mais correto e barato é abrir as portas para aquilo que a cidade oferece ou pode vir a oferecer. E ai sim, decidir e dirigir recursos financeiros para tais e tais projetos.

Ao invés, de Clones do Engenho, Clones do processo que levou o Engenho ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, buscar na sociedade aqueles que trilham ou podem trilhar caminhos que estabeleçam a ponta entre os bens culturais e as crianças, adolescentes e profissionais deles excluídos. É a sociedade que pensa, produz, aponta caminhos. O Conselho escolhe e subsidia.

O projeto terá então, aquele sentido primeiro, será um fim e não apenas um meio. Já que sua existência é a condição para que se chegue aos objetivos.

Na prática, o que se propõe são editais abertos a qualquer tipo de proposta cultural que atenda aos objetivos já descritos.

O Conselho Municipal ou uma comissão por ele designada, que não precisa ser composta por integrantes do Conselho, decide.

Observações finais:

Lamentamos o não acompanhamento crítico pelo Conselho e comissões afins do processo único vivido pelo Engenho teatral este ano. cada cabeça, cada instância, cada momento uma sentença. Mas preto no branco, não há hoje qualquer proposta de contrato, nenhuma perspectiva de continuidade. Assim o risco, velho vício, de se jogar no lixo um ano sem precedentes de trabalho e investimento.

Que esse pesadelo não seja a nossa próxima realidade. Que o Engenho Teatral seja só uma ponta de lança, um cavalo de Tróia. Crianças e adolescentes precisam de muito mais.

Obrigado.

ELIANA - Agora vamos ouvir o último trabalho que será apresentado no período da manhã. Eu gostaria de passar a palavra para o Projeto Lekotek/Promov, Antonio de Pádua Serafim.

7. LEKOTEC / PROMOV

ANTONIO DE PÁDUA SERAFIM

Bom dia a todos. Inicialmente eu falarei e apresentarei um vídeo como parte final.

O projeto Lekotek para aqueles que ainda não conhecem, é um sistema sueco do qual trabalha com o resgate da ludicidade, através dos brinquedos e das atividades lúdicas. E fazendo grupo de apoio do PROASF, o Lekotek está situado na Zona Leste, no bairro de Ermelino Matarazzo.

O centro Lekotek São Paulo se divide em 2 eixos, ele dá um atendimento às 5 creches da região Leste, situadas na Vila Carrão, São Miguel, São Mateus e 2 creches em Ermelino Matarazzo. Entre essas creches são assistidas 663 crianças e 80 profissionais. Os profissionais dessas creches são treinados bimestralmente dentro da filosofia Lekotek, onde recebem todo acompanhamento desde a utilização do brinquedo, utilização do brincar, bem como informações, desenvolvimento motor, emocional, relação família e criança, dentro desse processo.

E dentro do Processo do Lekotek São Paulo, a sede, está atendendo às famílias individualmente e às instituições também que vão ao centro Lekotek São Paulo.

Inicialmente a proposta aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, era que o Centro Lekotek São Paulo daria assistência a 80 famílias individualmente por mês e 160 atendimentos à crianças e adolescentes de instituições.

Os dados que temos no momento é que das 80 famílias previstas para serem atendidas, estamos atendendo 129 famílias individualmente, e das 160 crianças e adolescentes de instituições estamos atendendo 402 crianças e adolescentes.

Dentro desses atendimentos estão creches, instituições de crianças, associações de bairros, escolas, órgãos governamentais. E dentro desses atendimentos também profissionais outros, que não os relacionados nas creches também receberam atendimentos, conferências e informações sobre o sistema Lekotek, bem como sobre relação criança adolescente. Dentre órgãos da própria Prefeitura Municipal, Suds, alguns Conselhos Tutelares, prováveis educadores das Casas de Abrigo da Vila Matilde e região do Butantã também receberam informações.

E dentro do nosso trabalho, no momento estamos aplicando um instrumental de avaliação do nosso trabalho, já foi aplicado ás creches observado por profissionais que atuam diretamente com a criança. E agora estamos aplicando diretamente com a população que está sendo atendida pelo Lekotek. Provavelmente até o final do mês teremos os dados em relação a isso.

E alguns dados observados pelas adeises, das creches, nós temos que as características mais observadas e mais citadas por elas é que houve uma mudança no comportamento das crianças, principalmente quanto agressividade e quanto à organização. Eram crianças ansiosas, que quando

se formavam pequenos grupos elas não tinham uma organização quanto à espera, numa atividade que necessitaria uma ordem, tinham uma dificuldade muito grande de organizar isso. E pelos relatos delas, depois da implantação do Lekotek essas crianças apresentam esse padrão de comportamento quanto à organização. Relatam também que houve uma facilitação quanto ao aprendizado dessas crianças e o melhor bem-estar dessas crianças também. E também relatam que houve uma facilitação no desenvolvimento dessas crianças.

E nós também estamos aplicando agora um instrumental para as famílias dessas crianças de creche. O objetivo do Lekotek é trabalhar a família junto com a criança. É inviável quanto às creches, porque na maioria das famílias atendidas em creches são diaristas, dedicam a maior parte do tempo ao trabalho dessas crianças que passam boa parte do tempo nas creches. Inclusive, em algumas creches tem crianças que saem de uma determinada creche e vai para outra de horário noturno, pois as mães têm um grande período de trabalho.

E também avaliamos expectativas e o que essas representantes de creches observaram dentro dessa implantação do nosso trabalho.

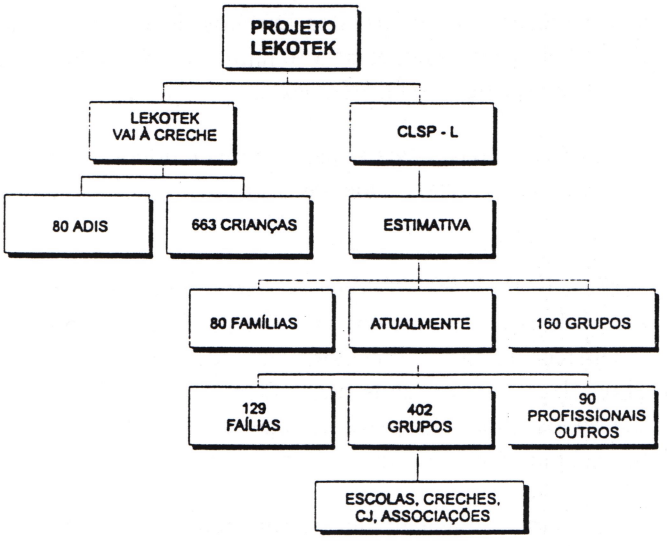
Dentro dos conceitos de péssimo, ruim, bom, muito bom, ótimo, nenhuma das creches relatou que o trabalho foi ruim, péssimo ou regular. 24% das 80 profissionais consideraram bom o trabalho. 27% consideraram muito bom e 41% dessas profissionais consideraram excelente o trabalho.

E dentro desses dados que temos observado e dos relatos dos pais que são atendidos, nós do Centro de habilitação Promov do qual está situado o Lekotek acreditamos que estamos contribuindo para melhor qualidade de vida dessa população, dessas crianças e adolescentes tão marginalizadas e tão desprovidas de acesso por quem deveria.

Agora eu queria apresentar o vídeo que faz um resumo de todo esse trabalho.

Obrigado a todos pela atenção.

É APRESENTADO O VÍDEO DO LEKOTEK/PROMOV.



ELIANA - Eu gostaria de agradecer a participação de todos que vieram nesse colóquio no período da manhã e dizer que a síntese dos trabalhos apresentados nesse período será retomada logo no reinício dos trabalhos no período da tarde. E que os trabalhos serão retomados às 14:00hs pontualmente.

Muito obrigada.

PARTE 4

Avaliação das Instâncias Municipais

- *ABERTURA*
  Cacilda M. Asciutti
- *COORDENAÇÃO PROASF/CASA**
- *GEMINTER/COGEM**
- *GRUPO GESTOR TÉCNICO DO PROASF **
- *COMISSÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

  Professora Adelina Baroni Renucci, representando a *Vereadora Aldaiza Sposati.*

Coordenação: *Irandi Pereira – Assessora do IADES*
Maria Tereza Pavão – OAB - sub-comissão DCA

---

* *Ausentes*

Avaliação das Instâncias Municipais

ABERTURA

IADES - Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Economico-Social

PROFª CACILDA M. ASCIUTTI

CACILDA - Vamos dar abertura a sessão da tarde. Fazendo um pequeno levantamento da parte da manhã, o IADES foi encarregado da construção e assessoria para implantação do PROASF, tendo em vista a questão da metodologia, os eixos de trabalhos, os problemas existentes.

O Coprocaf é o suporte administrativo ao Conselho Municipal e assessoria aos Conselhos Tutelares e gerenciamento do Centro de Dados Informatizados e também deu as informações da interface realizada entre IADES e COPROCAF e mais todo trabalho que está sendo realizado junto aos Conselheiros Tutelares.

O Cootraleste e o Jardim Autódromo, educação cooperativa, que é importante, dentro do PROASF tem sido o eixo de atendimento de adolescentes de 14 a 18 anos, de formação profissional, basicamente.

O Engenho Teatral está com todo o seu plano piloto de ação cultural.

O Kinderê, arte e educação, localizado na escola de samba Colorado do Brás. E o Lekotek com atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco e suas famílias, vias recursos lúdicos.

O que a gente observou, há toda fala do Conselho Municipal, principalmente dos representantes da sociedade civil, do Conselho Tutelar, as dificuldades que eles têm enfrentado, de uma certa forma mas foi implantado um Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar e os avanços que já se conseguiram nessa cidade.

Pendente estava a discussão do descompasso da implantação da metodologia como ela foi aprovada no Conselho Municipal e como ela foi construída no Coletivo e as ações do Executivo Municipal, do Executor do Programa e por força, segundo o próprio Executivo, exigência do Ministério Público implantou as Casas, contratou pessoas antes da metodologia ser apresentada e aprovada no Conselho Municipal.

Agora a tarde eu queria chamar a representante da Sub Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comissão dos Direitos Humanos da OAB, que é a Maria Tereza Pavão, para coordenar conosco a mesa. E, a tarde trabalharemos duas instâncias: 1. Avaliação das instâncias municipais, coordenação PROASF/CASA, Geminter/Cogem, Grupo Gestor Técnico do PROASF, Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de São Paulo. E num segundo bloco as instâncias da sociedade civil, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fórum Estadual, do Ministério Público e Comissão da OAB, aí faremos uma síntese e abre-se para o plenário.

Lembrando sempre que os objetivos desse colóquio é a avaliação do Primeiro ano de construção e implantação do PROASF, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e perspectivas para o 97.

Avaliação das Instâncias Municipais

*Instâncias do Executivo Municipal**

Agora seria a Coordenação Proasf/Casa, Geminter/Cogem e o Grupo Gestor Técnico do Proasf. Por uma série de motivos, que eu acho que não vêm ao caso aqui, a gente recebeu uma correspondência do CASA achando que o IADES havia organizado esse Seminário sem consulta.

Eu vou ler a carta. Foi um Ofício 779/96 do CASA - Centro de Apoio Social e Atendimento do município de São Paulo. Ele foi dirigido à presidência do IADES como organizador do Seminário sobre Meio Aberto (13 de agosto de 1996) e do Colóquio "Proteção Especial. de 17 de agosto de 1996).

É LIDO O OFÍCIO Nº 779/96. datado de 10 de dezembro de 1996

"Prezada Senhora,

Tendo recebido a sua comunicação datada de 06/12 a respeito do colóquio do seminário a serem realizados respectivamente nos dias 13 e 17 do corrente."

(O do dia 13 era o seminário sobre o Meio Aberto, do día 17 é o Colóquio de hoje - observa Cacilda).

"Causou-me estranheza tal programação desse Instituto, que merece todo nosso respeito. escolhido pelo Conselho Municipal e contratado por esse Centro. uma vez que não houve prévia consulta à Presidência. o qual foi escolhido pelo conselho Municipal e pelo Sr. Prefeito para operacionalizar o PROASF.

Salientamos que teremos sempre muito prazer em receber via Coordenação de Operacionalização do PROASF, propostas para eventos desse gênero, os quais sabemos ser úteis e importantes, para programarmos caso concordemos, nosso comparecimento e de nossas equipes. Com referência às datas sugeridas sem o nosso prévio conhecimento, lamento informar que não concordamos com as mesmas. Sugiro entendimentos seus com a Coordenação do PROASF para Janeiro, após a primeira quinzena. Tais programações contarão sem dúvida, com a participação da Exma. Sr. Nicéa Camargo Pitta do Nascimento, que será a nova Presidente de Honra deste Centro e, que tem o máximo no caso.

Sem mais para o momento, aproveitamos para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Assinado por: Lucília de Lachmann. Presidente Executiva
(Centro de Apoio Social e Atendimento do Município de São Paulo - CASA)

---

* Ausentes

CACILDA - Nós mandamos uma resposta, mais ou menos longa, esclarecendo. Eu vou ler.

É LIDA A CARTA RESPOSTA - datada de 10 de dezembro de 1996 (enviada por fax no dia 10 e protocolada no CMDCA/SP e no CASA em 11 de dezembro 96)

Ao CASA - Centro de Apoio Social e Atendimento do Município de São Paulo

A/C: Presidente Executiva. Lucília de Lachmann. Fax nº 821-9522

"Prezada Senhora.

Os seminários referidos por vossa entidade, conforme ofício CASA nº 779/95, estão planejados e programados para o mês de dezembro de 96, de acordo com o plano de trabalho enviado à Coordenação PROASF/CASA no:

1. Relatório de atividades (dezembro/95 a outubro/96) e Plano IADES novembro/ dezembro 1996, pág. 09. conforme ofício 372/CMDCA/96:

2. Relatório nº 10 - IADES, referente ao mês de outubro/96, item B - 2 e 3, pág. 07;

3. Inúmeras correspondências enviadas ao Dr. Junqueira através do FAX nº 821-9522;

4. Inúmeros telefonemas à D. Marly A. Villa:

5. Relatório nº 11 - IADES, referente ao mês de novembro/96:
   - Parte A - Atividades, item 3, pág 02;
   - Parte B - Planejamento, item 1, pág. 06 e item 4, pág 07 e 08.

Como todo respeito, causa-nos surpresa a Coordenação PROASF/CASA não ter informado a tempo à Sra. Presidente Executiva.

Quanto a proposta de adiamento dos referidos eventos, devemos lembrá-los que a mesma é inviável, uma vez que o contrato do IADES e dos demais contratados PROASF expira em dezembro de 1996. Além disso, já estava planejada a prestação de contas dos trabalhos realizados após um ano de execução do PROASF.

Quanto ao seminário marcado para o dia 13/12/1996, nos entendimentos com à Coordenação Operacional PROASF, a D. Marly, após consultas ao Dr. Rubens e ao Dr. Junqueira, informou-nos que o mesmo não poderia ocorrer no Instituto da Criança, como planejávamos. Assim, dando continuidade ao processo de trabalho, o IADES realizou as atividades necessárias para a efetividade das interfaces do Programa 1 (educação de rua - meio aberto) e do Colóquio, nos locais possíveis.

No que se refere as datas estabelecidas para a realização do Seminário do Programa 1 - educação de rua/meio aberto (13 de dezembro 96) e para o Colóquio "Proteção Especial - Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: o PROASF na Cidade de São Paulo" (17 de dezembro 96), após diversas consultas sem respostas, desde a semana passada, à Coordenação PROASF/CASA, as mesmas são definitivas.

Contudo, gostaríamos de ressaltar que não só gostaríamos, como teremos muito prazer e necessitamos da presença qualificada do Executor CASA, de sua coordenação, assim como da presença dos gestores técnicos do PROASF, para o bom encaminhamento do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar.

Atenciosamente,

Assinado por: CacildaM. Asciutti - Presidente do IADES e Conselheira Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP

CACILDA - Incluídos os inúmeros fax enviados em 26, 28 de novembro, em 5 de dezembro, telefonemas, etc e tal, porque estava sendo afirmado que tínhamos marcado umas datas de forma intempestiva, essas datas, ou pelo menos esse programa com essas datas, estavam sendo discutidos em relatório desde outubro desse ano. Então, não justificava a afirmação de que nós estávamos fazendo à revelia do Executor. Lamentamos porque o C.A.S.A. é parte importante e que deveria estar presente, já que é o Executor do Programa, porque o Programa, por melhor que seja a metodologia, se não houver uma execução qualificada o programa não existe. Já de manhã havia toda uma colocação de que o surgimento precoce das Casas sem respeitar a metodologia tem causado uma série de problemas, inclusive aos Conselhos Tutelares e a gente espera que para o próximo ano tenha condições, quer dizer, e o Conselho também de definir alguma coisa, monitorar e controlar, não só todos os contratados que tiverem no próximo ano, como também o Executor. É papel do Conselho Municipal controlar os programa públicos e que se efetive realmente uma política pública para a criança e adolescente em situação de risco, em especial criança e adolescente em situação de rua, em nome dessas crianças que estão na rua agora aqui na Praça da Sé apanhando da polícia e em outras áreas da cidade. Então esperamos realmente que esse programa seja executado, com a metodologia respeitada, ajustes e com apoio de toda a comunidade, de toda a sociedade e que o Executivo Municipal tenha obrigação de construir de acordo com a metodologia aprovada pelo Conselho Municipal.

As instâncias do Executivo Municipal estão ausentes, seriam três apresentações importantes, inclusive um prestar de contas de suas ações e de seus atos.Acredito que todos os presentes lamentam essa atitude das instâncias do Executivo, esta ausência de diálogo.

Passo a coordenação da mesa para Irandi Pereira que está construindo o PROASF junto com o IADES, trabalhando duramente em uma série de áreas chamaríamos a representação da Comissão da Criança e do Adolescente na Câmara Municipal de São Paulo. Obrigada.

IRANDI PEREIRA - Boa tarde para todo mundo. Mais uma vez é um prazer estar com vocês, mesmo que a gente tenha problema de horário e mesmo em se tratando de trabalho na área da infância, que é sempre muito dificultoso, mas acho que nós estamos aqui em pleno final de ano, mas eu acho que era importante que avaliássemos esse um ano de trabalho no Município de São Paulo, até por entender que a cidade de São Paulo não cuida daquilo que lhe é peculiar, que são as crianças em situação de risco pessoal e social, que tradicionalmente quem cuida disso é sempre o Executivo Estadual. Desse ponto de vista eu acho que foi interessante que você tem uma proposta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança, eu acho que nesses anos de 95, 96, acho que a gente pode pelo menos dizer que o Município de São Paulo com todas as dificuldades que já foram alinhavadas de manhã e que todo esse percurso já tem mostrado muitas dificuldades de implantação de uma proposta política, mas eu acho que é importante para nós que moramos em São Paulo, que podemos dizer que pelo menos o município tem uma proposta. E, entendendo esse município, entendendo o Conselho Municipal, entendendo também a questão do próprio Governo Municipal, que é muito difícil trabalhar nesta área, e principalmente que os Executivos estão acostumados a trabalhar com escola, com creche, com centro de juventude, eles têm muita dificuldade com trabalhos de outra natureza.

Até hoje, eu e o Jorge Artur, que é do Projeto Travessia, estávamos almoçando juntos e estávamos discutindo a grande dificuldade que a sociedade tem de trabalhar com formas de trabalho diferente, com espaço diferente. E essa visão da questão equipamentista ela é muito presente na política pública no Brasil, sempre que se pensa em trabalhar na área da infância, sempre se pensa na visão do equipamento em primeiro lugar e preferencialmente um equipamento que se não é quadrado, é retangular. Sempre tem a diferença de entender de outra forma, que era hoje o nosso assunto, inclusive até no campo mesmo da sociedade civil, nós enquanto sociedade civil também temos um pouco de dificuldade. Eu acho que isso ficou muito claro com a experiência de alguns grupos que hoje de manhã apresentaram trabalhos, que nós estávamos avaliando no horário de almoço, muitos interessantes, porque fogem àquele lógica de achar que atendimento só se faz nos espaços retangulares ou quadrados.

Bom, então para a mesa da tarde eu gostaria de convidar a Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de São Paulo, que é a Adelina, representando aqui a Presidente da Comissão, que é a vereadora Aldaíza Sposati, mas também levando em conta que a vereadora Anna Martins esteve conosco aqui no período da manhã, a Anna também é da Comissão da Criança. Queria convidar o Fórum Municipal da Cidade de São Paulo, que é a Terezinha Helena.

Ouviu Terezinha, não falei Fórum Municipal, falei Fórum da Cidade de São Paulo. Eu estava discutindo isso na hora do almoço, não é porque a gente cria que tem que ficar a vida inteira nos lugares. (risos)

TEREZINHA HELENA- Mas tem muita gente abandonando o filho que criou por aí.

- (risos).

IRANDI - Como que é aquela história? A gente não pode ocupar dois espaços ao mesmo tempo. Ela quer que eu fique no Forum Municipal, no Estadual e no Nacional. Ela não conseguiu entender que as minhas representações acabaram.

TEREZINHA HELENA - Mas mora no Município.

IRANDI - Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança. Quem que veio pelo Fórum Estadual? Ninguém?

CACILDA - O João Trevisan foi designado pelo Fórum Estadual para este colóquio, mas como a gente está adiantando o horário...

IRANDI - Pode ser que o João também apareça porque o horário dele é 15:15. O João ainda não está atrasado.

TEREZINHA HELENA - Eu gostaria de dizer que está presente o Padre Plínio Possobom, que é do Fórum Estadual, ele veio do interior hoje aqui. E ele é um grande representante do Fórum.

IRANDI - Então, Padre Plínio, venha para a nossa mesa, mesmo que o João chegue, até porque eu acho que os Fóruns ficam bem representados dessa forma.

TEREZINHA HELENA- E ele é um grande representante.

IRANDI - E também ninguém está atrasado. O Ministério Público deverá chegar às 15:15, ainda não chegou. E a OAB que já está aqui conosco, inclusive dirigindo os trabalhos.

Bom, a nossa sistemática é a seguinte conforme a parte da manhã, casa expositor tem 15 minutos para explanação do seu trabalho e da sua avaliação, claro que incluindo aí as perspectivas para 97.

Então, eu passo agora a palavra para a Adelina, com muito carinho, que acho que pelo menos a Comissão da Criança. Não é Adelina? Teve um bom trabalho nesse ano.

Comissão Especial de Estudos Sobre Criança e Adolescente da Câmara Municipal do Município de São Paulo

ADELINA BARONI RENUCCI

ADELINA - Primeiro a gente quer agradecer muito o convite e justificar a ausência da Vereadora Aldaíza, que teria imenso prazer em estar aqui conosco, pode ser que ela ainda chegue, mas ela já tinha agendado outros compromissos quando chegou este convite, ela tem tido muito prazer e muita vontade de estar realmente trabalhando, batalhando nessa área da criança, tanto que neste ano de 96 ela solicitou à Câmara Municipal e realmente conseguiu ser aprovado por maioria em plenário o estabelecimento de uma Comissão Especial de Estudos sobre a Criança e o Adolescente no Município de São Paulo.

Provavelmente eu nem usarei os 15 minutos porque tanto aqui pessoas que estão na mesa como estão no plenário participaram ativamente dessa Comissão, que foi uma Comissão longa, de mais de 2 meses, foram quase 3 meses, toda semana, ondé estiveram presentes Sociedade Civil, Órgãos Públicos, Entidades de Pesquisa. Infelizmente, como aqui também se reverificou, a questão do Executivo Municipal, compareceram sim muito técnicos, pessoas interessadas, mas não oficialmente os representantes, aqueles que poderiam estar dizendo realmente em nome da política. E o Marcos Barreto, que também faz parte do Conselho, na questão de orçamento, ele provavelmente virá, ele falou: - Adelina, vá que eu já vou, vou almoçar. Ele deve estar chegando, então ele complementaria a questão do Orçamento Municipal para a criança. Essa Comissão foi um marco muito importante na Câmara porque Vereadores de diversos partidos foram envolvidos nessa discussão. E, essa discussão buscou realmente o diagnóstico na Cidade de São Paulo na questão do reordenamento institucional e da efetivação da implantação do ECA na cidade.

A nível de diagnósticos, levantamos dados muito importantes da realidade, que estão aí nesse livretinho amarelo, que conseguimos imprimir agora no final do ano já, está saindo em primeira mão aqui para vocês, porque concluímos esse Relatório em 16 de Maio, mas a burocracia da Câmara é tão grande que só agora no finalzinho do ano estamos conseguindo vir à público com essa publicação.

O método de trabalho então desenvolvido pela Comissão buscou trazer idéias de especialistas, de pesquisadores, de representantes, bem como dos movimentos inseridos.

Então, participaram todos os Conselhos a nível Municipal, Estadual e Nacional também.

---

* Representando a vereadora Aldaiza Sposati - Presidente da Comissão.

Nós baseamos em 3 grandes itens: no **diagnóstico, gestão do ECA** e no **financiamento** das Políticas para a Criança e o Adolescente. Um dado bastante importante, não vou falar tudo, como já estou colocando, só algumas pinceladas. Dos 9 milhões de habitantes da cidade de São Paulo, que é o censo de 91, verificamos que quase 40% são crianças e adolescentes, portanto quase 50% da nossa população são crianças e adolescentes. E aí vimos muitos dados de pesquisas, inclusive utilizamos muitos dados do Mapa da Exclusão, que é um trabalho que compara os 96 distritos da cidade, onde nós verificamos que os distritos com piores condições de vida e os com melhores condições de vida, então se fez algumas análises no sentido de quantas mortes de crianças de 0 a 6 anos poderiam ser evitadas, casos de violências. Então, esse estudo está aí à disposição de vocês. Uma das grandes constatações também desse nosso estudo, foi a questão bastante grave na cidade das condições das creches, todos acompanharam a dificuldade no início da gestão, de estar passando creches para a iniciativa privada, para as empresas, sem o menor cuidado. Outra questão importante foi a desativação das creches para crianças a partir de 4 anos, tendo essas crianças que procurar escolas de educação infantil, que como vocês também sabem, é uma escola que oferece 3 a 4 horas no máximo e há mãe que precisa realmente colocar a sua criança 10, 8 horas por dia, então foi uma grande dificuldade. A sociedade civil se mobilizou, a Câmara se mobilizou, fizemos inúmeros movimentos, o Sintaema, o Conselho Municipal de Direitos, os Conselhos Tutelares, quer dizer, todas as pessoas nesta cidade que lutam pela questão da criança, se mobilizaram, mas é uma luta insana, é uma luta em vão.

Recentemente estivemos todos reunidos lá em FABES por conta da questão do percapta, que é um percapta que foi sendo defasado ao longo desses 4 anos e hoje nos temos muitas entidades que estão fechando, entidades que estão recorrendo a bazares, festinhas, para poder manter as suas crianças e outras realmente sem a mínima condição, estão fechando.

Então, essa questão da creche na cidade de São Paulo, foi uma questão muito denunciada, muito batalhada, só que lamentavelmente a gente pouco conseguiu no sentido de sensibilização do Governo Municipal.

A questão também da criança em idade escolar, verificamos uma série de dificuldade no sentido da época da matrícula da escola, haja visto que agora recentemente o Governador Mário Covas fechou inúmeras escolas, fez uma reimplantação do sistema escolar e nós temos anunciado que estamos com inúmeras escolas fechadas, denúncias graves nesse sentido e o Governador vai abrir "containners" para as crianças estudarem, quer dizer, é uma piada nessa cidade. Até verifica-se pelos dados todos, que não existe falta de vagas, só que está mal distribuídos, em locais mais centrais nós temos boas escolas com sobra de vaga, em outros locais nós temos escolas de péssimas qualidades, caindo realmente aos pedaços, fotografamos, visitamos, sem vagas.

Outra questão também muito difícil é a questão do 2° grau. Então, os jovens sendo até desaconselhados ou tendo uma série de dificuldades para poder se matricular em detrimento do seu aperfeiçoamento. Então, não há vagas suficientes para 2° grau, quer dizer, existem nos locais mais centrais, mas nas periferias é muito difícil.

A questão da creche, uma coisa que também foi muito bem dita, é a questão que para pobre qualquer coisa serve, então, a creche vem decaindo enquanto qualidade.

FRANCISCA - Para pobre qualquer coisa pobre serve...

ADELINA - Exatamente. Então, nós... Não é Irandi? Que temos uma tradição de termos trabalhado com creche há muitos anos, eu pessoalmente também trabalhei em FABES, quer dizer, era um esmero a qualidade, quer dizer, tinha reciclagem, treinamento para o pessoal, realmente se considerava a criança como um ser que deve ter a melhor qualidade para poder realmente contribuir depois para a cidade. E atualmente o que se verificou é esse grande desmantelamento.

Outras denúncias também graves, como a questão do trabalho infantil, a exploração sexual e o descaso no atendimento das crianças portadoras de HIV e filhos também de portadores do vírus HIV. Essas denúncias foram também graves no sentido de que os pais portadores de HIV temem pelo seu desaparecimento em breve e realmente eles não vêem como os seus filhos poderão ser amparados nessa cidade que está tão hostil, tão agressiva na situação da criança. Uma coisa muito importante que também que foi dita, principalmente pelos Institutos de Pesquisas e Universidades, que todo esse estudo, essa metodologia, essa comunicação que se constrói nas universidades devem estar sendo sempre pensada na sua popularização, que os conhecimentos devem ser socializados para os trabalhos das crianças e dos adolescentes realmente possam ser de extrema qualidade. Então eu acho que a Comissão também fez esse exercício e temos visto, recentemente na Câmara teve aquela apresentação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, onde vemos realmente as universidades, os núcleos de estudos junto com os Conselhos Tutelares, o pessoal que está realmente aí com a mão na massa.

Desses pontos alarmantes detectados, verificamos que a rede pública de creche atende apenas a 8% da demanda de creches, na faixa etária de 0 a 4 anos e 70% da demanda nas escolas de educação infantil, sendo que não atende na plenitude da necessidade, apenas 3, 4 horas por dia. Um outro dado interessante é que vimos a multiplicidade dos órgãos, que é uma realidade histórica na ausência de quantidade e qualidade das atenções da criança e o adolescente e há uma falta de compromisso dos vários órgãos.

O que pensamos, e aí é na linha de proposta, é que falta uma unidade a nível do diagnóstico das crianças e dos adolescentes na área da cidade, o que permitiríamos ter uma unidade nas metas de intervenção, o que ocorre realmente sempre é um trabalho fragmentado, um trabalho isolado.

A questão do trabalho infantil que verificamos, ele encontra muita resistência principalmente nas classes dominantes. Existe uma mentalidade de que o trabalho é bom, de que as crianças devem trabalhar e na Câmara Municipal nós nos deparamos, não digo diariamente, mas semanalmente um Vereador lança um projeto onde inclui isenção para a empresa tal para que possa empregar crianças a partir de 12 anos, sem a preocupação realmente com os estudos dessa criança, com a formação dessa criança. Essa semana na revista Vejinha saiu, muitos de vocês devem ter visto a questão da Guarda Mirim, então, os meninos fardados, militarizados, inclusive o Comandante deles fala sobre isso, que é importante a militarização dessas crianças e sem a menor preocupação na formação dessa criança para o trabalho mesmo. Eles estão sendo educados para serem pedintes e militares realmente. Então, é uma formação muito complicada e que teríamos que estar denunciando e combatendo. Passou realmente uma Emenda na Lei Orgânica da Cidade de São Paulo, onde todos os Projetos de Lei que dizem respeito à criança e ao adolescente, devem ser submetidos a audiência pública com a presença do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Então, isso tem brecado muito, por exemplo, a Terezinha Helena é uma das frequentadoras das nossas audiências públicas e os Conselho Tutelares também, a Erandi também várias vezes já foi chamada lá por nós, e defender veementemente essa questão e estar colocando a nível da Câmara, a nível da discussão na cidade essa questão de o que é primordial para a criança na cidade.

Então, os desafios básicos que chegamos a concluir na Comissão, seria a articulação de ações, responsabilizar e comprometer o Governo Municipal na gestão de uma nova política de atenção integral à criança e ao adolescente.

Foi criado o GEMINTER, que vocês mais do que ninguém têm feito parte de todos esses estudos e de todos esses trabalhos, só que sempre colocamos e questionamos que o GEMINTER está afeto à Presidência, ao CASA, um fato que realmente causa estranheza por se tratar de uma entidade não governamental e fizemos inclusive uma série de gestões nesse sentido, entramos no Tribunal de Contas, entramos no Ministério Público com ação para questionar essa questão, porque realmente não competiria ao CASA estar gerenciando e coordenando esses programas de crianças e adolescentes dentro da cidade.

O que verificamos então é que a Prefeitura tem tratado as creches, centros da juventude e as entidades sociais como instituições filantrópicas, de benemerência, ignorando a luta pelos direitos da criança e do adolescente. Esse é um dos principais problemas que entrava a questão da municipalização dos serviços, porque eles não têm a clareza e a responsabilidade suficiente para arcar com essas mudanças, porque é uma questão de princípio filosófico até, teríamos que ter muita clareza a nível municipal, estadual para podermos realmente estar dando uma outra conotação nos serviços da criança e do adolescente.

Existe então uma ausência de vontade política de atender essa criança com qualidade e o que se constatou então através dos recursos humanos, materiais, do baixo investimento na qualificação do quadro de pessoal, ausência no programa de reciclagem, coisas que realmente já colocamos.

Outra questão que discutimos na Comissão foi a questão da participação democrática que através da Constituição de 88 foram instituídos os vários Conselhos, o Conselho da Saúde, o Conselho da Criança e do Adolescente a todos os níveis e inclusive o Conselho da Assistência Social. O que verificamos é que esses Conselhos realmente estão se efetivando, estão realmente com muita luta, acho que como a Irandi colocou, como a Terezinha Helena sempre coloca, eu acho que é uma luta constante, mas acho que a sociedade civil vem pressionando e as coisas realmente vêm ocorrendo na cidade, de forma ainda bastante difícil, sem a qualificação necessária de ambas as partes, tanto a nível governamental como a nível da sociedade civil, mas existe realmente esse esforço da sociedade civil em aprimorar e vemos isso nas atitudes, nas práticas, no sentido de que venhamos a dar uma melhor qualificação a esses Conselhos.

A questão do financiamento da criança e do adolescente. Eu gostaria que o Marco já tivesse chegado, já está quase acabando o meu horário, mas eu vou falar rapidamente e depois, se ele vier, ele completa os dados. Exigiria realmente uma questão a nível do orçamento de recursos suficientes para suprir as demandas, boa parte dos recursos que são comprometidos no orçamento não são de fato executados. Então dizemos que o orçamento é uma peça de ficção, ele vem para o plenário, ele vem com inúmeras demandas. Outra coisa que a Terezinha tem acompanhado muito é a questão do orçamento na Câmara. E realmente é uma piada gente, porque se monta, se discute, se aprova determinadas coisas e na prática isso não ocorre. Tanto que discutimos muito na Comissão e levantamos essa questão, que para realmente conseguirmos efetivar as políticas públicas de atenção da criança e do adolescente na cidade, precisamos dizer que o lugar da criança é no orçamento, porque senão tiver dinheiro, senão tiver orçamento comprometido realmente é muito difícil de você efetivar essas questões. A Prefeitura tem gasto bem menos do valor orçado.

No final da Comissão nós estabelecemos algumas propostas que deveríamos estar perseguindo agora para realmente efetivar a qualidade do atendimento da criança. Uma questão seria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança instalar um projeto básico para as crianças e os adolescentes, com padrões e metas unificadas. O Conselho deveria criar mecanismos entre as 3 esferas governamentais, União, Estado e Município na defesa dos direitos da criança.

Outra proposta seria a questão da parceria entre Estado e Sociedade Civil. A outra questão, é a questão do orçamento que para tornar realidade que a criança seja prioridade a Comissão acata a proposta de que lugar de criança é no orçamento e para tanto sugere o seu acompanhamento público. Outra proposta foi a construção de uma frente municipal e parlamentar contra a violência, a prostituição, o trabalho infantil de atenções às crianças portadoras de HIV. Outra proposta é promover e intensificar a relação entre o Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Orgânica da Assistência social. Só que a gente quer colocar o seguinte, São Paulo é o único município do Brasil em que o seu Prefeito não chamou a conferência para a criação do Conselho Municipal da Assistência Social. Essa conferência foi feita por garra e honra da sociedade civil, fizemos depois a conferência estadual, que foi chamada pelo Governo do Estado e a conferência nacional.

Agora, recentemente, o Governo Municipal manda um Projeto de Lei para a criação do Conselho Municipal da Assistência, nós então, com a sociedade civil, que estava muito mobilizada através do Fórum da Assistência Social, construímos um substitutivo desse Projeto de Lei, realmente atendendo a todos os interesses das entidades e das forças que trabalham na área da assistência social, esse Projeto já passou pelas várias Comissões da Câmara e esperamos que em Fevereiro ou Março ele vá à plenário para ser votado. Então, achamos que uma relação entre o Conselho da Criança e do Adolescente e o Conselho da Assistência Social podem estar fortalecendo essas lutas.

Uma última proposta foi a criação da Comissão permanente na Câmara, em defesa dos direitos da criança e do adolescente, uma Comissão permanente, não só essa Comissão especial que ela teve começo, meio e fim.

A Vereadora Aldaíza, que foi reeleita, estabeleceu na sua plataforma de Governo 97/2000, algumas questões que eu vou passar aqui para vocês e gostaríamos de estar recebendo também subsídios, informações e que realmente pudéssemos fazer um mandato muito participativo nessa questão da luta pelos direitos da criança.

Então, colocamos assim: São Paulo, cidade amiga da criança e do adolescente. Quer dizer, é o que buscamos nesses 4 anos de mandato: criar um código de defesa de padrões básicos de qualidade nas creches, centro de juventude e escolas, unificar a gestão e o orçamento Federal, Estadual e Municipal para a criança e o adolescente na cidade, fortalecer a capacidade das famílias e comunidades para oferecer às crianças estabilidade, proteção e seguridade, criar a Comissão Permanente da defesa dos direitos da criança e do adolescente na Câmara Municipal, fazer do acesso ao Registro Civil o primeiro direito do cidadão.

E por aqui eu vou ficando. Obrigada.

IRANDI - Obrigada Adelina.

PARTE 5

Instâncias da Sociedade

- *FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SÃO PAULO*
  Therezinha Helena de Almeida

- *FÓRUM ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*
  João Trevisan Neto

- *MINISTÉRIO PÚBLICO -*
  *CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INfÂNCIA E DA JUVENTUDE - DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS **

- *OAB - SUB COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS*
  Dra. Maria Tereza Pavão

Coordenação: *Irandi Pereira – Assessora do IADES*
Maria Tereza Pavão – OAB - sub-comissão DCA

---

* *Ausente*

Forum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - São Paulo

TEREZINHA HELENA DE ALMEIDA

TEREZINHA HELENA - Bom gente, eu fui indicada pelo Fórum Municipal para vir aqui, mas pelo motivo de eu estar presente todo esse tempo, desde a criação do Conselho Municipal acompanhando as reuniões e atuação como Fórum do Conselho Municipal aqui da Capital.

Gostaria de dizer mais ou menos como que começou o PROASF. Não havia nada aqui em São Paulo que fosse uma coisa oficial, uma coisa integrada e integral para a criança em situação de risco. Então, a sociedade civil junto com o Conselho da sociedade civil, a parte do Conselho junto com algumas pessoas do Fórum, inclusive como o Carlos falou hoje de manhã, com grupo de gente que já estava trabalhando em casas abertas, em casas abrigo, se reuniu para discutir o que fazer com esse caos que está nessa cidade, que ainda continua. E aí, as duras penas, nós fomos elaborando um programa mais ou menos integral para que tivesse uma continuidade, um afunilamento que chegasse à família da onde essa criança saiu e para que também as que estão na casa, não saíssem e se tornassem também criança de rua, morando na rua. Havia um Decreto do Prefeito dizendo que deveria unificar todas as ações referente a criança e o adolescente na cidade, então foi feito esse trabalho, começamos. Acontece que, tenho até os desenhos da época em que fazíamos essa questão das 20 casas de passagem, essa articulação com o Conselho Tutelar, esse trabalho todo com a família, priorizando a questão da família e não da criança isolada, instituição, inclusive as instituições totais.

Aí nós fizemos uma proposta, a duras penas víamos que deveria ser, mas não havia discussão no Conselho Municipal, não havia, não tinha condição de colocar em votação, em discussão, não havia esse interesse político de fazer essa parte. De repente, com tudo isso pronto, discutido e tudo, o Ministério Público daqui recebeu, depois de um encontro nacional das Secretarias do Ministério Público lá, resolveu averiguar nas cidades e nos Estados porque é que os Conselhos não tinham propostas de políticas públicas. Quando chegou essa correspondência perguntando, inquirindo, aí o Conselho Municipal, inclusive Governamental foi buscar esse projeto que nós tínhamos discutido e colocou, e foi a toque de caixa isso, inclusive. Nós dizíamos, precisamos chamar os Conselheiros Tutelares para virem aqui, aprimorar. Na época nós chamamos mas muitos não fora, não entenderam, não gostaram porque queriam a restruturação do Conselho Tutelar primeiro. E aí esse PROASF passou.

Acontece que a filosofia do PROASF é aquele de fluir e chegar à família em não parar em abrigo, em não haver uma série de coisas que conhecemos do passado. Então, o que pensávamos? Pensávamos que essas Casas de passagem-convivência-abrigo, que o abrigamento fosse provisório e rápido, justamente o tempo; como Conselho Tutelar não é lugar de criança ficar vendo o que faz com ela lá no Conselho Tutelar, que houvesse uma condição dessa criança, desse adolescente, qualquer tipo que ele fosse, qualquer fase que ele estivesse, ele iria para essa

casa e ali veria o que teria que fazer, achar a família, ver se a família é pior que ele e ele não poder ficar, ver se poderia ficar com a família extensiva, as avós, os tios, primos ou uma família substituta ou nas casas-convivências que são essas casas de pequena quantidade, com um número pequeno de crianças e adolescentes que são trabalhados na comunidade como se fosse uma família. O que aconteceu agora? Com o IADES fazendo assessoria e com a gerência do CASA e de outras pessoas, atropelaram completamente o andamento desse programa, mudaram o percurso, a filosofia virou outra coisa. Então, com a política quiseram inaugurar, você devem ter visto até nos jornais fotografias de crianças entrando nessas CASAS quando os Conselheiros Tutelares não aceitaram nem entrar como parceira na interface dessas CASAS porque elas não foram registradas no Conselho Municipal e com os requisitos, eles devem fiscalizar e devem usar, o que está acontecendo até hoje, muita gente acha que essa é uma questão política, que eles não estão querendo colaborar com o programa e nem com o Governo, por uma questão de política e é uma questão pedagógica, é uma questão oficial do trabalho deles, eles precisam ter na mão: não é um telegrama ou uma carta que fala que as CASAS estão abertas, usem. Inclusive não tem uma pessoa lá que seja responsável, quando há necessidade desse abrigamento temporário e rápido, que se responsabilize por aquela criança ou por aquele adolescente. Então, há necessidade de visualizar essa questão das CASAS.

Outra coisa importantíssima, o PROASF é como se fosse uma engrenagem que trabalha, se um dente da engrenagem não funciona, quebra, emperra. Como é um programa integral, educação integral e integrado, quando alguém emperra a sua parte, ele não funciona como ele deveria funcionar. Então, o que aconteceu? Quando chega, até pode chegar nessa casa, verem que a questão de renda dessa família é grave, que é por isso que estão na rua eu tudo, não está apoiado pela bolsa-auxílio para essa criança ir para a escola, para ela ser bem alimentada, para ela poder se apresentar como criança normal dentro de uma escolar, permanecer e ter sucesso também lá dentro, produzir, por não ter essa bolsa-auxílio ou a renda mínima para essa família, não tem continuidade. Até ontem estava uma repórter lá no Conselho Municipal, querendo saber porque mesmo sendo dada a pauta para a reunião no Diário Oficial, o Conselho Governamental não compareceu. Eu disse para ela inclusive que isso é ilegal porque é uma Lei Federal, eles não podem de repente falar que eles não querem fazer uma reunião, que é uma reunião com pauta e tudo programada. E ali conversando com os Conselheiros Tutelares, até convidamos para ir no Conselho Tutelar e ver os milhares de atendimentos, eles são atendidos mas não são encaminhados. Então fica uma brincadeira isso tudo, não é uma coisa séria, isso tem que funcionar de verdade. Bom, agora quando chega esse impasse se vota os programas ou não, se vota em bloco ou se vota em separado, que é para tirar o IADES e COPROCAF das assessorias de quem está fazendo esse programa, de quem está executando esses programas, colocamos, como povo, porque já foi investido muito dinheiro nisso nesse ano. Agora, como que de repente fala: pára com essa assessoria, nós não queremos, nós vamos votar só o programa que nós queremos, o Governamental, está dizendo, e a parte de assessoria vai ser quebrada. Não é uma questão da gente querer ou não querer por causa da pessoa que é do partido, não é, é uma questão que a criança tem que ser levada a sério agora. Esse programa tem que ser levado a sério. Então, é uma proposta que eu faço com o Fórum, de nós como povo não aceitarmos essa quebra, de ver porque está acontecendo isso. Para que? Para entregar para o CASA fazer as 20 Febenzinhas que eles estão acostumados e dar para o pobre aquilo que é do pobre, que é coisa pobre.

Então, eu acho muito importante depois de hoje, depois dessa conversa toda, que foi muito importante, mesmo a outra parte não tendo vindo, que façamos o encaminhando para ver, porque a proposta foi para deixar para o ano que vem, mas o contrato do IADES e do COPROCAF termina esse ano. Agora, como que fica isso gente? Como que fica essa pedagogia? Como que fica isso? Vamos ter que conversar sobre isso.

O Fórum Municipal fez uma reunião e tirou um documento que entregou oficialmente para o Conselho Municipal, a Adelaide leu outro dia na hora da reunião, que está aqui, dando esse apoio para essa continuidade.

Para encerrar, o COT também, o Edson e o Marcos Barreto, que foram indicados pelo Fórum Municipal, também fizeram um documento e segunda-feira entregaram lá para o Conselho Municipal porque eles não têm sido chamados, convocados para darem, o seu parecer, isso é irregular também, isso é uma maneira de não querer dialogar, de não querer nada, a coisa tem que vir de cima para baixo, de falar assim: nós não podemos ir para o Conselho porque vai mudar de Secretário. Ainda não mudou. Até o dia 31 não mudou e vamos ter que conversar como gente que foi empossada lá e tem que até o último dia garantir a sua representatividade da sua Secretaria naquele lugar.

Gostaria de dizer que a questão do orçamento, que eu deveria estar até lá agora, como vocês sabem, foi feita uma planilha, uma proposta do Conselho Municipal, da Comissão de Finanças de 47 milhões, detalhadamente para 10 mil famílias a renda mínima, a questão dos tutelares, a questão dos programas, etc, aí foi cortada para 15 milhões, de 47 milhões foi cortado para 15 milhões. Com essa briga entre os 19 rebeldes do PTB lá na Câmara Municipal, eles fizeram um substitutivo, além da CPI que eles dizem que vão fazer contra o super faturamento do túnel, eles fizeram um remanejamento da verba do Fura-Fila e do PAS e voltaram para os 47 milhões para o fundo da criança e também aumentou verbas de entidades sociais de programas da área social. Ficamos sabendo, na Veja e na Isto É saiu isso, nos rádios, nos jornais e estamos de olho. Por que? Porque eles fizeram as pazes, estão fazendo umas reuniões, acertaram os seus cargos, os seus interesses e parece que hoje já vai voltar a estaca zero. Já não são mais 47 milhões. Por que? Porque eles vão ter que votar e dinheiro não vai cair do céu. Esvaziou um pouco o plenário aqui porque eles foram todos lá para a reunião do plenário da Câmara Municipal.

Então, gostaríamos que vocês também estivessem conosco até o dia 31, como todo anos nós ficamos, até a aprovação do orçamento, para obrigá-los a fazer em cima desses 47 milhões.

IRANDI - A gente agradece a Terezinha do Fórum Municipal. E eu queria convidar o João Trevisan, que ficou de falar em nome do Fórum Estadual e o Padre Plínio.

João, o Padre Plínio te substituiu porque nós tivemos que adiantar a mesa por ausência do Poder Público.

Forum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - São Paulo

JOÃO APARECIDO TREVISAN NETO

JOÃO TREVISAN - O Padre Plínio é o nosso Coordenador Estadual, com toda essa capacidade de juntar as nossas forças e todas as entidades no sentido de fortalecer o Fórum Estadual.

Viemos aqui um pouco colocar a pedido dos companheiros, um pouco a nossa avaliação, seria um pouco pretensioso falar avaliação, mas o nosso ponto de vista é sobre o PROASF e a situação colocada hoje. O PROASF para mim foi uma proposta inovadora que surgiu de companheiros com experiência na área e não é aquela experiência assim de estar discutindo só a parte direta, do atendimento direto, não, de companheiros que resolveram discutir a questão política, políticas públicas, política básica na área da criança e do adolescente. Então, nesse sentido ele vem com um corte um pouco diferenciado dos costumeiros que acontecem com as entidades sociais. É lógico que é muito complicado você fazer um programa desse com uma administração totalmente diferenciada. É uma proposta com um ponto de vista bastante social, integrado ao ECA e uma administração que não quer nem saber ou ouvir o que está escrito no Estatuto. Então, é uma muito difícil essa implantação. Agora, toda nossa participação, acho que com a visão dos companheiros e companheiras que atuam nessa área, que realmente defendem o princípios básicos da criança, que é o direito de ser cidadão, de ser agente da história, o PROASF vem nesse sentido e de repente nós não temos uma condição suficiente de estar na administração ou o poder para que realmente seja efetuado o programa que está colocado no papel. Lembro que muita gente foi consultada, os Conselheiros Tutelares, Conselheiros Municipais, Conselheiros Estaduais, entidades sociais, foram consultadas no sentido de apresentar essa proposta, de crescer na idéia da proposta, de avançar na proposta.

Nós tivemos alguns companheiros que se dispuseram e que se jogaram na luta para construir esse projeto, mas nós temos ainda uma dificuldade grande, para mim: a sociedade civil, e o conjunto das entidades que apostaram nesse projeto e os Conselheiros Tutelares e os Conselheiros de Direito apostaram na proposta, até houveram alguns equívocos de forma de entendimento da proposta, se criou até a Cooperativa, que eu acho que foi uma das coisas saudáveis desse processo, que é criar uma Cooperativa de Técnicos, isso é muito bom. Houve um entendimento diferenciado entre o nosso povo, de como implantar o PROASF, parte do conjunto do Conselheiros Tutelares, muita gente sacou qual que era a proposta, mas teve gente que teve dificuldade de entender o processo. Alguns companheiros do Conselho Municipal sacaram, mas por questões pessoais não aceitaram a implantação de como ela havia sido a origem. E por outro lado as entidades vacilaram para caramba. Para nós o maior problema é o vacilo das nossas entidades, no sentido de organização

para exigir o que é de direito. Alguns dias atrás eu estive em uma reunião na OAB/SP, aqui no primeiro andar, a D. Terezinha estava presente, outras pessoas estavam presente e eu coloquei que nós tínhamos que mobilizar o povo para ir para a rua cobrar, algumas pessoas falaram: - Olha João, o povo não quer mais saber de mobilização, o povo está cansado. Tudo bem. Quinze dias depois foi foram colocados em torno de 2 ou 3 mil funcionários das Conveniadas na porta na Secretaria e mais uns 2, 3 mil na porta da Câmara, provando que realmente se queremos trabalhar, se queremos fazer pressão, tem como fazer pressão. Então, para mim está faltando isso, mais vontade das entidades no entendimento ou no entendimento ou então que se coloque realmente se é a favor ou é contra, porque esse negócio de dizer que é bonito, é bom, mas não quer abrir mão de alguns privilégios para comprar a briga, é complicado, porque muita vezes vemos companheiros que não entram para a briga porque ficam de rabo preso e aí é complicado, a sociedade civil tem que soltar, ou solta o rabo com a administração ou vai ficar só com o toquinho do rabo preso lá porque o que entra em termos de dinheiro da prefeitura é muito pequeno, o que entra é pouco e as Conveniadas estão sendo fechadas, aí continua com o toquinho do rabo preso lá.

Outra coisa que eu ando questionando, companheiros: será que nós estamos reivindicando nos lugares corretos? Politicamente sim, eu acho que sim, lá na porta da Prefeitura e na porta da Câmara.

Agora, para mim, considero que tem um povo aí, inclusive já falei até aqui nessa Casa mesmo, cobrei de um representante do Ministério Público, não aceitei a falação dele, discordei totalmente como sociedade civil, como cidadão comum, não aceito aquilo porque pago os meus impostos, vou lá e dou o meu voto, eu não aceito negociar uma coisa que para mim é essencial para a construção do ECA, que á a sustentação de um indivíduo que assume o papel do Conselheiro Tutelar. Então, para mim, nós também temos que pressionar o Ministério Público, estou para apostar e vou ser o primeiro a me inscrever no dia que tiver uma manifestação na porta do Ministério Público. Tem muitos Promotores aí que eu admiro e admiro demais, tem alguns que são muito bons. Mas o dia que tiver que fazer uma manifestação lá, eu quero ser o primeiro a estar presente. Se tiver que ir para o Palácio da Justiça fazer uma manifestação, inclusive eu já falei isso para o Desembargador Dr. Talli, falei: "o dia que tivermos que fazer uma manifestação aqui na porta, quero ser o primeiro. Porque não há como aceitar que dentro do ECA se estabeleça uma questão, o Conselho delibera as políticas públicas, o Executivo tem o papel de cumprir, não cumpre! Quem tem o direito de cobrar aquilo? A nível político, a população, a nível legal no ECA, na questão jurídica, é o Ministério Público, então não dá para aceitar negociação. Se aceita negociação quando existe uma boa vontade do outro lado. Hoje eu não estou mais ligado diretamente dentro da direção sindical, mas a minha vida toda eu trabalhei no movimento sindical. Quando você vai para a mesa sentar com o patrão e ele te oferece alguma coisa, você fala: vamos fazer negociação. Quando você chama o patrão para a mesa redonda na Delegacia Regional do Trabalho e ele fala: não quero conversar. Não tem negociação, aí é pau mesmo, aí é greve, não tem discussão. E aqui a administração não discute. Discutir no Conselho Municipal é uma relação diferenciada. A discussão no Conselho Municipal, lá é um pólo de negociação para se montar a política pública, a discussão de executar ela não está no Conselho, o trabalho de execução é do Executivo, já diz aí, é Executivo e não tem que ter Casa no meio não! que o CASA é uma mistura entre sociedade civil e governamental, uma confusão dos diabos que ninguém sabe o que é. Então, não tem que ter isso, o Executivo tem que assumir e cumprir. Tudo bem, ele pode até conveniar com uma entidade para cumprir, mas que aquilo seja transparente, não seja enrolado como é o caso.

Então, é esse o grande problema da implantação aqui. Primeiro, o Executivo não vai assumir essa implantação, ele não quer assumir. E aí é o seguinte gente, quem quer transformar a criança abandonada em cidadãos normais somos nós. Somos nós que queremos isso.

Você tem uma elite da direita que não quer saber disso. E eles estão em todos os cantos, não é só dentro do Poder Executivo e Legislativo, principalmente dentro do Poder Judiciário, eles estão. As pessoas falam: João, você fica metendo o pau nos homens aí, uma hora eles te enquadram. Eu também posso enquadrá-los por abuso de autoridade, se fizerem isso comigo eu tenho direito.

estou num país livre e tenho direito de expressar a minha opinião. Então, eles não querem tirar a criança da rua, porque enquanto tiver criança na rua a população não vai se preocupar em discutir as privatizações das empresas nacionais, não vai discutir a questão dos bancos, fechamento de banco, que é aonde está a situação deles. Eu tenho uma interpretação que eu faço no ECA, que quando o Collor assinou o ECA, não foi por ação de graça dele não. Para mim, quando o Collor assinou o ECA, embora ele ainda não conhecia totalmente o que estava escrito, para mim a visão dele era a seguinte: - vou assinar isso aqui porque os "esquerdosos" adoram cuidar de pobre, então, eu vou dar esse aqui para eles cuidarem dos pobres e nós cuidamos da riqueza, que é a privatização. Para mim foi isso. Agora ele deu um quebra-cabeça que nós não temos e marcar bobeira nesse quebra-cabeça, temos que emprenhar e montar esse quebra-cabeça, eu acho que nós estamos conseguindo montar. Aquele encontro no Rio Grande do Sul que reuniu 700 companheiros à nível nacional foi muito lindo, eu acho que ali quem estava na platéia, pode ser que não seja todo mundo da esquerda, mas que pelo menos é social-democrata com uma compaixão muito grande e não quer ver criança na rua. Então é essa a questão, eu acho que o PROASF, a proposta é ótima, a grande questão é a seguinte: quem quer transformar a criança pobre em cidadão somos nós e essa administração que está aí, essa forma de Governo que está colocada aí não quer. Eu costumo sempre dizer uma frase que é a seguinte: a criança não é filho do João ou da Maria, a criança é filho da Nação, e todos os adultos dessa Nação são responsáveis por essa criança. E o PROASF para mim é nesse caminho, na origem, a idéia original do PROASF, não a idéia deturpada como está colocada hoje. Porque montar 20 casas como feitas, eu estou lá na Freguesia do Ó, conversei com os Conselheiros Tutelares. No dia que eles ficaram sabendo que foi aberta a casa lá, foi o dia que eu fiquei sabendo também, que foi na reunião do Fórum Regional. Montaram a Casa, colocaram os funcionários e os Conselhos Tutelares não estavam sabendo.

O administrador da casa tem que estar totalmente, trabalhando com a Casa e o Conselho Tutelar assim, administrando quase que junto os trabalhos. Isso na verdade, o Ministério Público, forçou uma barra em cima do Maluf e ele alugou essas casas, colocou um monte de funcionários e não fez discussão nenhuma. Depois o Ministério Público falou: ele cumpriu a parte dele.

Isso que está escrito na lei, e a interpretação feita pelos nossos juristas, tanto no poder judiciário como no MP, é frio demais para se trabalhar com criança e adolescentes, esse pessoal é frio demais, esse pessoal nunca pisou no barro na favela para dizer que pode, tem direito, para que possa ter direito de ser Juiz de alguma coisa, ou que possa ajuizar alguma coisa. Nunca passou fome, nunca deitou na rua, como é que um cidadão desse pode julgar a fome do outro. Isso é um absurdo.

Então falar que foi implantado e depois ouvir que por uma boa negociação ele abre mão da remuneração dos Conselheiros Tutelares, isso eu não aceito, de jeito nenhum.

Então, a minha visão é a seguinte, infelizmente a situação colocada no programa não é a forma original que eu conheci, que eu conversei com os companheiros, com a Cacilda e com vários outros companheiros, a proposta original.

O que a administração está tentando fazer é tampar o sol com a peneira, eu acho que esse programa, ele saiu de um coletivo, embora tenha algumas Entidades trabalhando. Mas no fundo ele saiu de coletivo de opiniões, ou esse coletivo aprende a garantir aquilo que ele propõe ou não adianta ficar fazendo trabalho na área da criança e do adolescente. É melhor passar a mão no violão e fazer poesia na praia, pelo menos você não tem dor de cabeça e não enche o saco de ninguém. Ou a gente parte para a briga ou então cruza os braços logo de uma vez.

Desculpa falar demais.

IRANDI - Padre Plínio o Senhor gostaria de fazer alguma complementação? Não? Porque nós temos um tempo. O Ministério Público veio ou não? Então eu vou passar a fala para a Maria Tereza que é representante da OAB, na subcomissão dos Direitos da Criança.

OAB - Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Comissão de Direitos Humanos - São Paulo

DRA MARIA TEREZA PAVÃO

MARIA TEREZA - Boa Tarde. No decorrer desse ano de 1996 a Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente tem realizado reuniões mensais para discussão sobre a implementação do PROASF. Essas reuniões são basicamente com as entidades e Conselhos Tutelares envolvidos no processo. Em todas as reuniões são convidadas, tenho até aqui um ofício padrão, a Presidente do Conselho Municipal, Nancy Caruso, a coordenadora do PROASF Marli Aparecida e a Presidente do CASA, Lucília de Lachmann, foram sempre convidadas oficialmente para participarem de nossas reuniões e não compareceram a nenhuma. Independente da presença delas nós temos executado as reuniões. Por que? Porque a Sub Comissão está servindo como um apoio nesta, na verdade uma intermediação de apoio a implementação do PROASF. Nós entendemos que é nosso dever o pronunciamento deste trabalho que está sendo feito de uma forma bastante comprometida porque isso nos diz respeito ao exercício de cidadania, e para o exercício de cidadania é exigido que todos tenham o direito e o dever de fiscalizar e cobrar dos agentes governamentais e todos os envolvidos no processo do PROASF que a implementação seja feita dentro da metodologia a que foi proposta. Então, basicamente a minha fala vai ser curta. Eu acho que todos já deixaram muito claro quais são as grandes dificuldades do PROASF. Basicamente os pontos que nós temos discutido nas nossas reuniões são: sobre a continuidade dos projetos implantados, sobre as etapas que não foram cumpridas, como a Terezinha citou bem a questão da bolsa auxílio, renda mínima, nós temos apoiado efetivamente o projeto de renda mínima aqui do Estado, o cronograma que não esta sendo obedecido, principalmente voltando na questão da implantação e a questão da metodologia. Percebemos que há uma grande dificuldade dos Conselhos Tutelares por uma dificuldade mesmo de diálogo com os integrantes, os que fazem processo, interlocutores do PROASF, isto tem sido de desespero para o Conselho Tutelar, basicamente a presença do CASA neste processo, este gerenciamento que tem uma orientação uma determinação governamental que é no mínimo questionável. Agora, a nossa proposta basicamente é o asseguramento do direito de igualdade e oportunidade a todas as entidades e as crianças e adolescentes que estão marginalizados na nossa sociedade e de concreto que eu tenho para trazer para vocês, que a nossa Sub Comissão tem feito além dessas reuniões. Bom vocês fazem reuniões e aí? De toda reunião sai uma determinação forte, quer dizer contundente, para que nós tivéssemos um respaldo de fazer uma intervenção mais firme nas casas abrigo, nós convocamos uma Comissão dos integrantes da nossa Sub Comissão e das entidades, em uma reunião em que a Terezinha estava presente, nós tiramos cinco membros que fariam visitas a essas 20 casas. Os integrantes dessa Comissão teriam, necessariamente, que estar acompanhados de um representante do Conselho Tutelar, muito bem, quando a OAB deixou à disposição carros, enfim, seria feita essa visita para

que nos trouxessem fundamentação para que nós fizéssemos uma intervenção, como eu disse, mais contundente.

Aí não foi possível a Comissão porque o Conselho Tutelar não poderia acompanhar essa comissão, porque o Conselho Municipal não havia oficializado a existência dessas Casas ao Conselho Tutelar, e a comissão por sua vez não poderia entrar nas Casas sem o representante do Conselho Tutelar. Muito bem. O que fizemos?

Fizemos um estudo rápido jurídico e constatou-se que não haveria necessidade dessa oficialização do Conselho Municipal, soltamos um documento, imediatamente nessa reunião, era uma quinta-feira 10 horas da noite. Um documento para o Conselho Municipal e para todos os Conselhos Tutelares dentro da lei, que não haveria necessidade de reconhecimento oficial, porque esses abrigos existem, essas CASAS existem, uma vez que existem está formalizado a existência delas. Também um documento para o Conselho Municipal da nossa posição como uma leitura jurídica das "CASAS", de que haveria a oficialização dessas CASAS. O que pautou esse documento que foi para o Conselho Municipal é que os Conselhos Tutelares deveriam ser formalmente notificados sobre a CASA ABRIGO, no nosso entender o Conselho Municipal deveria fazer isso, deveria haver também uma definição de responsabilidade de todos os órgãos participantes do processo e definir-mos um prazo, não estou com os documentos em mãos, mas se me recordo um prazo de 24 ou 48 horas para que o Conselho Municipal se pronunciasse neste documento. Fizemos também uma cópia para cada Conselho Tutelar da nossa posição, eu tenho os registros dos faxs e dos ofícios, foram todos encaminhados, acho que vocês podem verificar isso.

Enfim, decorrido o prazo de 24 ou 48 horas, eu realmente não me recordo, não houve uma resposta tanto para os Conselho Tutelares como para nós, nós acionamos o Ministério Publico como uma forma de usar a lei para que fizesse fazer valer a nossa documentação, nesse ínterim da iniciativa do Ministério Publico, a Presidente do Conselho Municipal, a doutora Nanci, nos encaminhou um ofício também pedindo uma reunião para que nós oficialmente déssemos continuidade a esta discussão, isso levando em consideração a questão da cidadania dos direitos humanos nos impediu de dar continuidade ao Ministério Público, uma vez que houve e nós devemos dar oportunidade sem dúvida nenhuma, que é o nosso interesse que haja um consenso, um acordo sobre isso e essas reuniões estão marcadas para Janeiro. Não havendo essas reuniões, nós vamos dar continuidade ao Ministério Público.

Efetivamente o que a Sub Comissão tem feito é isso, tem sido um espaço formal, um espaço agendado mensalmente para a discussão a implementação do PROASF. Basicamente em que medida que nós podemos auxiliar, inclusive houve, saiu de uma reunião, não sei João se era nessa reunião que você estava que saiu, estava aqui o promotor e nós fizemos uma interferência no Ministério sobre a questão do pagamento dos Conselheiros Tutelares. Francamente eu não me recordo, houve também uma entrada no Ministério Público sobre a questão legal do pagamento dos Conselheiros Tutelares que estava defasado, houve na reunião, um consenso do percentual que seria o adequado para uma reposição e isso está em andamento também no judiciário, aí já não compete a nós.

Então nós temos acompanhado de perto sim, e sem dúvida nenhuma para o ano que vem, 1997, nós vamos, dentro do que é possível para uma Entidade de Sociedade Civil mas a OAB tem um peso, nós vamos estar interferindo para que seja mantido pelo menos o ideal da Metodologia da implementação do PROASF.

Volto a repetir sobre as nossas reuniões e convidá-los a participar delas. Vão acontecer na terceira quinta-feira de cada mês, toda a terceira quinta-feira de cada mês nesta casa no primeiro ou segundo andar, a discussão específica sobre a implementação do PROASF.

Era isso, essas informações que eu tinha para passar para vocês. Sempre às 18:30, 19:00 horas. Obrigada.

IRANDI - A mesa agradece a todas as contribuições feitas aqui por essas Entidades da Sociedade Civil. Eu acho que não precisaria fazer a sistematização não é Cacilda? Uma vez que não teve aquele bloco anterior a este e porque, também, eu acho que cada um falou o que a sua Entidade, sua organização, ou o seu grupo, ou o seu movimento social está fazendo em relação a questão da Política para Infância em situação de risco pessoal e social, que aqui o PROASF é uma das políticas.

Então eu sugeriria, não sei se você quer coordenar a apreciação do plenário. Como é? Se você quer a gente já começa a abrir, porque eu sei que tem muitas inscrições para serem feitas.

PARTE 6

Encerramento – Plenário Aberto

COORDENAÇÃO

- *Cacilda M. Asciutti - Presidente ao IADES e Coordenadora da Metodologia PROASF*
- *Maria Tereza Pavão - OAB -Sub Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Comissão de Direitos Humanos*

Encerramento

IADES - Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Economico-Social

PROFª CACILDA M. ASCIUTTI

CACILDA - Nós convidamos também, o Ministério Público que deveria estar aqui às 15:00 horas. Contatamos, parece que eles foram chamados para alguma emergência em algum lugar mas não se comunicaram conosco. O Ministério Público seria presença importante, fundamental como todos os outros participantes, na medida em que eles são uma peça chave no acordo do processo que a D. Terezinha Helena estava falando, da Procuradoria Geral da República e do processo na cidade de São Paulo.

Então eu acho que poderíamos agradecer a mesa e abrir a plenária para discussão.

IRANDI - Nós vamos desfazer essa mesa com essa indicativa da Cacilda, caso o Ministério Público chegue, o plenário abre esses 15 minutos à apreciação do Ministério Público. Então a mesa agradece a todos e aí então começa a abrir para a apreciação do plenário.

Um minuto, porque a Maria Tereza recebeu um Fax e ela gostaria de passar ao conhecimento do plenário o Fax que ela recebeu, relativo ao Lekotek.

CACILDA - A questão Lekotek foi superada, foi um mal entendido resolvido.

São os tais ruídos que o PROASF tem, a todo e qualquer minuto. É uma coisa que para nós, para o nosso trabalho, com o COPROCAF a mesma coisa. Enfim as entidades presentes na construção e implantação desse programa, além das dificuldades teóricas e técnicas, que não poucas, para a construção de um programa com essa profundidade e a esse nível de discussão, nós enfrentamos quotidianamente ruídos, para ser educada, abre e fecha aspas, controles sociais difusos, fofocas, boatos, mal-entendidos que desgastam, desvirtuam, correm que nem rastilho de pólvora ou rádio peão. Invadem a mente de determinados grupos que passam a acreditar como verdades coisas que são absoluta invenção, de ouvir dizer e que durante esse ano dificultou sobre maneira o trabalho de todos os participantes, de todas as entidades ligadas ao PROASF.

A maioria delas com nossa qualidade de trabalho, respeitabilidade e teimosia, a gente desmistificado sem ter que dizer: não é verdade, porque acreditamos que, quem conhece o IADES, quem conhece esse grupo que está trabalhando para a implementação do PROASF, com o COPROCAF, o ENGENHO TEATRAL, o KINDERÊ, o COOTRALESTE, o JARDIM AUTÓDROMO e o próprio LEKOTEK e Promou, sabe que além do trabalho, temos militância e luta na área e ela não vem de ontem, ela vem de muitos anos.

Então, isso realmente tem sido muito difícil, tem sido muito desgastante porque sabemos que a direita está sempre unida e a esquerda, infelizmente, às vezes acredita em boatos, ou acredita em fofoca. É provocação da direita que muitas vezes nos desune, nos desentende, joga um contra o outro. O importante é que a gente saiba continuar na luta com qualidade, com pertinência, com eficácia que todos os boatos se desfazem no ar na medida em que a gente mantém a retidão, os princípios e as diretrizes das nossas Entidades e dos nosso trabalho.

Isso realmente aconteceu, foi uma das bombas que a gente teve que segurar essa semana, dentre outras, não foi a única, que foi suplantada. Eu nem coloquei aqui, porque o companheiro do LEKOTEK estava presente, ela não estava sabendo, como chegou na OAB, quer dizer, era provavelmente algo para ser mais amplo. A gente acreditava que fosse, inclusive, pressões financeira do CASA, retaliações que algumas entidades estavam com medo de poder enfrentar. Como não foi a gente deixou passar batido, mas essas coisas são muito frequentes, infelizmente, a gente está muito, muito cansado realmente, desmotivado. A gente se emotiva, desmotiva, anima, se reanima como se fosse uma UTI, agora a gente está muito cansado e ainda vamos ter que enfrentar algumas lutas e isto parte de todos os lados. É isso que acontece.

Eu acredito que o Ministério Público, se chegar, terá espaço e que a gente teria que abrir espaço agora a todos que queiram colocar as coisas para gente poder tirar minimamente algumas diretrizes, eu acho que de manhã as próprias entidades, principalmente o Engenho Teatral, colocou uma perspectiva de diretriz, de construção muito bonita e uma discussão daqui para frente.

Inscrições abertas. Adelaide, por favor, como a gente está gravando e taquigrafando seria bom que você falasse no microfone e todos falassem, se apresentassem com nome e entidade.

- Quanto tempo cada um vai ter para falar?

CACILDA - São 16:20 horas. 5 minutos com 1 de prorrogação. Quantos tem inscritos? Por enquanto só a Adelaide. 5 minutos e a gente reduz para 3 se o adiantado da hora, se o debate se expande. Ok?

ADELAIDE CANSONI - Eu participo do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, participo também do movimento cooperativo. Trabalho na área da criança e do adolescente desde 1976 e nesse época nós já lutávamos por direitos e a gente veio ao longo do tempo construindo essa história dos direitos.

Recentemente, e hoje de manhã até comentava com algumas pessoas aqui do plenário, uma profunda tristeza e uma profunda preocupação. Eu tenho observado nas ruas da cidade, muito recentemente, jovens adultos que estão retornando às ruas e eram crianças que no período de 10, 5 anos tínhamos conseguido retirar das ruas e garantir o mínimo de direitos. E, eu tenho me perguntado muito ultimamente, como que a gente vai proceder essa questão de direto nesse país, sempre eu penso na questão do direito me implica o raciocínio lógico de que se eu tenho direitos é porque alguém tem o dever de me assegurar algo.

Ontem eu estava num debate sobre cidadania e também os dados apresentados por uma professora da USP, me deixaram em uma situação mais complicada. Uma pesquisa, bem recente, mais de 50% da população e aí numa condição de muita generosidade de números dizem que é bom a democracia, 24% preferem a ditadura e para 21% tanto faz.

Aí quando o João Trevisam coloca a questão do poder judiciário, isso me repete a uma indagação mais profunda ainda. Se nós temos, aqui no Brasil, todo um aparato legal e costumeiramente somos abordados assim: vocês têm uma legislação de primeiro mundo. E no entanto vivemos numa condição de quarto ou quinto. No raciocínio que eu vinha colocando, se eu tenho direito é porque alguém tem o dever de me assegurar esses direitos. E aí no primeiro momento o que me ocorre e também a função do poder judiciário ter um papel claro e definido nessa questão. Aonde está a justiça? E aí onde está a justiça não do ponto de vista da lesão dos direitos, porque esta clareza eu acho que todos nós temos. Mas eu quero saber aonde está a justiça do ponto de vista de que são os cidadãos que estão na condição e na obrigação de garantir esses direitos.

Com relação ao PROASF no Município de São Paulo, eu acompanhei atentamente, em alguns momentos até fiz parte da execução do PROASF. Sem dúvida alguma, como em outros momentos da história, me parece uma possibilidade muito interessante de garantir esses direitos, mas

todos nós que de alguma forma nos envolvemos nesse programa, sabemos das imensas dificuldades que nós enfrentamos e por quantas vezes, nós, inclusive enquanto cidadãos, fomos lesados nos nossos direitos de trabalhadores na execução desse programa. E, lamento muito a ausência aqui no Ministério Público hoje porque certamente nessa linha do tempo, nesses 20 anos de história de construção dos direitos da criança e do adolescente nessa cidade, eu gostaria de ouvir e de questionar hoje o Ministério Público.

De manhã, como eu disse, me deu uma sensação de profunda tristeza e eu dizia ainda para o Jorge Artur, essa história eu já conheço. E ele disse para mim: - Eu também. E isso vai dando uma sensação muito ruim na gente. Nós sabemos que temos boas propostas, sabemos que temos competência para viabilizar estas propostas e muito mais do que isso, sabemos da imensa necessidade de que estas propostas sejam viabilizadas e no entanto nós somos diariamente impedidas de garantir direitos. Então, não sei, eu fico bastante preocupada com o cenário posto nesse município.

E, me agrada a idéia do João Trevisan, eu acho mesmo que nós agora temos que ir nas vias de fato, ao Ministério Público, enquanto cidadãos, enquanto trabalhadores, enquanto pessoas que de certa forma tenham compromisso público e que está sendo impedido de executar aquilo a que veio se propor, ou seja, garantir dignidade as crianças e adolescentes desse Município.

CACILDA - Obrigada Adelaide. Eu queria lembrar que ainda na fase do diagnóstico, o que nós chamávamos de eixo 1, a nossa equipe está aqui presente, a Bel e a Eliana, resumiram uma grande parte das obras de trabalhos com relação a projetos e programas de atendimento as crianças em situação de rua, tanto no Brasil quanto na América Latina, na América Central, México, etc e tal. Esses resumos estão colocados em disquete e estão também à disposição no COPROCAF e no Conselho Municipal e os objetivos desses resumos era: nós sabemos que existem milhares de planos muito bonitos, é um "déjà vu" terrível, no papel perfeitos e os erros são na implantação, os defeitos são na vontade política de se implantar de forma correta e para que se evitassem todos esses erros do passado, nós já tínhamos feito esses resumos, inclusive para entregar ao Conselho Municipal para que lesse, foi entregue na finalização do Módulo 1, antes de começar a fase do Ciclo Substantivo, instalamos esses programa nos computadores, são resumos de textos, quer dizer, mais fácil do que cobrir uma biblioteca enorme de temática sobre as crianças em situação de rua e também está sub utilizado porque não há rede, não deu para chegar nos Conselhos Tutelares e o Conselho Municipal mudando de gestão, não leu. Então, a nossa preocupação é a seguinte, no papel até a construção há participação, agora, na implementação, como está na mão de um só, se não tiver a força da sociedade civil, nesse projeto ele é muito rico por causa disso, que é a organização comunitária, a organização regionalizada podendo implementar com a cor e forma que quiser em aberto o projeto Programa e as Casas terão a cara que os Conselhos Tutelares e a comunidade quiserem, se nós não nos apropriarmos desse instrumento que é a gestão participativa e não tem erro, porque aí sim, a não ser que a sociedade civil esmoreça, se ela não esmorecer na gestão participativa, há possibilidade. Não desanima, não desanima. Conselheiros Tutelares de Pirituba, Perus e Freguesia do Ó estão desanimando. (risos)

Então, já tínhamos claro o nó da questão da implementação, quer dizer, quando o Casa adianta o processo, atropela a metodologia, eu entro em pânico, fizemos documentos, mandamos para o Ministério Público em Julho, mandamos para o Conselho, falamos com todo mundo, falamos no jornal, caímos em desgraça com o CASA, porque é evidente que nós somos uma pedra no sapato, é evidente que os Conselhos Tutelares falando que a metodologia tem que ser implantada, é uma pedra no sapato, é evidente que o COPROCAF na luta que vem desenvolvendo, é uma pedra no sapato. Nós não somos queridos. A única vantagem, se vocês quiserem saber, é que eu prefiro ser querida pelo grupo que nos quer, que nos ouve, do que por esse grupo que está massacrando criança por aí ou montando casinha para fazer de conta.

TEREZINHA HELENA DE ALMEIDA - Ela está me informando que o telefone dos Conselheiros Tutelares já foram desligados porque vai terminar o contrato.

- Eu só queria registrar que foi uma luta para os Conselheiros Tutelares. O mínimo que o PROASF previa, que foram as peruas, os telefones e o fax, também já estava posto que eram para os Conselheiros Tutelares, mas quando saiu, foi pressão feita do COPROCAF junto ao CASA, que esses telefones não eram das CASAS e nem as viaturas e sim dos Conselhos Tutelares. Eu liguei agora pouco no CDI e um telefone nosso já foi cortado, que era exatamente o de contato externo com os Conselhos Tutelares e agora chegou a informação que o Conselho Tutelar do Ipiranga ligou também informando que já foi cortado o telefone deles. Então, pode ser que isso venha numa cascata e que todos os outros telefones dos Conselheiros Tutelares seja desligados. A informação tida no CASA é que como os contratos dos telefones se renovam de 6 em 6 meses, a Dª Lucília, que é Presidente do Casa, não quer vir a assinar a renovação dos contratos porque ela não sabe o que vai acontecer no ano que vem, então, em vez de tentar uma negociação no mínino em renovar por 2 ou 3 meses, ela prefere cortar os telefones do que assinar a renovação.

Então, que os Conselheiros Tutelares fiquem avisados.

CACILDA - Como não tem nenhum direito violado em fim de ano com criança e adolescente, não precisa de telefone para Conselheiro Tutelar. (Risos) Pelo menos o raciocínio deve ser esse.

TELMA LINHARES - Sou do Conselho Tutelar de Pirituba, Perus. Alguém assistiu ontem o 007 Contra o Foguete da Morte? (Risos) É igualzinho o Conselheiro Tutelar. O 007 caiu sem pára-quedas, depois ele foi até a lua e depois ele voltou. Igualzinho Conselheiro Tutelar em fim de ano. Aliás não é só Conselheiro Tutelar, acho que são todas as entidades que trabalham com criança. E eu acho que de uns mil anos para cá, a criança não é criança, ela é uma coisa. Isso me deixa nervosa. Mas vamos às perguntas clássicas.

Eu queria fazer um questionamento à respeito do próprio programa, quando ela fala que o objetivo desse colóquio e a avaliação do primeiro ano de construção e implantação do PROASF. Agora, me causa estranheza que dentro desse programa ou dessa avaliação ano tenham pessoas aqui que a coordenação do PROASF, CASA; existe outra palavra que eu ouço falar pelo COPROCAF, eles fazem tudo para me convencer que existe, que é o GEMINTER. (Risos) O GEMINTER não se concretizou. O IADES que é o pai da questão da metodologia, da pedagogia das Casas está sem contrato.

CACILDA - Tem até 31 de Dezembro.

TELMA - O COPROCAF, que é assessoria os Conselhos Tutelares, e na minha visão e na minha avaliação enquanto Conselheira Tutelar, ele é imprescindível hoje, para mim, por apoio, por ensinamento e nós aprendemos juntos. Portanto eu fico muito preocupada quando eu vejo os contratos acabando e vejo também que daqui 2, 3 anos não sei é felizmente ou infelizmente que eu vou estar fora do Conselho Tutelar. E fico preocupada porque as entidades ainda não acordaram para a importância que é o Conselho Tutelar. É terrível você saber que nós somos uma ponte, que nós podemos fazer uma série de coisas e na verdade estamos sozinhos e os poucos que estão com a gente, vão embora. E eu sei que na minha região de Pirituba, onde infelizmente eu sou muito conhecida, eu vou ser acusada no futuro de não ter andado com a história, a história andou e o Conselheiro Tutelar ficou parado. Nós somos hoje acusados, pelo menos na minha região, de sermos incompetentes. E ninguém sabe que existe o GEMINTER, ninguém sabe que existe o PROASF. Ele existe no papel. E como efetivar isso? Esse Conselho Municipal com a parte governamental é instituída tanto quanto a parte que é votada, que é a parte civil, e aí chega lá, um dia é um, um dia é outro, quando a pessoa começa a se entrosar dentro do assunto, tiram, põem outra. E nós, Conselheiros Tutelares ficamos de que maneira? Então, esses questionamento eu passo para os outros que estão para pensarmos juntos no que

fazer. Eu já estou passando para aquela fase de representar até o padre. Olhou para a minha cara e eu vou representar. Estou cansada gente. Fim de ano é bom por causa disso. E não pensem vocês que no começo do ano eu vou estar melhor. Não pensem vocês que no começo do ano eu vou estar melhor. Temos que pensar agora, hoje, nesse momento qual atitude tomar com a falta de Lekotek que de manhã veio passar filme. Não era do 007 mas passou um filme. E a tarde nós não podemos ficar juntos com vocês. Por que, quem somos nós afinal de contas, que cidadãos somos nós.

Eu estou começando a ficar cansada dessa conversa, dessa coisa de só parceria e na hora do vamos ver não tem parceria coisíssima nenhuma, é meia dúzia de gato pingado que está aqui, que nós nos conhecemos, até sabemos um da vida do outro porque nos vemos toda hora. E cadê o resto? E aquelas crianças que estão dormindo lá fora? E cadê esse dinheiro que foi implantado, que todo mundo pegou e não deu conta até agora e era para estar aqui sentado falando? Cadê o Ministério Público? Olha gente, eu vou ser presa e eu vou ter sela especial por duas vezes, primeiro porque sou bacharel (advogada) e segundo porque eu sou Conselheira Tutelar. Então, quero ser presa, passar 6 meses, dormir, comer e pensar. Quando eu sair de lá, pensei em alguma coisa maravilhosa. Eu estou nervosa. Fim de ano me irrita.

CACILDA - Mais alguém para se inscrever? Uma das questões que o IADES coloca para a evolução necessária do trabalho e ir junto na luta, é a estruturação com qualidade e a remuneração dos Conselhos Tutelares. E a gente sabe, como órgão popular distribuidor da justiça para a infância e para a juventude, não há vontade política de implementá-los e infelizmente é o Conselho Tutelar, senão acontece o que a gente está vendo. SOS vão para o juiz, manda o menino que está morando no SOS para essas Casas, essas Casas estão cheias. E tem a visão equipamentista também, que só essas Casas existem, quando realmente é uma engrenagem onde as peças vão funcionando. Fala Telma.

TELMA - Olha gente, eu nem falei da situação de dinheiro do Conselheiro Tutelar porque eu tenho até vergonha de falar isso. Faz 4 anos que falamos isso e como entramos na segunda gestão sabendo que íamos passar fome, eu fico meio inibida de falar da questão financeira. Mas, me preocupa a questão de cortar telefone. Eu vou adorar que corte porque assim eu fico na minha casa dormindo e ninguém me acha mesmo. E se me procurarem eu falo para ir me procurar no Conselho, não tem viatura. Eu trabalhei 3 anos com dinheiro do meu bolso, a minha família me sustentava, só que eu dei o azar da minha mãe morrer e não tenho quem me sustente hoje. Então, dessa vez não vou colocar dinheiro meu para trabalhar não. Infelizmente vou me despedir de vocês aqui porque se ano tiver telefone e não tiver viatura vocês não vão ver a minha cara em lugar nenhum, vou ficar na minha casa engordando.

CACILDA - João Trevisan, quer falar?

JOÃO TREVISAN - Tem umas coisa que são interessantes, as preocupações, por exemplo, a Telma falou: - de repente alguém vai me procurar, não vai me achar, vou estar na minha casa dormindo. Prende o Conselheiro Tutelar porque não está cumprindo as suas funções. Em Porto Alegre nós fizemos um questionamento, lá tem um juiz muito bom, que é conhecido todos aqui, que é o Saraiva. E eu colocava a seguinte questão: quem fiscaliza o Conselheiro Tutelar é o Ministério Público, quem fiscaliza os trabalhadores, sempre em alguém para fiscalizar. É fácil. Você fez alguma coisa errada, você é processado, você deixou de fazer e o patrão te manda embora, se você tiver estabilidade ele te manda embora do mesmo jeito. Quem fiscaliza o Poder Judiciário? Eu tive a oportunidade de colocar isso para o Vice-Presidente do Tribunal do Palácio da Justiça. Nós temos acesso ao Poder Executivo. Acesso assim, é lógico, você tem uma administração como essa aí e fica difícil você ter acesso, mas, numa administração um pouco melhor, mais democrática, a gente até consegue chegar e falar com o Prefeito ou com o Governador. No Poder Legislativo, vamos lá e conseguimos pelo menos fazer algum barulho. No Poder Judiciário não, nós não temos direito de cobrar. Quem cobra? Aí eu propus que criássemos, como aqui em São Paulo foi criada a Alvedroria pelo companheiro Mariano, tenho a liberdade de chamá-lo de companheiro porque

nos conhecemos desde meninos. Criamos a Alvedroria e isso é ótimo, uma grande vitória dos movimentos dos direitos humanos. Por que não criarmos uma alvedroria para o Ministério Público, para o poder Judiciário, para os juízes? Na minha avaliação seria o poder mais democrático que existe. Vocês estão vendo como que é, é o poder mais democrático que existe. Você tem acesso, a hora que você quiser falar com o juiz você vai lá e fala, a maior facilidade do mundo. Aí vamos fazer um corte aqui, esse corte no Poder Judiciário contra questão do ECA, participação dos Conselheiros de Direito, Conselheiros Tutelares, como eles são fiscalizados, são forçados a cumprir as suas funções. Principalmente na questão dos Conselheiros de Diretos, principalmente a sociedade civil, nós elegemos, nós vamos lá e cobramos deles: olha, vocês não estão cumprindo a tarefa de vocês. Ele em uma cobrança quase que automática, não vai não reunião, vamos cobrar. Isso seria automático. Agora, eu faço um corte e vou falar de duas palestras que tivemos no Conselho Estadual, uma com o Antônio Carlos Gomes da Costa e a outra com o Vanderley. O Vanderley infelizmente só pode ficar até a metade.

Mas, o que deu para sentir é que eles me fizeram lembram de uma antiga poesia que chamava o Papai Noel de velho bonachão. E de repente dava a entender que quem construiu essa linda lei, que é o ECA, essa linda proposta de construção da sociedade, não passavam de grandes velhos bonachões, porque quando você colocava a questão de fundos eles já falavam: espera aí, não é bem assim que a gente pensou. Quando a gente colocava a questão de eleição do Conselheiro Tutelar, eles falavam: não é eleição, é escolha do Conselheiro Tutelar. Quer dizer, faz um corte assim leve. Quer dizer, não tem que fazer cumprir, quando o Conselho de Direito delibera e o Executivo tem que cumprir, falam: espera aí, o Executivo tem autonomia. O Conselho tem pode de deliberação ou não tem? Mas não foi nisso que pensamos quando construímos isso. Vocês fizeram o que então? Eles estavam construindo mas não estavam redigindo, a Comissão estava redigindo. Então, os senhores construíram o estatuto com uma visão muito assistencialista e o que nós queremos é que a criança não seja uma política assistencialista, seja uma política de direito do cidadão. Então esse corte está feito dentro do estatuto, não é uma política assistencialista. Infelizmente nós temos o maldito vício da questão assistencialista. Me lembro que há 3 anos atrás eu estava falando sobre o Fórum Estadual em Lins em um Seminário. E aí como resolver o problema das crianças no Município? E eu fui anotando as propostas, quando chegou mais ou menos às 15:00 horas tinha a proposta de construir 3 orfanatos, umas 15 creches e não sei quantas casas. E eu perguntava: vocês querem resolver o problema da criança ou vocês querem arrumar emprego para vocês mesmo? Porque todas as propostas que apareciam eram uma visão assistencialista e não uma visão política do direito do cidadão. E esse corte que veio e acabou ficando por questão de fundo do Estatuto, que é o corte da política de direito de um cidadão em fase de desenvolvimento, poucos tem essa visão. Ou nós vamos aprender a fazer a discussão e descobri que esse corte de fundo do ECA e comprar isso como um briga política, de uma visão ideológica em cima do cidadão em fase de crescimento, ou então nós vamos ficar no discurso do velho bonachão e aí de velho bonachão, pelo jeito nós não temos nada é só um teste nesse sentido. Porque dar cesta básica, dar brinquedos é muito fácil, agora criar o cidadão com direitos, com visão crítica não é fácil. Então é com esse corte que eu estou contando e a questão do Conselho Tutelar para mim é o eixo central dessa política, é o eixo central. Vem aí o Encontro Estadual dos Conselheiros Tutelares da associação, esse povo tem que aprender, tem que ter esse corte da ação do Conselheiro Tutelar, nós temos que formar o Conselheiro Tutelar, além de conhecer bem como implantar o ECA, como fazer cumprir o ECA ele também tem que ter uma ação política. Porque o que ele está fazendo não é simplesmente fazer cumprir uma lei, ele está aprovando a construção de uma nova sociedade que está estabelecida dentro do ECA. Então, quando eu digo isso, o próprio pessoal nosso que trabalha na formação dos Conselheiros Tutelares tem que ter essa visão, porque se não nós vamos criar um monte de velhos bonachão. Cuidar do menino, dar brinquedo para ele, comprar chocolate e não é por aí, existe um corte político e a gente tem que se preocupar com isso.

CACILDA - Obrigada João. Adelaide está inscrita. Eu gostaria que a gente já fosse pensando em propostas, ou alguma discussão, alguma perspectiva de 97 um pouco mais concreto do que foi falado até agora.

ADELAIDE - Eu acho que a fala aqui é um preocupação e a gente está indo no leito de transição novamente. Dia primeiro de janeiro assume o prefeito eleito, assume os vereadores eleitos como já tradicional na nossa história, é um período em que a gente não entende muito e não sabe bem por quais caminhos as coisas vão. O que eu queria propor aqui é que neste momento de transição, nós que tivermos tolerância e capacidade de resistência este ano todo, pudéssemos continuar com essa capacidade de tolerância e resistência nos mantendo organizados, principalmente no mês de janeiro que a gente pudesse encontrar, pelo menos, uma vez por semana para estar trocando figurinhas e estar acompanhando o cenário que vai se delinear nessa cidade. A minha proposta então, é de que a gente mantenha o fórum permanente no mês de janeiro, consultei os meus colegas da COPROCAF a gente pode estar disponibilizando o espaço nosso para que esse fórum permanente possa estar se encontrando, então no decorrer do mês de janeiro pelo menos uma vez por semana. Nossa idéia é de que pudéssemos estar nos encontrando as terças-feiras à tarde, não sei se é um dia bom para todos, se a idéia agrada a todos. Na COPROCAF que fica na Rua Líbero Badaró, 374, 9ª andar conjunto 902, o telefone é 605.0632. A proposta é que a gente se encontre nesse fórum permanente durante o mês de dezembro todas às 3ª feiras à tarde, às 14:30 hs. Algúem é desfavoravel a essa idéia? Não. Eu acho fundamental pessoal, que a gente mantenha toda atenção possível, de que estamos num momento importante e delicado e que não podemos nos desorganizar, nos desarticular, eu acho que a nossa união é fundamental nesse momento de transição.

CACILDA - Obrigada Adelaide. Acatada essa proposta a Maria Tereza da subcomissão da criança e do adolescente, aqui da OAB, já tinha colocado também que a terceira 5ª feira do mês, já temos nos encontrado toda terceira 5ª feira do mês fora as outras reuniões também porque a questão do abrigo também ferveu aqui dentro. A terceira 5ª feira do mês de 16 de janeiro, às 18:30, como sempre, já estava posto a disposição para uma avaliação.

ADELAIDE - Nesse próprio movimento semanal a gente pode combinar com as reuniões da OAB, que eu acho uma entidade importante ai na questão da segurança dos direitos, podemos somar forças, Fórum Permanente junto a OAB.

CACILDA - Sabemos que agora o Conselho está em recesso e gostaria de perguntar para a Francisca quando vai ser a primeira reunião do Conselho Municipal .

FRANCISCA DE OLIVEIRA - Do dia 20 de dezembro a 20 de janeiro o Conselho está em recesso. Não tem reunião marcada. Segundo a Nanci vai ter uma sessão extraordinária essa semana ainda.

CACILDA - De qualquer forma, o Conselho Municipal antes de 20 de janeiro não discute a questão PROASF, os contratados, a sociedade, nada?

FRANCISCA - Vamos ver agora nessa sessão extraordinária.

- Mas ela vai chamar uma reunião plena.

FRANCISCA - É diretoria plena.

CACILDA - Pública, portanto?

FRANCISCA - É pública mas não deliberativa, por exemplo, a questão do PROASF não é deliberada.

CACILDA - Você quer colocar algumas perspectivas?

FRANCISCA - Face a ausência deles ontem na reunião extraordinária, o jornal o Estado de São Paulo esteve no Conselho e nos ouviu. Nós também demos os nomes dos governamentais, tanto da Nancy e os demais. A Nancy falou para o jornal que o PROASF continua, inclusive

ADELAIDE - Eu acho que a fala aqui é um preocupação e a gente está indo no leito de transição novamente. Dia primeiro de janeiro assume o prefeito eleito, assume os vereadores eleitos como já tradicional na nossa história, é um período em que a gente não entende muito e não sabe bem por quais caminhos as coisas vão. O que eu queria propor aqui é que neste momento de transição, nós que tivermos tolerância e capacidade de resistência este ano todo, pudéssemos continuar com essa capacidade de tolerância e resistência nos mantendo organizados, principalmente no mês de janeiro que a gente pudesse encontrar, pelo menos, uma vez por semana para estar trocando figurinhas e estar acompanhando o cenário que vai se delinear nessa cidade. A minha proposta então, é de que a gente mantenha o fórum permanente no mês de janeiro, consultei os meus colegas da COPROCAF a gente pode estar disponibilizando o espaço nosso para que esse fórum permanente possa estar se encontrando, então no decorrer do mês de janeiro pelo menos uma vez por semana. Nossa idéia é de que pudéssemos estar nos encontrando as terças-feiras à tarde, não sei se é um dia bom para todos, se a idéia agrada a todos. Na COPROCAF que fica na Rua Líbero Badaró, 374, 9ª andar conjunto 902, o telefone é 605.0632. A proposta é que a gente se encontre nesse fórum permanente durante o mês de dezembro todas às 3ª feiras à tarde, às 14:30 hs. Algúem é desfavoravel a essa idéia? Não. Eu acho fundamental pessoal, que a gente mantenha toda atenção possível, de que estamos num momento importante e delicado e que não podemos nos desorganizar, nos desarticular, eu acho que a nossa união é fundamental nesse momento de transição.

CACILDA - Obrigada Adelaide. Acatada essa proposta a Maria Tereza da subcomissão da criança e do adolescente, aqui da OAB, já tinha colocado também que a terceira 5ª feira do mês, já temos nos encontrado toda terceira 5ª feira do mês fora as outras reuniões também porque a questão do abrigo também ferveu aqui dentro. A terceira 5ª feira do mês de 16 de janeiro, às 18:30, como sempre, já estava posto a disposição para uma avaliação.

ADELAIDE - Nesse próprio movimento semanal a gente pode combinar com as reuniões da OAB, que eu acho uma entidade importante ai na questão da segurança dos direitos, podemos somar forças, Fórum Permanente junto a OAB.

CACILDA - Sabemos que agora o Conselho está em recesso e gostaria de perguntar para a Francisca quando vai ser a primeira reunião do Conselho Municipal .

FRANCISCA DE OLIVEIRA - Do dia 20 de dezembro a 20 de janeiro o Conselho está em recesso. Não tem reunião marcada. Segundo a Nanci vai ter uma sessão extraordinária essa semana ainda.

CACILDA - De qualquer forma, o Conselho Municipal antes de 20 de janeiro não discute a questão PROASF, os contratados, a sociedade, nada?

FRANCISCA - Vamos ver agora nessa sessão extraordinária.

- Mas ela vai chamar uma reunião plena.

FRANCISCA - É diretoria plena.

CACILDA - Pública, portanto?

FRANCISCA - É pública mas não deliberativa, por exemplo, a questão do PROASF não é deliberada.

CACILDA - Você quer colocar algumas perspectivas?

FRANCISCA - Face a ausência deles ontem na reunião extraordinária, o jornal o Estado de São Paulo esteve no Conselho e nos ouviu. Nós também demos os nomes dos governamentais, tanto da Nancy e os demais. A Nancy falou para o jornal que o PROASF continua, inclusive

todos os projetos. A Rita falou que não foi porque ela não tem mais autonomia do seu secretario de decidir, de deliberar alguma coisa no Conselho. Então, seria uma postura aética estar no Conselho deliberando uma coisa que ela não tem autonomia. E a Nanci colocou no jornal também, que ele vai chamar uma diretoria plena para uma reunião, só que a plena não delibera, ela discute e encaminha para a ordinária do dia 20 e tanto de janeiro.

ADELAIDE - Ordinária de ordinário mesmo.

FRANCISCA - Amanhã é 4ª feira e estaremos no conselho e caso saibamos de alguma notícia de alguma reunião eu me comprometo a estar passando para os projetos que estão aqui presentes e para os Conselhos Tutelares que não vai dar tempo de estar divulgando.

CACILDA - A nossa preocupação é a seguinte: como parte de acessória a metodologia, a gente tem reuniões sistemáticas com os gestores técnicos em preparação e orientação à eles. Tem uma reunião dia 23, nós estamos esperando deles um relatório, é uma equipe de sete pessoas nesse momento, eles tem que apresentar um relatório, parte desse relatório o IADES vai fazer, parte são eles com execução desse processo. Do processo de trabalho que eles realizaram desde o momento que entraram no projeto a partir do curso de qualificação que a gente deu, que também nós não temos porque nós não temos informações de conteúdo mais profundo do lado de lá. Ao mesmo tempo os encontros regionais ficaram de ser gestados pelos gestores, a quem gradativamente vão se integrando do processo junto às regiões comunidades aos Conselhos Tutelares para que se autonomizem num certo momento e a assessoria do IADES não seja mais necessária para que a gente não se eternize no projeto. Então, agente não tem se quer uma posição, fora um bloqueio que já está havendo, que estava menos duro e agora está totalmente recrudescido sobre essa questão de como é que ficam essas CASAS, esses gestores e o que eles vão fazer nesse período em que a sociedade civil está paralisada por questões burocráticas.

FRANCISCA - Só quero dar um informe. A última reunião da subcomissão da OAB foi tirado uma Comissão de estudos temporários sobre a FEBEM. Então como algumas pessoas que estão aqui hoje não estavam na 5ª feira, essa primeira reunião será no dia 9 de janeiro às 18:30 horas no 4ª andar nesta mesma sala. Então quem quiser participar. E Outra coisa que nós avaliamos, sociedade civil em relação aos tutelares é que o sofrimento nos aproximou e os Conselhos Tutelares era muito distante do Municipal, a gente sente que a uma relação mais amistosa e agente espera que 97 a gente possa trabalhar mais junto do que agora.

CACILDA - Está chegando o pessoal da reunião da Câmara, eu acho que pode trazer informes para a gente também. Se for ruim cala-se para sempre.

- Devida a esse indecisão e a gente precisa estar junto, o Fórum Municipal vai fazer a reunião ordinária no primeiro sábado de janeiro, na Câmara Municipal. Nós vamos marcar lá, se não pode entrar a gente faz lá em baixo daquele vão, se não for no anexo G, a gente fica ali no térreo naquele auditório de pedras. Então seria às 9:30 o primeiro sábado de janeiro, até lá a gente deve ter alguma coisa na imprensa ou nós mesmo, essa reunião plena, a questão dos telefones que já estão cortando dos tutelares, as peruas, etc.

CACILDA - Doracy tem alguma informação de lá? Para estar encerrando.

DORACY - O pessoal da Câmara Municipal enrolou a tarde toda, até agora. E agora simplesmente suspenderam a sessão só vão voltar às 19:00 horas, mas só vai rolar a questão das emendas porque ainda faltam algumas assinaturas e a Ana Martins passou uma informação para a gente que seria importante a gente estar lá na 2ª feira às 10:00 horas que provavelmente terá votação. Só que nós pedimos para que outros vereadores confirmassem e o que eles passaram e que só vai ter votação à partir do dia 26. Mas a vereadora pediu para a gente ficar alerta, para saber direito porque dentro desse tempo eles podem fazer uma audiência extraordinária e fazer a votação do jeito que eles bem entendem. Então hoje, praticamente, não teve quase nada. Enquanto

um vereador falava os outros contavam piadas, ficavam conversando, aquela maior falta de respeito como a gente já sabe.

TEREZINHA HELENA - Lá é difícil a gente ter um cronograma das atividades deles e eles fazem isso mesmo para nos desorganizar. Então, o que tem que fazer? Eu vou estar lá às 19:00 horas. Vou estar, vou conversar com alguns vereadores, vou falar sobre os substitutos. Como que está? Vou falar com a situação, com a oposição e vou conversar com alguns do Governo também, porque eu acho que é importante estarmos escoltando o que está acontecendo. Então, acho que devemos ir, se toda tarde tem reunião, abre às 15:00 horas falando abobrinha, nós estamos lá marcando posição. Acho que precisamos fazer isso. Acho que isso que eles estão falando é para desmobilizar. Temos que ir nos dias das reuniões ordinárias deles que é na 3ª, 4ª e 5ª e fazemos como sempre fizemos. Não é Dora? Até o dia 30 estaremos lá, começávamos com 100, depois com 30 e por fim ficamos em 3 lá no plenário vendo aprovar a coisa, ficamos até meia noite. Eles olhavam para ver se tinha alguém e nós estávamos lá, resistimos. E vamos tentar fazer isso esse ano também. Quem quiser nos acompanhar, que venha.

CACILDA - Obrigada Dª Terezinha Helena. A assessoria da vereadora Anna Maria Martins vai falar.

ROSIRENE R. DAS NEVES - Trabalho com a Vereadora Anna Maria Martins, porém ela não tinha condições de ficar e me pediu para estar acompanhando os trabalhos, por isso que estou aqui. Dentro do que a Terezinha falou, eu acho o seguinte, se a vereadora disse que provavelmente vai ter, então acho que o pessoal não precisa estar se deslocando tanto, porque também tem todo um desgaste, e pode estar entrando em contato com o gabinete da Anna Martins, da Aldaíza, pode entrar em contato porque rola a hora da reunião e a gente passa.

Outra coisa pessoal, eu ouvi com bastante atenção todos os depoimentos, tudo que foi colocado aqui, só que não podemos esquecer uma coisa, no nosso país a situação da criança é muito séria n porque os nossos governantes não tem um pingo de interesse no trabalho com a criança e com o adolescente. Ela colocou aqui a questão do Conselho Tutelar de São Miguel, realmente, o Conselho Tutelar de São Miguel tem mais de anos que não funciona e não foi tomada nenhuma providência assim, alguém vai está lá substituindo do Conselho Municipal. Essa providência não foi tomada. Isso dificulta o trabalho do pessoal ligado a criança e ao adolescente, das entidades sociais. O nosso Prefeito não tem um pingo de respeito com as entidades sociais. O pessoal daqui deve ter participado de toda essa luta pela questão do percapta, quando se faz a conta, é um absurdo o que se determina para uma criança. E o Prefeito está conseguindo que muitas entidades fechem as suas portas. Eu acho que é sério, vai delatar uma questão global do nosso país, que é também uma questão do Governo Federal, que não está nem aí com os trabalhadores e nem com as crianças, pelo contrário, está promovendo desemprego e não pensa em outra coisa, a não ser na sua reeleição. Acho que tudo isso é um contexto e não podemos esquecer que tem que batalhar agora contra a reeleição do Fernando Henrique, porque ele não está nem aí para as políticas públicas e com tudo isso, quem sofre no final é a criança.

Já pedi que as conclusões fossem enviadas para o gabinete da Vereadora Anna Martins. Ficamos sabendo do estudo de hoje porque alguém foi lá no gabinete e colocou se podíamos vir.

Estamos pedindo porque a Vereadora também fez parte da Comissão da Câmara, está aí o livro da Comissão que a Vereadora Sposati mandou.

A vereadora Anna Martins e sua assessoria coloca-se à disposição no que possa ajudar.

A Vereadora de fato batalha muito nessa questão da criança e do adolescente, sempre acompanhou a questão do estatuto da Criança, da implantação, acompanhou bastante toda essa confusão que houve com o Conselho Tutelar em São Miguel, porque foi um negócio muito feio, foi um negócio impressionante, foi uma falta de respeito com a população. E, nós estamos no gabinete à disposição.

assistência e recuperação de crianças de rua. Os núcleos devem abrigar, em regime de internato ou semi-internato, o máximo de 400 crianças".

- (Risos).

TEREZINHA - Nossa gente, o ECA aqui é uma afronta, eles não conhecem o ECA, eles não abriram o livrinho.

"E devem oferecer estrutura física e equipes multidisciplinares de profissionais para ajudar na formação pessoal e profissional das crianças".

- Isso é uma proposta de projeto de lei.

TEREZINHA - Essa entidade está mandando um projeto de lei para rebaixar a idade da criança adolescente, a OAB fez uma entrevista contra.

CACILDA - Nós estamos com uma lista rodando pelo Brasil inteiro para não rebaixar a idade.

TEREZINHA - Eu acho que é aí que temos que ir empurrando, ele faz isso e nós damos a contrapartida, porque é aí essa questão de fazermos cumprir a lei. Isso gente, no meu tempo de ditadura, era subversão. Isso é subversão da lei. Eu acho que temos que tomar uma atitude, inclusive a Sub Comissão da OAB. Apesar que estamos sabendo que é uma classe de advogados. Eu vou pedir que a OAB tome providências contra isso aqui.

CACILDA - Obrigada Dª Terezinha. Gostaria de dar a palavra à Maria Tereza, como representante da sub-comissão DCA da OAB, para o encerramento.

MARIA TEREZA - Mantendo a proposta da Sub Comissão, que é a manutenção e a briga pelos direitos das crianças e dos adolescentes, a Casa está aberta para essas reuniões, vocês estavam propondo uma reunião após o Conselho Municipal, nos procurem, podemos estar agendando aqui uma reunião, sem dúvida nenhuma, que é a proposta dessa nossa Sub Comissão. Estamos sempre à disposição tendo sempre a manutenção e a tentativa de garantir a preservação da criança e do adolescente. Obrigada pela participação de todos e usem-nos e abusem-nos.

CACILDA - Muito obrigada. Nos encontramos de qualquer forma no dia 16 de Janeiro de 97 aqui na OAB. Um bom ano, se é que vamos conseguir dentro da política neoliberal e sucateamento desse país e da nossa própria área, da infância, conseguir ter um bom ano, de qualquer forma ficam os votos positivos. Muito obrigada.

Dá-se por encerrado o colóquio.

- (Aplausos).

ENCERRA-SE O COLÓQUIO.

Instituto de Análises Sobre o
Desenvolvimento Econômico-Social

Rua Alice de Castro, 47 - Vila Mariana
CEP 04015-040 - Fone/Fax: (011) 575-4250 - São Paulo - Brasil
e-mail: spiades@mandic.com.br